



Universidade de Brasília – UnB

Faculdade UnB Planaltina – FUP

Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural – PPGMADER

FABIANO COUTINHO RUAS

Produção e estratégias de acesso a mercados em assentamentos da Reforma Agrária no Norte do Mato Grosso

Brasília – DF

2017

FABIANO COUTINHO RUAS

Produção e estratégias de acesso a mercados em assentamentos da Reforma Agrária no Norte do Mato Grosso

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural da Faculdade UnB Planaltina, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural.

Orientador: Dr. Mário Lúcio de Ávila
Coorientadora: Dra. Janaína Deane de Abreu Sá Diniz

Brasília – DF

2017

Ficha catalográfica elaborada automaticamente,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

RR894p Ruas, Fabiano Coutinho
Produção e estratégias de acesso a mercados em
assentamentos da Reforma Agrária no Norte do Mato Grosso /
Fabiano Coutinho Ruas; orientador Mário Lúcio de Ávila;
co-orientador Janaína Deane de Abreu Sá Diniz. -- Brasília,
2017.
109 p.

Dissertação (Mestrado - Mestrado em Meio Ambiente e
Desenvolvimento Rural) -- Universidade de Brasília, 2017.

1. Estratégias de comercialização. 2. Acesso a mercados.
3. Canais de comercialização. 4. Assentamentos. 5. Reforma
agrária. I. Ávila, Mário Lúcio de, orient. II. Diniz,
Janaína Deane de Abreu Sá, co-orient. III. Título.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE TECNOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MEIO AMBIENTE E
DESENVOLVIMENTO RURAL

**Produção e estratégias de acesso a mercados em assentamentos da Reforma
Agrária no Norte do Mato Grosso**

DISSERTAÇÃO APRESENTADA JUNTO AO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO RURAL PPG - MADER DA
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UNB, COMO REQUISITO PARA A OBTENÇÃO
DE TÍTULO DE MESTRE EM MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO RURAL.

APROVADO POR:

Prof. Dr. Mário Lúcio de Ávila
Universidade de Brasília – FUP/UnB
(Orientador)

Prof. Dr. Mauro Eduardo Del Grossi
Universidade de Brasília – FUP/UnB
(Examinador Externo)

Prof. Dr. Moisés Villamil Balestro
Universidade de Brasília – FUP/UnB
(Examinador Interno)

Profa. Dra. Mônica Celeida Rabelo Nogueira
(Universidade de Brasília – FUP/UnB)
(Examinadora Suplente)

Brasília, junho de 2017.

Dedico esta dissertação a todos aqueles que diretamente ou indiretamente acreditam e lutam para que o acesso à terra seja democrático e justo. Em especial aos beneficiários da Reforma Agrária e os acampados.

AGRADECIMENTOS

Aos assentados e assentadas pelo acolhimento e a forma significativa que contribuíram para a realização desta pesquisa.

À Universidade de Brasília, ao Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural por oportunizar a realização deste mestrado.

Ao meu orientador, professor Mário Lúcio de Ávila e à coorientadora professora Janaína Deane de Abreu Sá Diniz, pelos ensinamentos, pela partilha, pela confiança e por alimentar constantemente o desejo do conhecimento como agente transformador.

Ao projeto Radis por possibilitar a realização desta pesquisa, agradecimentos extensivos aos professores e analistas com os quais pude compreender melhor o rigor e o prazer de se fazer ciência. A equipe administrativa pelo suporte na caminhada.

Aos membros da banca examinadora, professores Mauro Eduardo Del Grossi e Moisés Villamil Balestro e a professora Mônica Celeida Rabelo Nogueira pelas contribuições no aprimoramento desta dissertação.

Aos professores do PPG-MADER, em especial a Mônica Nogueira, Sérgio Sauer e Newton Gomes pelas escutas e ensinamentos. Aos profissionais colaboradores da UnB/FUP que me acolheram em seus espaços.

À FAP-DF por possibilitar a realização desta e pelo incentivo a pesquisa.

Aos colegas mestrandos do Mader, com quem pude compartilhar esta trajetória, em especial aqueles que superamos os muros da academia.

Aos meus amigos que comungam com ideais de um mundo justo e democrático.

Aos meus familiares pela força e motivação, em especial aos meus pais, Maria José Coutinho Ruas e Rodiney Figueiredo Ruas (in memoriam), à minha querida companheira de caminhada, Maíra Lima Figueira e aos meus filhos, Hanna Bi, Matheus Andreas e Bia, que compreenderam o momento de imersão.

RESUMO

A presente dissertação tem como objetivo caracterizar a produção e analisar o acesso a mercados por meio dos canais e estratégias de comercialização adotadas pelos assentados da reforma agrária do Norte do estado do Mato Grosso. O universo de pesquisa contemplou 876 lotes, 17 assentamentos situados nos municípios de Guarantã do Norte, Carlinda e Novo Mundo. Foram realizadas pesquisas bibliográficas, coletas de dados com o auxílio de formulário específico, além de pesquisa exploratória com os principais atores visando ampliar o olhar sobre a realidade dos assentamentos. O trabalho na fase inicial trata do histórico da pesquisa em assentamentos rurais, estratégia e o acesso à terra, a partir da análise de dados referentes aos três últimos governos do Brasil. Na sequência são analisados os dados socioeconômicos, a produção, os canais e as estratégias de acesso a mercados utilizadas pelos assentamentos da Reforma Agrária. A pesquisa conclui que existe uma concentração na produção, ao mesmo tempo que os assentamentos produzem diversidade. Quanto às estratégias, observou-se um padrão comportamental ou uma reprodução nas ações dos assentados quanto à produção e à comercialização, que não configuram em estratégias deliberadas, intencionais, organizadas *a priori*, mas em estratégias emergentes, não intencionais e não organizadas antecipadamente, onde a estratégia deliberada é utilizada pelos atores econômicos num processo em que os assentamentos são inseridos, mas não são os condutores desta estratégia.

Palavras-chave: Estratégias de comercialização, acesso a mercados, canais de comercialização, assentamentos, reforma agrária.

ABSTRACT

The purpose of this dissertation is to characterize production and analyze access to markets through marketing channels and strategies adopted by agrarian reform settlers in the North of the state of Mato Grosso. The research universe included 876 lots in 17 settlements located in the municipalities of Guarantã do Norte, Carlinda and Novo Mundo. Literature research was conducted concerning access to land in Brazil, as well as on land formation of Mato Grosso and its northern region, the process and the marketing strategies of agrarian reform settlers. Bibliographic research, data collection and an exploratory research with the main actors were carried out aiming to broaden the view on the reality of the settlements. The research in the initial phase deals with the history of research in rural settlements, strategy and access to land, based on data analysis referring to the last three Brazilian governments. Following, socioeconomic data, as well as production, channels and market access strategies used by Agrarian Reform settlements. The study concludes that there is a concentration in production, while the settlements produce diversity. Concerning the strategies, a behavioral pattern or a reproduction in the actions of the settlers was observed regarding the production and the commercialization, which do not configure in a deliberate, intentional, organized strategies a priori, but in emergent, unintentional strategies and not organized in advance, where the deliberate strategy is used by the economic actors in a process where the settlements are inserted, but they are not the drivers of this strategy.

Keywords: Marketing strategies, access to markets, marketing channels, settlements, land reform.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa dos assentamentos localizados nos municípios de Carlinda, Guarantã do Norte e Novo Mundo – MT.	25
Figura 2 – Uso e ocupação do solo no Mato Grosso.....	64

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – IFDM consolidado: evolução anual dos municípios da pesquisa (2005-2013).	27
Gráfico 2 – Número de famílias assentadas (1995-2015).	39
Gráfico 3 – Tamanho da área anual destinada aos projetos de assentamentos (1995-2015).	40
Gráfico 4 – Número de ocupações de terra no Brasil (1995-2015).	41
Gráfico 5 – Número de projetos de assentamentos criados no Brasil (1995-2015).	42
Gráfico 6 – Número de lotes por município.	47
Gráfico 7 – Idade dos assentamentos.	48
Gráfico 8 – Níveis de escolaridade nos assentamentos.	49
Gráfico 9 – Experiência anterior de trabalho dos assentados/as.	52
Gráfico 10 – Ocupação principal dos assentados/as.	54
Gráfico 11 – Período de permanência no lote.	55
Gráfico 12 – Tipo de comunicação rural.	56
Gráfico 13 – Principais culturas nos assentamentos quanto ao volume de produção (percentual).	61
Gráfico 14 – Participação da agropecuária no VBP do estado do Mato Grosso em 2016 e estimativa de produção 2017.	65
Gráfico 15 – Rebanho total bovino dos 17 assentamentos em 2016.	66
Gráfico 16 – Produção por assentamento da atividade de avicultura (cabeças).	69
Gráfico 17 – Evolução das aquisições domiciliares com alimentação nos anos 2002 e 2008.	76

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Instituições governamentais entrevistadas.	21
Quadro 2 – Instituições não governamentais entrevistadas.	22
Quadro 3 – Agricultores/assentados/produtores entrevistados.	23
Quadro 4 – Conceituação para estratégia.	32
Quadro 5 – Terminologia dos atores utilizada nos canais de distribuição.	77

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Cenário demográfico dos municípios da pesquisa.....	26
Tabela 2 – PIB e sua composição nos municípios da pesquisa.	26
Tabela 3 – Comparativo de taxas de analfabetismo por gênero entre os anos de 2009 a 2014 no Brasil.	50
Tabela 4 – Principais culturas por número de registro e respectivos percentuais. ...	62
Tabela 5 – Canais de comercialização: produção vegetal (valor R\$).	79
Tabela 6 – Canais de comercialização: produção animal (bovino cabeça e valores).	82
Tabela 7 – Agroindústrias, categorias e produção anual (Kg).	87

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BC	Banco Central
CAR	Cadastro Ambiental Rural
CEASAS	Centrais de Abastecimento
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CNA	Confederação Nacional da Agricultura
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
COOPERAR	Cooperativa de Trabalho em Assessoria a Empresas Sociais de Assentamentos da Reforma Agrária
COOPERCLÁUDIA	Cooperativa Mista Agropecuária Cláudia
COOPERGUARANTÃ	Cooperativa Mista Agropecuária Guarantã do Norte Ltda
COPERAGREPA	Cooperativa dos Agricultores Ecológicos do Portal da Amazônia
CRMS	Associação Comunitária Rural Monte Sinai
EMATER/DF	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal
EMPAER	Empresa Mato-grossense de Assistência Técnica e Extensão Rural
EUA	Estados Unidos da América
FAO	Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FIRJAN	Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FUP	Faculdade UnB Planaltina
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBOPE	Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística
ICV	Instituto Centro e Vida
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IFDM	Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal
IFDM	Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal
IICA	Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura
IMEA	Instituto Mato-grossense de Economia Aplicada
INAF	Indicador de Alfabetismo Funcional
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

INDEA	Instituto de Defesa Agropecuária do Estado de Mato Grosso
IOV	Instituto Ouro Verde
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
Mader	Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural
MAPA	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OMC	Organização Mundial do Comercio
PA	Projetos de Assentamentos
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PAC	Projeto de Assentamento Conjunto
PDS	Projeto de Desenvolvimento Sustentável
PIB	Produto Interno Bruto
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostras Domicílios
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNRA	Programa Nacional de Reforma Agrária
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PQRA	Pesquisa sobre Qualidade de Vida, Produção e Renda nos Assentamentos da Reforma Agrária
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PT	Partido dos Trabalhadores
RADIS	Projeto de Regularização Ambiental em Assentamentos da Região Norte do estado Mato Grosso
SEAF	Secretaria de Estado de Agricultura familiar e Assuntos Fundiários
SECMA	Secretaria Municipal de Alta Floresta
SEPLAN	Secretaria de Estado de Planejamento do Mato Grosso
UnB	Universidade de Brasília
UNEMAT	Universidade Estadual do Mato Grosso
VBP	Valor Bruto da Produção Total

SUMÁRIO

1 Introdução	13
1.2 Justificativa	16
1.3 Método e técnicas da pesquisa.....	19
1.3.1 A pesquisa e suas fases	20
1.3.2 Percurso da pesquisa	20
1.3.3 Entrevistas exploratórias.....	20
1.3.4 Dados primários.....	23
1.3.5 Caracterização da área de estudo	24
CAPÍTULO 2 – Ações de Pesquisa, Estratégias e Produção Agropecuária em Assentamentos Rurais	28
2.1 Estratégia e estratégia como padrão	31
2.2 “Amigos do rei”, acesso à terra, Reforma Agrária e produção agropecuária	33
2.3 Um olhar sobre o Mato Grosso agrário e agropecuário	44
2.4 Conclusão.....	45
CAPÍTULO 3 - Perfil Socioeconômico dos Assentamentos	47
3.1 Educação	49
3.2 Ocupação	52
3.3 Permanência e idade dos assentamentos	54
3.4 Conclusão.....	57
CAPÍTULO 4 – Produção Agropecuária dos Assentamentos Rurais	59
4.1 Produção vegetal.....	60
4.2 Produção animal.....	63
4.2.1 Avicultura de corte e postura.....	68
4.3 – Conclusão.....	70
CAPÍTULO 5 - Acesso a Mercados, Canais de Comercialização e Estratégias de Comercialização de Alimentos	72
5.1 Canais de comercialização	76

5.1.1 Venda indireta.....	78
5.1.2 Venda direta	79
5.1.3 Agroindustrialização.....	84
6 – Considerações Finais.....	91
6.1 Um olhar entre a produção, as estratégias e o acesso aos mercados	91
6.2 Proposições.....	95
6.3 – Temas transversais	97
REFERÊNCIAS.....	99

1 Introdução

A presente dissertação buscou analisar o acesso aos mercados, canais de comercialização e a produção dos assentamentos do Norte do Mato Grosso, fruto de inquietações sobre o universo da reforma agrária, da agricultura familiar e as modificações ocorridas na dinâmica do acesso aos mercados.

Como objetivo deste estudo, pretendeu-se caracterizar a produção, analisar os canais e estratégias de acesso a mercados utilizadas na comercialização de produtos alimentícios dos assentamentos rurais da reforma agrária dialogando com temas contemporâneos como segurança alimentar, varejo, produção sustentável, canais curtos de comercialização, enfrentamento ao modelo oligopolizado, geração de renda e pluriatividade. Estabeleceu-se a hipótese de que as estratégias utilizadas na comercialização de gêneros alimentícios dos assentados da reforma agrária localizados nos municípios de Carlinda, Guarantã do Norte e Novo Mundo não configuram em estratégias deliberadas e organizadas de comercialização.

De forma específica, foram pesquisados o acesso à terra no Brasil e no Mato Grosso nos últimos anos, a produção dos assentados¹ nas principais cadeias produtivas, identificados e analisados os principais canais de comercialização, além de apontar as estratégias predominantes na comercialização utilizadas pelos assentamentos e apontar algumas consequências evidenciadas por estas decisões estratégicas na comercialização de gêneros alimentícios pelos assentados.

A amostra para a realização deste estudo se concentrou em 17 assentamentos² com 1.934 pessoas assentadas da reforma agrária localizadas em 876 lotes e três municípios (Carlinda, Guarantã do Norte e Novo Mundo), situados na região Norte do estado do Mato Grosso.

Justifica-se a escolha destas localidades por apresentarem verdadeiros desafios para compreensão ou aproximação de um universo de comercialização que apresente tantos desafios, como assentamentos rurais, uma população que em sua maioria encontra-se em área rural, municípios pequenos com baixa densidade demográfica situados ao extremo Norte do Mato Grosso e dentro da Amazônia, estado emblemático, símbolo do agronegócio, do grande exportador de *commodities* e do

¹ Em todo o texto o termo assentado traduzirá a intenção de dizer assentada e assentado assim como agricultor será também a agricultora e agricultor.

² Projeto de Assentamento (Aliança, Araúna, Araúna II, Barra Norte, Bela Vista, Cachoeira da União, Castanhal, Cotrel, Cristalino, Cristalino II, Cristalino IV, Horizonte II, Iririzinho, Pinheiro Velho e São

importador de alimentos e que tem a base da sua agricultura familiar formada por assentados rurais da reforma agrária (59,36%) (EMPAER, 2015).

Historicamente, o Brasil vem priorizando o modelo agroexportador em detrimento da pequena propriedade e da produção camponesa (ROCHA, 2011). Este modelo fundamentado na exportação, produção de larga escala, intensa mecanização e principalmente na monocultura, continua gerando dependência da expansão agrícola. Segundo Delgado (2010), este modelo tem impactado diretamente no desequilíbrio da distribuição de renda no meio rural e vem respondendo por grande parte da conversão de florestas e matas em áreas antropizadas.

Mesmo diante dessas contradições, os dados do IBGE (2006) indicam que a agricultura familiar é responsável por um percentual significativo da produção de alimentos no Brasil com destaque para a produção de mandioca (87%), produção de feijão (70%), leite (58%), suínos (59%), aves (50%). Entretanto, Wilkinson (1999), destaca que o grande desafio para a pequena propriedade é a inserção nos mercados de forma autônoma

Esta agricultura que historicamente esteve à margem das políticas públicas, em 2006 é reconhecida como categoria social por meio da Lei da Agricultura Familiar (11.326) que definiu o conceito e criou referências para investimento em políticas públicas orientadas para o rural. Algumas políticas e ações implementadas anteriormente à promulgação da Lei da Agricultura Familiar já vinham fortalecendo a agricultura familiar, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar PRONAF (1995), a criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA (2000) (GRISA; SCHNEIDER, 2015) e o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA (2003).

A agricultura familiar ganha novo impulso à partir de 2003, com forte participação da sociedade civil na construção de políticas públicas que tinham como orientação o acesso a mercados públicos ou privados, visando garantir a segurança alimentar e a sustentabilidade econômica destes.

No estado do Mato Grosso esta agricultura familiar enfrenta entraves do tamanho do seu potencial. Um estado que teve sua ocupação territorial inicial voltada para a exploração mineral, modificando sua dinâmica produtiva e comercial após uma crise neste setor, optando pela criação de bovinos e produtos agropecuários para a subsistência. A articulação entre os poderes político e econômico se valendo de

instrumentos jurídicos, permitiram o acesso a grandes glebas de terras pelo “grupo hegemônico” (aspas nossas) com a transferência de terras devolutas para domínio privado aumentando a concentração de terras no estado. A política sistemática de regularização fundiária se estendeu até os anos de 1986 com concessões de terras de forma gratuita feitas pelos governos estaduais sendo uma forma de ocupação, povoamento e de desenvolvimento do estado, mas que na prática observou uma mera “acomodação e regulação, por parte dos Governos Estaduais, em relação às correntes que afluíam espontaneamente para a região de imigrantes (MORENO, 1999, p.72).

A agropecuária é a principal atividade econômica do Mato Grosso, sendo o estado uma referência de competitividade nacional e internacional para a produção de *commodities*, principalmente grãos e carne. Apenas quatro produtos representam 91% do Valor Bruto da Produção Total (VBP) agropecuária de 2016 (MAPA, 2017). Esta produção de *commodities* é oriunda de grandes propriedades rurais, que possuem estrutura técnica e tecnológica competitiva (agricultura empresarial), enquanto por outro lado segundo a SEPLAN (2011) e Oliveira, Thuault, Butturi, (2017) encontra-se uma agricultura familiar que possui uma indiscutível importância na produção de alimentos, geração de emprego e renda, na garantia da segurança alimentar e na redução da pobreza rural sendo responsável por 60% do pessoal ocupado na área rural (IBGE, 2009). Segundo dados da EMPAER (2015), o Mato Grosso possui 104.346 núcleos familiares, sendo que destes, 59,36% são assentados rurais da reforma agrária ou outros programas de acesso à terra, ultrapassando o número de agricultores familiares não assentados no Estado.

Embora as contradições apontadas nos dê pistas de investigação, pouco se sabe da agricultura familiar do estado para ampliar seu debate. A produção e comercialização não dispõem de registros sistemáticos e a assistência técnica e o crédito não alcançam a grande maioria dos assentados, principal categoria da agricultura familiar no Mato Grosso.

Nesse sentido, a pesquisa foi realizada buscando compreender as estratégias de comercialização e produção dos assentados para colaborar no preenchimento de lacunas do conhecimento e fornecer subsídios para gestores, técnicos, governos e setores sociais e produtivos no sentido de tomar decisões mais acertadas e diminuir, dentro do possível estas contradições.

A apresentação desta pesquisa será realizada em cinco capítulos, seguidos de uma conclusão acerca da experiência de campo.

O **primeiro capítulo**, introdutório à temática, aborda o contexto e a justificativa de realização da pesquisa, bem como os métodos científicos empregados para a sua condução e consecução.

No **segundo capítulo**, faz-se um resgate histórico sobre a pesquisa em assentamentos, sobre o acesso à terra no Brasil, como uma forma de compreender este acesso com toda sua carga simbólica de conquista, afinal o Brasil vive um conflito em dois projetos dominantes para o rural. Visa compreender o universo da reforma agrária nos últimos 16 anos analisando os governos de Fernando Henrique Cardoso, Luís Inácio Lula da Silva e Dilma Roussef, além do acesso à terra e da produção agropecuária no Mato Grosso. Este mergulho nos permitiu compreender melhor o contexto sobre a implantação de projetos de colonização aos projetos de reforma agrária no Mato Grosso e a criação dos municípios da região Norte do estado, bem como os municípios sede que foram o foco desta pesquisa.

No **terceiro capítulo**, investigou-se a realidade dos 17 assentamentos selecionados tendo como resultado um perfil socioeconômico dos assentados onde os principais temas abordados foram a localização geográfica dos assentamentos, o processo formal da educação, escolaridade, ocupação atual e anterior e acesso a comunicação rural dos assentados.

O **quarto capítulo** apresenta-se os dados e análise sobre produção das cadeias vegetal e animal, cujo foco está em compreender as principais culturas e estruturar um perfil da produção destes assentamentos.

No **quinto capítulo** desta investigação, analisaram-se os canais e suas estratégias de comercialização utilizados pelos assentados no acesso aos mercados. Através da caracterização dos canais de comercialização, identifica-se as estratégias de acesso a mercados utilizadas pelos assentamentos.

1.2 Justificativa

A minha história, filho de pequenos produtores rurais, que buscavam na produção pecuária o sustento financeiro enquanto buscava na horta e pomar a diversidade produtiva e a segurança alimentar, me motivou a buscar profissionalmente

este resgate e enquanto pesquisa, este caminho. Inexoravelmente, um encontro comigo mesmo e quanto ao caminho, estou feliz por ter trilhado.

Minha experiência profissional ligada a homens e mulheres do campo, me impulsionou a pesquisar e buscar compreender como se organiza, quais são os canais, as estratégias, os mercados que os assentamentos rurais do Norte do Mato Grosso acessam e utilizam. Para onde estão caminhando?

É desafiador por si só o universo da reforma agrária e quando soma-se a este universo os temas de acesso a mercados, estratégias, canais, produção, logística, mercado consumidor, imbrólios fundiários e Amazônia como o pulmão do mundo, o que era desafiador, agora passa a ser tentador, compreender este universo de tantos desafios e muitas experiências a serem reveladas sendo uma justificativa coerente com a minha trajetória e merecedora do suor intelectual deixado aqui.

Aliado à motivação pessoal, é perceptível que nos últimos anos ocorreram mudanças significativas com a forma de comercializar dos assentamentos rurais impactando diretamente na organização da produção, logística, agroindustrialização e gestão, exigindo uma maior autonomia destes nesta nova etapa de maior proximidade com mercados mais exigentes. É inegável que as políticas públicas contribuíram para dar maior visibilidade e abertura de mercados a estes agricultores.

Ao buscar referenciais teóricos que auxiliem na compreensão desta realidade dos assentados, constata-se uma lacuna na literatura que traga reflexão, sistematização e análise mais específica e constata-se ainda que são temas pouco explorados.

O tema da comercialização, considerando o universo da reforma agrária, suas respectivas estratégias e análises mais específicas começou a surgir na agenda de pesquisas e políticas públicas há poucos anos.

Compreender as estratégias de comercialização dos assentamentos, os canais utilizados, as estruturas que envolvem estas ações, possibilitará um novo olhar sobre as dinâmicas de acesso a mercados e suas estruturas, podendo, inclusive, alterar rotas de percurso com a finalidade de dar maior autonomia aos assentados num processo de produção sustentável.

Este estudo visa contribuir de forma específica para sistematizar informações sobre a produção e comercialização de assentamentos rurais, buscando fomentar o

debate acadêmico, bem como subsidiar os gestores públicos na elaboração de políticas públicas orientadas a este público.

Compreender os canais de comercialização e as estratégias de comercialização utilizadas pelos assentados, significa mais do que apenas um estudo acadêmico, mas permitir aos envolvidos enredar ações que possam alterar suas decisões e práticas, caso necessário.

Em grande medida o processo de modernização agrícola desencadeado pela Revolução Verde contribuiu em larga escala com a ampliação de oligopólios ligados à produção e comercialização através do aumento da dependência de pacotes tecnológicos que se fundamentam fortemente na dependência de energias não renováveis como os adubos químicos, agrotóxicos, mecanização agrícola e, principalmente, nos organismos geneticamente modificados (transgênicos).

Grandes organizações que atuam no sistema agroalimentar, cada vez mais, operam em escala mundial, ampliando os oligopólios, aumentando a dependência aos seus produtos, aumentando a produtividade no campo, aumentando a especialização do agricultor, incentivando a integração dos camponeses em cadeias alimentares globais, gerando mais dependência destes e ampliando os tentáculos dos oligopólios (PLOEG, 2008). Este oligopólio invadiu o sistema agroalimentar em todas as suas vertentes, como pesquisa genética, insumos agrícolas, aves domésticas, suínos, bovinos, agroquímicos fertilizantes, sementes e medicamentos veterinários. Para melhor compreender este oligopólio, apenas seis multinacionais controlam 75% da pesquisa sobre cultivos no mundo, 60% do mercado de sementes, 76% das vendas globais de agroquímicos e 97% do mercado de transgênicos no mundo (ETC GROUP, 2013).

Segundo Ferraz (2010) a modernização agrícola proporcionou também a exclusão de agricultores que não conseguiram se adaptar à realidade dos grandes investimentos, maquinários agrícolas, altos empréstimos, ficando à margem do processo, levando-os a migrarem para os centros urbanos, numa brutal concentração urbana e de terras no Brasil. Esses impactos refletem até os dias atuais na desigualdade observada no universo rural.

No Brasil especificamente, a história mostra séculos de favorecimento aos grandes proprietários de terra, latifundiários, em detrimento do pequeno produtor, do agricultor familiar. Os dados do Censo Agropecuário de 2006 apontam que o problema

da concentração de terras ainda persiste de forma acentuada no Brasil e mostram que 84,4% dos estabelecimentos rurais pertencem aos agricultores familiares, que ocupa apenas 24,3% da área (IBGE, 2006). O índice de Gini³ referente à concentração de terra no ano de 2010 era de 0,838 passando para 0,860 em 2014, indicando crescente elevação da concentração de terras no Brasil. Como referência a este dado é importante notar que a área das propriedades com mais de 100 mil hectares cresceu 372% nos últimos anos enquanto que neste mesmo período áreas com até 100 hectares cresceram somente 65% (FERNANDES et al., 2017).

É impossível, portanto, pensar em estratégias de desenvolvimento rural sem considerar o acesso às políticas públicas, a tecnologia e crédito, a terra de forma justa e democrática como instrumentos de fomento e fortalecimento dos assentados e suas organizações no acesso a mercados⁴.

1.3 Método e técnicas da pesquisa

A construção da pesquisa é um conjunto de etapas, não lineares, que se realiza para obter as respostas que se procura na investigação. Embora houvesse um projeto de pesquisa maior com inúmeras atividades ocorrendo na região do estudo, essa investigação aqui apresentada ocorreu ao mesmo tempo, porém, de forma independente no que tange aos objetivos. Não faz parte do projeto Radis responder a questão das estratégias de produção e comercialização dos assentados.

Dessa forma, as técnicas de pesquisa aqui adotadas são usadas para alcançar respostas que o respectivo projeto não almejava alcançar. Significa que há uma complementaridade das atividades, mas com um aprofundamento maior nos temas de interesse nessa dissertação.

A abordagem metodológica aqui utilizada, portanto, procurou subsidiar o autor na obtenção de elementos constitutivos e explicativos das questões de pesquisa. Na primeira etapa, os dados gerados pelo projeto Radis foram fundamentais e, apesar de suas limitações, constituíram no ponto de partida para a caracterização geral dos

³ Este indicador mede a desigualdade, onde 0 corresponde à completa igualdade e 1 corresponde à completa desigualdade.

⁴ Aqui, parte-se do pressuposto de que o mercado é um processo de construção social (Polanyi, 1987), não meramente um instrumento de junção entre demanda e oferta, mas um processo sociológico, de interações, trocas, empoderamentos e inclusão.

assentados estudados. Na fase seguinte, com proposição explicativa, outras técnicas foram adotadas de forma a garantir a qualidade da análise.

1.3.1 A pesquisa e suas fases

Para melhor compreensão do objetivo, a pesquisa terá uma abordagem qualitativa e quantitativa. Segundo Laville e Dione (1999, p.226) “as perspectivas quantitativas e qualitativas não se opõem então e podem até parecer complementares, cada uma ajudando a sua maneira o pesquisador a cumprir sua tarefa, que é a de extrair as significações essenciais da mensagem. ”

1.3.2 Percurso da pesquisa

A primeira etapa da trajetória metodológica desta pesquisa fundamentou-se em pesquisa bibliográfica exploratória mais notadamente caracterizada pelo levantamento de material teórico, a qual ocorreu ao longo do ano de 2015 e 2016.

Realizou-se um levantamento bibliográfico cuja finalidade é munir-se das informações já promovidas por outros autores, visando evitar a duplicidade de pesquisas e contribuir para trazer informações justamente onde percebeu-se lacunas na pesquisa com a comercialização de assentamentos rurais, buscou-se ainda trazer real contribuição para a área de conhecimento.

Utilizou-se da observação direta do pesquisador em atividades de campo, com a finalidade de perceber elementos subjetivos aos números e ampliar o olhar sobre a realidade no universo de pesquisa.

1.3.3 Entrevistas exploratórias

Foram realizadas entrevistas semiestruturadas e não estruturadas exploratórias em três etapas. A primeira etapa foi realizada entre os dias 28/02 e 05/03/2016, em que o autor participou como observador de dois encontros com os assentados da reforma agrária dos municípios de Garantã do Norte e Cláudia cujo foco foi aproximar da realidade dos assentados e dos temas discutidos por eles. A segunda etapa ocorreu entre os dias 31/07 e 06/08/2016 e teve como foco diálogos com organizações públicas e privadas da região com algum envolvimento com os assentados da reforma agrária no campo de políticas públicas, acesso a mercados, organização da produção e assistência técnica, havendo também visitas a agricultores

considerados exitosos na experiência com produção sustentável e comercialização. A terceira etapa aconteceu entre os dias 07/12 e 14/12/2016 e teve como foco específico explorar as experiências de comercialização oriundas de assentamentos rurais ou da agricultura familiar, tanto de pessoas físicas (agricultor), como de organizações jurídicas (cooperativas e associações), que estavam acessando mercados, bem como organizações/instituições que direta ou indiretamente contribuem para a compreensão desta realidade (prefeituras, secretarias de educação e agricultura, empresas de assistência técnica além de empresas varejistas) e feiras livres da agricultura familiar. Em seguida, os **Quadros 1, 2 e 3** apresentam a relação dos atores entrevistados em diferentes municípios e etapas da pesquisa.

Quadro 1 – Instituições governamentais entrevistadas.

Data	Organização	Município
01/03/2016	Empresa Mato-grossense de Extensão Rural	Guarantã do Norte
04/03/2016	Empresa Mato-grossense de Extensão Rural	Cláudia
01/08/2016	Secretaria de Estado de Agricultura familiar e Assuntos fundiários - SEAF	Cuiabá
02/08/2016	Universidade Federal do Mato Grosso	Sinop
02/08/2016	Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB	Sinop
03/08/2016	Secretaria Municipal de Alta Floresta- SECMA. Projeto Olhos d'água da Amazônia	Alta Floresta
03/08/2016	Universidade Estadual do Mato Grosso - UNEMAT	Alta Floresta
05/08/2016	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa Agrossilvipastoril)	Sinop
08/12/2016	Secretaria Municipal de Agricultura	Carlinda
08/12/2016	Departamento de Tributação e Cadastro	Carlinda
10/12/2016	Secretaria Municipal de Educação	Novo Mundo
12/12/2016	Secretaria de Educação – Nutricionista e setor de compras	Guarantã do Norte
13/12/2016	Empresa Matogrossense de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMPAER	Guarantã do Norte
13/12/2016	Instituto de Defesa Agropecuária do Estado de Mato Grosso – INDEA	Guarantã do Norte
13/12/2016	Secretaria Municipal de Agricultura	Guarantã do Norte
14/12/2016	Reunião com as secretarias de Educação, Agricultura e de Gabinete	Novo Mundo

Fonte: Elaborado pelo autor, 2016.

Quadro 2 – Instituições não governamentais entrevistadas.

Data	Organização	Município
04/03/2016	Cooperativa Mista Agropecuária Cláudia - COOPERCLÁUDIA	Cláudia
04/03/2016	Cooperativa de Trabalho em Assessoria a Empresas Sociais de Assentamentos da Reforma Agrária – COOPERAR	Cláudia
03/08/2016	Instituto Centro e Vida – ICV	Alta Floresta
03/08/2016	Instituto Ouro Verde – IOV	Alta Floresta
05/08/2016	Projeto Sementes do Portal	Terra Nova do Norte
05/08/2016	Cooperativa Agropecuária Mista Terra Nova Ltda.	Terra Nova do Norte
05/08/2016	Cooperativa dos Agricultores Ecológicos do Portal da Amazônia – COPERAGREPA	Terra Nova do Norte
07/12/2016	Feira da Agricultura Familiar	Carlinda
08/12/2016	Secretaria Municipal de Educação	Carlinda
08/12/2016	Cooperativa dos Produtores Hortifrutigrangeiros de Carlinda Ltda	Carlinda
08/12/2016	Instituto Ouro Verde	Alta Floresta
09/12/2016	Supermercado Kunfuku	Carlinda
09/12/2016	Cooperativa Mista de Pequenos Agricultores do Setor Canaã Ltda.	Carlinda
09/12/2016	Associação Comunitária Rural Monte Sinai – CRMS (Agroindústria de Polpas de Frutas)	Carlinda
12/12/2016	Consórcio Intermunicipal Portal da Amazônia	Guarantã do Norte
12/12/2016	Abatedouro Guarantã - Privado (pequeno porte)	Guarantã do Norte
12/12/2016	Secretaria de Educação – Nutricionista e setor de compras	Guarantã do Norte
13/12/2016	Cooperativa Mista Agropecuária Guarantã do Norte Ltda – COOPERGUARANTÃ	Guarantã do Norte
13/12/2016	Supermercado Del Moro	Guarantã do Norte

Fonte: Elaborado pelo autor, 2016.

Quadro 3 – Agricultores/assentados/produtores entrevistados.

Data	Agricultor(a)/assentado(a)	Município
03/08/2016	Família produtora de hortaliças e pecuária com pastagem rotativa (Marceli e Valdir)	Alta Floresta
05/08/2016	Agricultor silvilpastoril	Terra Nova do Norte
05/08/2016	Agricultores de frutas e agroindústria de polpas	Terra Nova do Norte
09/12/2016	Produtora maracujá e polpas (Sebastiana Souza)	Carlinda
09/12/2016	Produtor de cachaça (Hélio Pinzan)	Carlinda
10/12/2016	Produtor de banana (Joaquim Bezerra)	Novo Mundo
10/12/2016	Produtor de banana (José Elias Barbosa)	Novo Mundo
11/12/2016	Visita a Feira da Agricultura Familiar – Severino Francisco da Silva	Guarantã do Norte
11/12/2016	Visita a Feira da Agricultura Familiar – Tarcísio Schiehl	Guarantã do Norte
11/12/2016	Visita a Feira da Agricultura Familiar – Renato Silveira (Presidente Associação dos Chacareiros)	Guarantã do Norte
11/12/2016	Visita a Feira da Agricultura Familiar – Neuza Brunner e Flaviane Brunner	Guarantã do Norte
11/12/2016	Visita a Feira da Agricultura Familiar – Airton Ávila (produtor de orgânico)	Guarantã do Norte
11/12/2016	Visita a Feira da Agricultura Familiar – Waldemar Kerckhoff (embutidos)	Guarantã do Norte
12/12/2016	Produtor de hortaliças (hidropônicas)	Guarantã do Norte
13/12/2016	Produtor de Quiabo	Guarantã do Norte
13/12/2016	Produtor de Laranja	Guarantã do Norte
13/12/2016	Produtor pecuarista (leite e corte)	Guarantã do Norte

Fonte: Elaborado pelo autor, 2016.

1.3.4 Dados primários

A pesquisa censitária foi realizada em 876 lotes/parcelas, 17 assentamentos rurais da reforma agrária localizados nos municípios de Carlinda, Guarantã do Norte e Novo Mundo situados na região Norte do Mato Grosso. Estes lotes correspondem somente aos lotes/parcelas que foram identificados como beneficiários⁵ diretos ou real beneficiários da reforma agrária, portanto os outros lotes que o Projeto Radis coletou os dados nestes municípios e que foram considerados de ocupação irregular, não são alvo desta dissertação. Os 876 lotes possuem uma população total de 1.934 pessoas.

⁵ Pessoa/família incluída na Relação de Beneficiários do projeto de assentamento do INCRA. (BRASIL, DECRETO Nº 8.738, de 3 de Maio de 2016).

Os dados primários utilizados nesta pesquisa foram coletados pela equipe técnica de campo do projeto Radis, por meio de formulário eletrônico em aplicativo específico, estruturado para obter dados sobre o perfil socioeconômico, produção, acesso a mercados, ambientais e de infraestrutura permitindo o cruzamento de variáveis para melhor compreensão da realidade dos assentamentos.

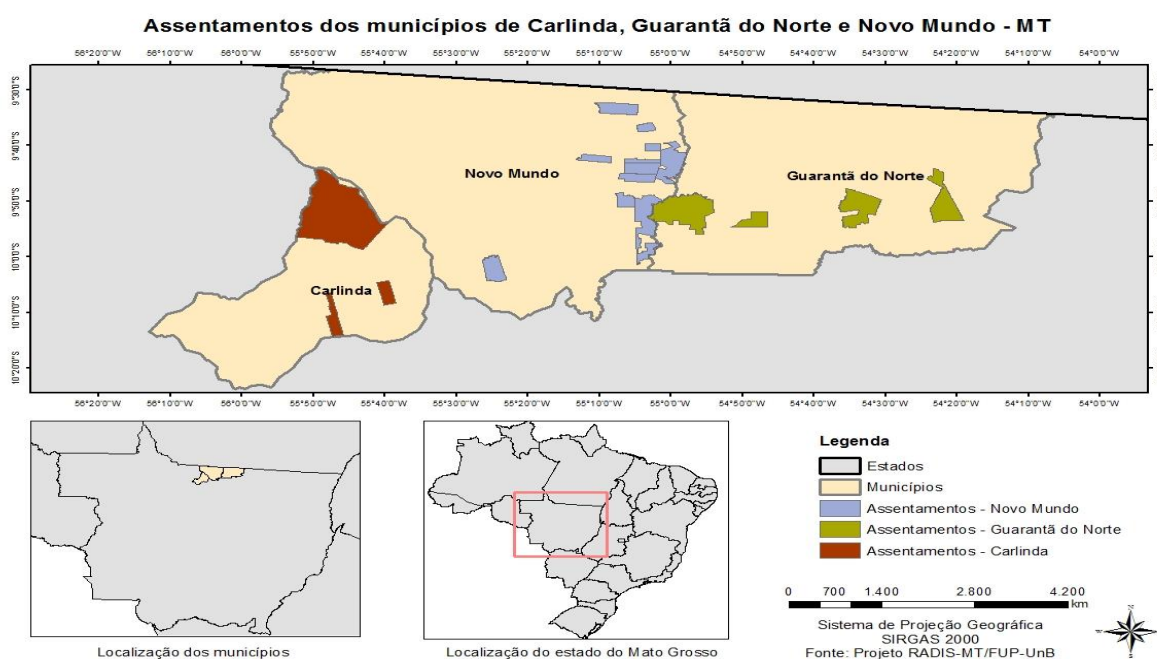
1.3.5 Caracterização da área de estudo

A pesquisa compreende a área geográfica dos municípios de Carlinda, Guarantã do Norte e Novo Mundo (**Figura 1**) localizados na mesorregião Norte Mato-grossense e nas microrregiões de Alta Floresta e Colíder (IBGE) e a macrorregião Norte (IMEA). Estão localizados entre os municípios de Alta Floresta, Canaã do Norte, Colíder, Nova Guarita, Novo Mundo, Matupá e Terra Nova do Norte, que se situam na divisa com estado do Pará. A macrorregião Norte (divisão geográfica definida pelo Estado do Mato Grosso) é um recorte estadual compreendendo 17 municípios composta pelo bioma Amazônica, com florestas e savanas densas (IMEA, 2010).

Quanto ao processo de criação dos assentamentos, existe um contexto histórico em que determinado período privilegiou a criação deste ou daquele formato de assentamento. Os Projetos de Assentamento Conjunto (PAC) criado no fim da ditadura militar, período em que a reforma agrária estava ligada à ocupação e colonização da Amazônia ou de espaços de fronteiras. Após este período, a próxima geração de assentamentos, são os Projetos de Assentamentos (PAs), que tinham viés atrelado à lógica da produção e a redistribuição de terras, e somente posteriormente surgiram as modalidades que valorizavam sistemas de produção alternativos com a preocupação da sustentabilidade e da valorização da floresta em pé. Segundo Alencar et al. (2016, p.32), a criação de assentamentos “ambientalmente diferenciados” já vinha desde 2004 e se consolidou em 2006, indicando uma preferência pela criação de assentamentos que convergissem para que as questões como o uso florestal com a adequada conservação, atrelando a produção, viabilidade e o uso sustentável da floresta estivessem presentes neste novo formato de ocupação e utilização do solo. Contudo, os assentamentos “convencionais” ocupam 52% da área destinada aos assentamentos na Amazônia, principalmente os localizados no Arco do Desmatamento, onde esta pesquisa foi desenvolvida.

Nos assentamentos pesquisados nesta dissertação, 88% são PA, um é Projeto de Desenvolvimento Sustentável e o outro um PAC. Dos 17 assentamentos, 15 foram criados antes de 2006, portanto em sua maioria a conversão da floresta em pé para pasto destinado para o gado era uma prática recorrente, incentivada e ainda utilizada na Amazônia, como demonstra Alencar et al. (2016), em que a pecuária extensiva é a principal causa de desmatamentos em assentamentos na Amazônia alinhada a uma ausência de políticas públicas como vetor indireto de incentivo ao desmatamento.

Figura 1 – Mapa dos assentamentos localizados nos municípios de Carlinda, Guarantã do Norte e Novo Mundo – MT.



Fonte: RADIS, 2017.

Trata-se de uma região desfavorável ao plantio de lavouras devido ao relevo, e que tem na pecuária, com destaque para o gado de corte, sua principal atividade econômica (IMEA, 2010).

Os três municípios possuem uma área de 12.918,74 km² com uma população de 50.538 habitantes (64% rural e 36% urbana), perfazendo uma densidade média de 4,22 hab/km², com destaque para o município de Novo Mundo, que apresenta uma densidade de apenas 1,27 hab/km² (**Tabela 1**). A população destes municípios corresponde a 1,67% da população estadual, salientando que o estado possui 18,20% da sua população na área rural.

Tabela 1 – Cenário demográfico dos municípios da pesquisa.

Municípios	Pop. Total	Pop. Urbana	%	Pop. Rural	%	Área (km ²)	Densidade
Carlinda	10.990	4.575	42	6.415	58	2.393.027	4,59
Guarantã do Norte	32.216	8.276	26	23.940	74	4.734.751	6,80
Novo Mundo	7.332	2.883	39	4.449	61	5.790,96	1,27
Total	50.538	15.734	36%*	34.804	64%*	7.133.569	4,22*

Fonte: IBGE, 2010. * Média

Com um Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - IDHM⁶ que variam entre 0,665 e 0,703 (IBGE, 2010) (Tabela 2) os municípios estão classificados entre médio e alto.

Tabela 2 – PIB e sua composição nos municípios da pesquisa.

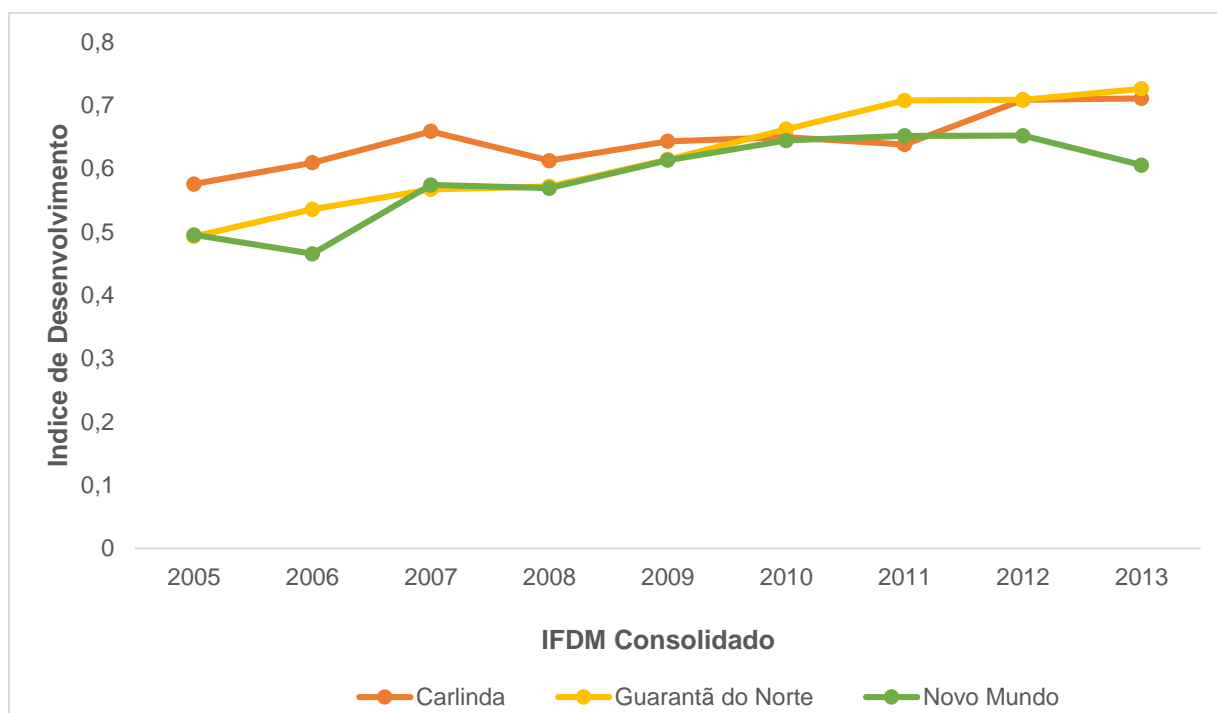
Unidade Territorial	PIB preços correntes (Mil R\$)	Agropecuária (%)	Indústria (%)	Serviços, exceto público (%)	Serviços Públicos (%)
Carlinda	121.994,00	24,78	6,22	27,86	41,14
Guarantã do Norte	546.077,00	10,42	18,02	42,59	28,97
Novo Mundo	115.679,00	41,16	3,52	20,46	34,86
Média	261.250,00	25,45	9,25	30,30	34,99

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA, 2010.

⁶ Segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD (2017) “o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é uma medida resumida do progresso a longo prazo em três dimensões básicas do desenvolvimento humano: renda, educação e saúde. [...] Criado por Mahbub ul Haq com a colaboração do economista indiano Amartya Sen, ganhador do Prêmio Nobel de Economia de 1998, o IDH pretende ser uma medida geral e sintética [...] sobre o desenvolvimento humano.”

No **Gráfico 1**, está representada a evolução anual dos municípios da pesquisa entre os anos de 2005 a 2013 com base no Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM).

Gráfico 1 – IFDM consolidado: evolução anual dos municípios da pesquisa (2005-2013).



Fonte: Adaptado de FIRJAN, 2015.

Na **Tabela** existe a posição estadual e nacional fundamentada no IFDM consolidado dos municípios pesquisados.

Tabela 3 – Posição nacional e estadual dos municípios da pesquisa com base no IFDM.

Município	Nacional	Estadual	IFDM Consolidado
Carlinda	1794 ^o	43 ^o	0.7112
Guarantã do Norte	1515 ^o	39 ^o	0.7264
Novo Mundo	3677 ^o	109 ^o	0.6058

Fonte: Adaptado de FIRJAN, 2015.

CAPÍTULO 2 – Ações de Pesquisa, Estratégias e Produção Agropecuária em Assentamentos Rurais

É crescente o número de publicações científicas sobre assentamentos rurais no Brasil, estudos em diferentes escalas, diferentes universos, diferentes períodos, são produzidos com olhares para “as dimensões econômicas, produtivas, meio ambiente, estrutura fundiária e política” (LEITE et al., 2004, p.22).

Com o aumento do número de assentamentos também surgiram novas demandas para o campo acadêmico e muitas perguntas foram e são formuladas numa tentativa de compreender as direções que a reforma agrária dava a esta miríade de trabalhadores rurais, bem como os rumos que estes trabalhadores davam a própria vida com as possibilidades que lhes eram apresentadas.

Este universo apresentou possibilidades imensas de construções e de pesquisas, que ainda é carente de necessidades básicas que os números insistem em mostrar os tantos sucessos e fracassos desta trajetória.

Para citar algumas destas pesquisas, que vão variar em muito específicas como “Castro et al. (1988), com base numa amostra de 23 projetos de assentamentos implantados entre 1980 e 1983, ainda no regime militar” outras com caráter regional, como Ferrante e Bergamasco (1995), que analisaram e avaliaram o Censo de Assentamentos Rurais do estado de São Paulo. Já Leite et al. (2004) com o Impacto dos Assentamentos - um estudo sobre o meio rural brasileiro, traz uma pesquisa ampla que analisa manchas⁷ de assentamentos através dos seus impactos externos, internos e os processos de mudanças econômica, política e social ocorridas. A pesquisa de Leite et al. teve como universo nove estados, 39 municípios, 92 projetos de assentamentos, aproximadamente 15 mil assentados e 1.568 questionários aplicados (LEITE, et al., 2004). Outra pesquisa, mais restrita realizada por Pereira (2005) abordou o Crédito Rural e a inadimplência dos assentados em Seropédica (RJ). A Qualidade dos Assentamentos da Reforma Agrária Brasileira, uma pesquisa abrangente, coordenada por França e Sparoveck (2005) percorreu 4.340 assentamentos e entrevistou 14.414 pessoas nas cinco macrorregiões do Brasil. França e Sparoveck (2005, p.11) afirmam que “a pesquisa foi considerada a mais abrangente já realizada no Brasil sobre os assentamentos da reforma agrária”.

⁷ “[...] áreas com elevada concentração de projetos de assentamento e alta densidade de famílias assentadas por unidade territorial, denominadas *manchas*.” (LEITE, 2004, p.30).

Com a realização do Censo Agropecuário de 2006, IBGE (2006), Marques, Del Grossi e França (2012) em O Censo 2006 e a Reforma Agrária, buscou através de uma visão crítica aos dados, apresentarem os primeiros resultados gerados sobre a reforma agrária e os assentamentos rurais com as informações censitárias

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA (2013) também realizou uma pesquisa em São Paulo avaliando a situação de assentamentos rurais da reforma agrária considerando fatores de sucesso ou insucesso.

Uma pesquisa de grande visibilidade aconteceu em 2009, a partir da Confederação Nacional da Agricultura (CNA), que contratou o Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (IBOPE) para realizar uma pesquisa de opinião pública em nove estados⁸ nos dias 12 a 18 de setembro com 1.000 entrevistas em nove assentamentos abordando questões de produção e renda. Segundo Mello (2016, p. 26), “cujos resultados, a despeito de evidentes limitações teóricas, mostraram uma situação de penúria econômica” dos assentamentos. Como resultados da pesquisa, a senadora Kátia Abreu na época declarou que o “INCRA está criando favelas rurais [...] esse modelo está errado e não funciona. [...] Nós precisamos ter gente assentada com qualidade”.⁹ Não faltaram críticas à metodologia, a escolha dos assentamentos, ao tamanho do universo pesquisado, que segundo Hackbart seria uma amostra insuficiente reforçando os números do Censo Agropecuário de 2006, “fico com o censo e não com o Ibope, que pesquisou mil famílias”,¹⁰ crítica à pesquisa da CNA também foi corroborada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG)¹¹.

Em 2010, o INCRA realizou uma Pesquisa sobre Qualidade de Vida, Produção e Renda nos Assentamentos da Reforma Agrária (PQRA) em todos os estados da União cujo objetivo era compreender a realidade dos assentamentos para promover políticas públicas orientadas ao universo específico dos assentados. A pesquisa passou pelas seguintes finalidades:

⁸ Bahia, Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Mato Grosso, Pará, Pernambuco, São Paulo e Tocantins

⁹ Reportagem – “Kátia Abreu apresenta pesquisa da CNA e diz que o Incra está criando ‘favelas rurais’”. Disponível em: <<http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2009/10/13/katia-abreu-apresenta-pesquisa-da-cna-e-diz-que-o-incra-esta-criando-favelas-rurais>>. Acesso em: 13 fev. 2017.

¹⁰ Reportagem “Incra diz que pesquisa da CNA sobre produção em assentamentos não é confiável”. Disponível em: <<http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2009-10-13/incra-diz-que-pesquisa-da-cna-sobre-producao-emassentamentos-nao-e-confiavel>>. Acesso em: 13 fev. 2017.

¹¹ Reportagem - Contag critica pesquisa encomendada pela CNA. Disponível em: <<http://www.portalctb.org.br/site/noticias/rurais/7352-contag-critica-pesquisa-encomendada-pela-cna>>. Acesso em: 14 fev. 2017.

- Levantar quem são, como vivem, o que produzem, como produzem e o que pensam as famílias assentadas da reforma agrária de todo o País.
- Constituir uma ampla base de informações para orientar a implementação da reforma agrária nos próximos anos.
- Contribuir para o desenvolvimento sustentável do País, ao fornecer recursos valiosos para o estudo e a pesquisa brasileira sobre os impactos da reforma agrária.

Como resultados a pesquisa apontou necessidades de melhorias em alguns pontos, como também evidenciou a melhoria na qualidade de vida após o acesso à terra, incluindo melhoria nas áreas de moradia, educação, saúde, alimentação e renda (INCRA, 2010)¹²

Vários estudos, pesquisas e publicações buscam compreender desde problemas mais pontuais até os mais abrangentes e de forma mais ampla buscam respostas sobre como melhorar a qualidade de vida dos assentados da reforma agrária. O próprio conceito de desenvolvimento precisa ser ampliado para além da visão de apropriação econômica ou renda (SEN, 2000). Na América num processo novo, se dialoga sobre o bem-viver. “El buen vivir se interesa más en la calidad de vida de las personas y el respeto por la Naturaleza (GUDYNAS, 2011, p.232). Para Sen (2000, p.29), “o desenvolvimento tem de estar relacionado sobretudo com a melhora da vida que levamos e das liberdades que desfrutamos”. Numa crítica à abordagem sobre avaliação de desempenho da reforma agrária realizada pelos governos numa tentativa de padronizar através dos números, simplifica a realidade da mesma. França e Sparoveck (2005, p.37) afirmam que:

Aspectos como qualidade de vida, desenvolvimento econômico dos projetos, impactos ambientais, benefícios regionais e abrangência das ações na modificação e melhoria das comunidades locais do entorno das áreas reformadas assumem papel secundário sob essa forma de avaliar o desempenho.

¹² Reportagem Pesquisa inédita aponta que qualidade de vida em assentamentos melhorou <http://www.incra.gov.br/pesquisa-inedita-aponta-que-qualidade-de-vida-em-assentamentos-melhorou> publicada em 29/12/2010. Acesso em: 22/07/2017

Esta pesquisa pretendeu, em alguma medida, compreender parte deste universo dos assentamentos e, de alguma forma, espera-se retornar aos mesmos, contribuindo para a escolha de como querem caminhar.

2.1 Estratégia e estratégia como padrão

O termo estratégia tem origem na palavra grega “*stratego*” que na Grécia antiga poderia ser traduzido como a “[...] arte do general em conduzir o exército à vitória em uma guerra” (SOUTO-MAIOR, p.143).

Os registros escritos de SunTzu, sobre a Arte da Guerra, que tratam de um conjunto de princípios para analisar os fatores que caracterizam o exército inimigo como, a geografia, foram publicados em torno de 400 a. C.. Segundo Mintzberg e Quinn (1991), na época de Péricles (450 a.C.), estratégia já tinha a denotação de habilidade administrativa.

No início, o termo estratégia tinha um significado militar e um conceito amplo. Segundo Ansoff (1977), a vinculação do termo à área de negócios, empresarial, foi por meio de Von Neumann e Morgenstern com a teoria dos jogos em 1948. Mintzberg e Quinn (1991) afirmam que o termo foi incorporado à administração na década de 1960. Stead (2008) também vai mencionar que o termo foi incorporado por outros contextos como o político e econômico, mas sem perder a sua raiz semântica.

Conceitualmente, o termo estratégia no decorrer dos anos passa por pequenas variações, mas a essência vem sendo garantida. Sua raiz semântica vem sendo preservada e não existe um conceito, uma definição única mundialmente aceita (ANSOFF, 1977; MINTZBERG, 2006).

Historicamente, os conceitos geralmente associados a estratégia visam a antecipação de cenários, estabelecimento de objetivos, regras, prazos, planos, políticas, metas e outros numa tentativa de defini-la. Conceitos estes que foram incorporando novas áreas sem perder a essência. Isto pode ser constatado no **Quadro 4**, em que aparecem diferentes conceituações para estratégia no decorrer dos anos.

Quadro 4 – Conceituação para estratégia.

(continua)

Autor	Conceito
Von Neumann e Morgenstern (1947)	É uma série de ações realizadas por uma empresa conforme uma situação em particular.
Drucker (1954)	É a análise de situação atual e de mudanças se necessárias. Incorpora-se a esta análise os recursos disponíveis e os que precisam ser adquiridos.
Ansoff (1965)	É um conjunto de regras de tomada de decisão em condições de desconhecimento parcial. As decisões estratégicas dizem respeito à relação entre a empresa e o seu ecossistema.
Learned, Christensen, Andrews, Guth (1965) e Andrews (1971)	É o padrão de objetivos, fins ou metas e principais políticas e planos para atingir esses objetivos, estabelecidos de forma a definir qual o negócio em que a empresa está e o tipo de empresa que é ou vai ser.
Steiner e Miner (1977)	É o forjar de missões da empresa, estabelecimento de objetivos à luz das forças internas e externas, formulação de políticas específicas e estratégias para atingir objetivos e assegurar a adequada implantação de forma a que os fins e objetivos sejam atingidos.
Quinn (1980)	É um modelo ou plano que integra os objetivos, as políticas e a sequência de ações num todo coerente.
Porter (1981)	É a escolha da firma de variáveis de decisão-chave, como preço, promoção, quantidade e qualidade. A empresa, para ter bom desempenho, deve se posicionar corretamente na sua indústria.
Porter (1985)	É um conjunto de ações ofensivas ou defensivas para criar uma posição defensável numa indústria, para enfrentar com sucesso as forças competitivas e, assim, obter um retorno maior sobre o investimento.
Mintzberg (1988a)	É uma força mediadora entre a organização e o seu meio envolvente: um padrão no processo de tomada de decisões organizacionais para fazer face ao meio envolvente.
Ansoff e McDonell (1990)	É um conjunto de regras de tomada de decisão para orientação do comportamento de uma organização. Há quatro tipos distintos de regras: padrões pelos quais o desempenho presente e futuro da empresa é medido (objetivos, metas); regras para desenvolvimento da relação com seu ambiente externo (estratégia de produto e mercado, ou estratégia empresarial); regras para o estabelecimento das relações e dos processos internos na organização (conceito organizacional); regras pelas quais a empresa conduzirá suas atividades do dia-a-dia (políticas operacionais).
Mintzberg e Quinn (1991)	É um modelo ou plano que integra os objetivos, as políticas e as ações sequenciais de uma organização, em um todo coeso.
Porter (1996)	Significa desempenhar atividades diferentes das exercidas pelos rivais ou desempenhar as mesmas atividades de maneira diferente.

Mintzberg, Ahlstrand e Lampel (1998)	É força mediadora entre a organização e o seu meio envolvente, centrando-se nas decisões e ações que surgem naturalmente. A formação da estratégia não se limita aos processos intencionais, mas pode ocorrer como um padrão de ações formalizadas ou não.
--------------------------------------	--

Fonte: Adaptado de Mainardes; Ferreira; Raposo, 2011.

Existem outras tantas definições conceituais de estratégias para além das mencionadas acima, portanto, a amplitude dos conceitos torna estratégia um “[...] conceito complexo e carregado de subjetividade” (MAINARDES; FERREIRA; RAPOSO, 2011, p.284).

Para Mintzberg et al. (2006) a estratégia é apresentada à partir de cinco definições, plano, pretexto, padrão, posição e perspectiva. De forma geral, as definições de plano, pretexto, posição e perspectiva estão relacionados respectivamente com uma ação conscientemente pretendida para lidar com determinada situação, com a utilização de manobra(s) para superar um oponente ou concorrente, com o posicionamento da organização no ambiente (contexto interno e externo) e a maneira como a organização olha o mundo e interage com o ecossistema.

Quando Mintzberg et al. (2006, p.24, grifo do autor) afirmam que estratégia é “especificamente um padrão em uma corrente de ações. [...] em outras palavras, por essa definição, estratégia é *consistência* no comportamento, *pretendida ou não*”, o mesmo em alguma medida impõe um novo olhar para a definição de estratégia. Neste caso definido como estratégias deliberadas, em que existe intenção prévia para a realização e as estratégias emergentes em que os padrões foram desenvolvidos sem intenção prévia.

A opção em trabalhar com autores clássicos da administração, mesmo conhecendo as limitações desta vertente e conhecendo a linha de pensamento da Construção Social de Mercado ou a nova sociologia econômica, foi uma opção do autor realizar este diálogo interdisciplinar com a teoria clássica da estratégia.

2.2 “Amigos do rei”, acesso à terra, Reforma Agrária e produção agropecuária

O monopólio de terras no Brasil começa antes mesmo da sua “descoberta” pelos portugueses, quando as duas potências mundiais, Portugal e Espanha travavam uma batalha sobre as grandes expedições no mundo com a finalidade de adquirirem especiarias, metais preciosos e novas matérias primas, para tanto necessitavam de

novas terras. Após tratativas entre os dois países, o Papa Alexandre VI em 1494 estabeleceu o Tratado de Tordesilhas em que dividia o planeta Terra, considerando que as terras a 370 léguas das ilhas de Cabo Verde para o Ocidente pertenciam à Coroa Portuguesa evitando assim um conflito entre as duas maiores potências da época.

A partir de 1534, a Coroa Portuguesa inicia exploração à nova colônia, as terras do Brasil. Percebendo a inviabilidade devido à falta de estrutura para realizá-la, divide em quinze Capitânicas Hereditárias e terceirizando-as aos capitães-donatários ligados à coroa (MOTA; BRAICK, 1998).

As capitânicas hereditárias surgem dentro do contexto de assegurar o domínio territorial e comercial da coroa Portuguesa. Neste momento, era necessário garantir as condições de produção e domínio territorial, já que havia grande demanda de açúcar pela Europa e o Brasil poderia produzi-lo. No nordeste brasileiro, a concorrência com os holandeses foi um fator a mais na política territorial portuguesa no Brasil (FAORO, 2001). Segundo McMichael (2016, p.39), “os frutos do império (e da escravidão) incluíam notórias mercadorias do prazer – estimulantes, tabaco, café, chá e açúcar”. Este último originalmente uma raridade passou rapidamente para um artigo de luxo transformando numa *commodity* agrícola e na expressão da ascensão capitalista que continuou a buscar especiarias para a aristocracia e alimentos baratos pelo mundo para suprir amido em suas várias formas uma classe de trabalhadores depauperados basicamente.

Segundo Laranjeiras (1988), as Sesmarias¹³ não deram certo no Brasil, devido a uma inversão real do papel das mesmas que em tese, deveriam democratizar o acesso à terra, ampliar produção e gerar desenvolvimento e na verdade transformaram num instrumento de manutenção de privilégios da aristocracia rural do nosso país e de Portugal.

Neste momento da história, as terras no Brasil ainda não tinham sido transformadas em mercadoria, mas sim num privilégio a um determinado grupo, (GUIMARÃES,1989), próximo à Coroa Portuguesa e composto por nobres, empresários, comerciantes e burocratas (MOTA; BRAICK, 1998).

¹³ Segundo o Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa (2ª edição), sesmaria é um lote de terra inculto ou abandonado, que os reis de Portugal cediam a sesmeiros que se dispusessem a cultivá-lo.

O caráter da colonização a partir da exploração dos recursos naturais e humanos através do trabalho escravo, teve como objetivo fornecer produtos ao mercado externo com base na produção agrícola (localizada no litoral) e mineradora (interior do país) realizada em grande escala organizada em núcleos produtores, em que “[...] a colonização não se orienta no sentido de constituir uma base econômica sólida e orgânica, isto é, a exploração racional e coerente dos recursos do território para a satisfação das necessidades materiais da população que nele habita”. (PRADO JÚNIOR, 1972, p.73). Freyre (2003, p. 43) destaca que “formou-se na América Tropical uma sociedade agrária na estrutura, escravocrata na técnica de exploração econômica, híbrida de índio – mais tarde de negro – na composição”.

Este arcabouço ou elementos fundamentais e característicos da vida econômica da colônia através da sua forma de organização da produção, da propriedade, vão gerar desigualdades enormes durante o período colonial. Prado Júnior (1972, p.124) afirma que “[...] é neste sistema de organização do trabalho e da propriedade que se origina a concentração extrema de riqueza que caracteriza a economia colonial”.

Com a Lei nº 601, de 1850 (Lei Imperial de Terras), é que se traz o fundamento jurídico para aquisição de terras no Brasil, transformando-as em propriedades privadas. Em tese todo brasileiro poderia a partir daquele momento adquirir sua propriedade rural, transformando sua concessão de uso hereditário em direito de compra e venda desde que adquirisse da Coroa. Claramente uma forma de impedir que os trabalhadores escravizados ou não, fossem impedidos de adquirir terras, pois não possuíam capital para isto.

Com a abolição da escravatura, aprofunda uma crise no modelo agroexportador, dependente do trabalho escravo. Nova crise acirrou-se com a interrupção do comércio durante a I Guerra Mundial (1914 – 1918) entre a Europa e as Américas. Surge então a imigração principalmente da Europa (alemães, italianos, russos e japoneses em sua maioria) espalhando principalmente pela região Sul e Sudeste do país (SOUCHAUD e FUSCO, 2012). De acordo com Sakurai (1998) até 1941 entraram 235 mil japoneses no Brasil, tornando a segunda maior imigração inferior somente à imigração portuguesa.

A revolução de 1930 impõe o fim do estado oligárquico rural no Brasil, representando uma vitória da cidade sobre o campo. A oligarquia rural perde espaço

nas decisões econômicas do país, sendo especialmente entre os anos 1950 e 1960 em que as macro decisões foram direcionadas aos interesses de uma burguesia industrial (IANNI, 2005).

Numa alusão ao contexto histórico da questão agrária do Brasil, Carvalho, (2010) e Mattei, (2012) afirmam que a Questão Agrária no Brasil está intimamente relacionada ao processo de colonização que o país sofreu.

A partir da década de 1960 com o declínio do modelo de industrialização adotado pelo Brasil e sua capacidade de articulação com o poder político, abre espaço para reivindicações e o fortalecimento dos movimentos sociais ligados à terra e sindical apoiado por intelectuais e partidos de esquerda, logo silenciados pelo golpe militar de 1964.

Em grande medida, o processo de modernização agrícola desencadeado pela Revolução Verde contribuiu em larga escala com a ampliação de oligopólios ligados à produção e comercialização por meio do aumento da dependência de pacotes tecnológicos que se fundamentam fortemente na dependência de energias não renováveis como os adubos químicos, agrotóxicos, mecanização agrícola e principalmente nos organismos geneticamente modificados (transgênicos).

Este processo de modernização agrícola proporcionou também a exclusão de agricultores que não conseguiram se adaptar à realidade dos grandes investimentos, maquinários agrícolas, altos empréstimos, ficando à margem do processo, levando-os a migrarem para os centros urbanos, provocando uma brutal concentração urbana e de terras no Brasil. Esses impactos refletem até os dias atuais na desigualdade observada no universo rural e urbano.

Os dados do Censo Agropecuário de 2006 do IBGE, mostram que o Brasil possui uma alta concentração de terras que foram e são reforçadas por momentos históricos de favorecimento a determinados grupos, como as capitânicas hereditárias, a Lei Imperial de Terras (1850) (MORENO, 1999) e a Revolução Verde (FERNANDES, 2011).

O censo agropecuário de 2006 traz dados que ratificam a tese da concentração de terras no Brasil. Os estabelecimentos rurais com menos de dez hectares totalizam quase 2,5 milhões, num universo de 5,18 milhões, quase a metade do total de estabelecimentos rurais existentes no Brasil, ocupando apenas 2,7% da área total,

enquanto os estabelecimentos rurais com mais 1.000 hectares representam apenas 0,91% do total, mas ocupam 44,4% da área total (IBGE, 2009).

Para Delgado (2010), à partir da década de 1970 o Brasil, vive uma disputa entre dois modelos contraditórios; o projeto neoliberal vinculado ao agronegócio, da produção de *commodities*, produção orientada à exportação, vinculada a grandes empresas; e o projeto democratizante, vinculado à reforma agrária, ao desenvolvimento rural com foco na agricultura familiar, na democracia participativa e no fortalecimento da governança democrática no país, um projeto de desenvolvimento rural fundamentado na agricultura familiar.

Em 2003, com a chegada de Luís Inácio Lula da Silva (Lula) à presidência da República, entende-se que o projeto democratizante que possui forte base na reforma agrária, movimentos sociais urbanos e rurais e na democracia participativa, galgou novos espaços ainda não frequentados.

Este projeto não chega sozinho ao poder, com uma ampla aliança, “[...] incluindo setores atrasados da classe dominante agrária [...]” (SAUER, 2012, p.22), que contribuíram para chegada do Partido dos Trabalhadores (PT) ao poder impediu que avanços mais significativos na formulação e implantação de políticas públicas fossem efetivados (BOITO e BERRINGER, 2014) e avançasse numa pauta mais progressista. Com um contexto de grande demanda internacional por *commodities* ou matérias primas, principalmente pela China, o Brasil gera superávit na balança comercial, principalmente puxado pelo agronegócio e uma concentração na pauta de exportação, com a tríade grãos, carne e sucroalcooleiro (MERCADANTE, 2010).

O agronegócio, neste contexto é considerado como estratégico para os novos rumos do país, para equilíbrio e geração de superávit na balança comercial, mas internamente principalmente a soja com alta demanda internacional e com demandas de área para produção, expande rumo ao Norte do país pressionando o desmatamento e provocando recorrentes conflitos agrários. O agronegócio continua como o principal agente da agenda econômica rural com avanços significativos na produção de transgênicos, acesso a subsídios e expansão no comércio internacional o que internamente custou caro para a preservação ambiental e o aumento da pressão sobre as comunidades e povos tradicionais (DELGADO, 2010).

Numa crítica ao governo Lula, Martins (2003, p.5,) destaca que após um ano de governo ainda não havia uma política, uma proposição consistente para dar

continuidade à política agrária no Brasil, mesmo Delgado (2010, p.58,) afirmando que a chegada de Lula à presidência da república “[...] foi uma clara conquista do projeto político democratizante.”¹⁴.

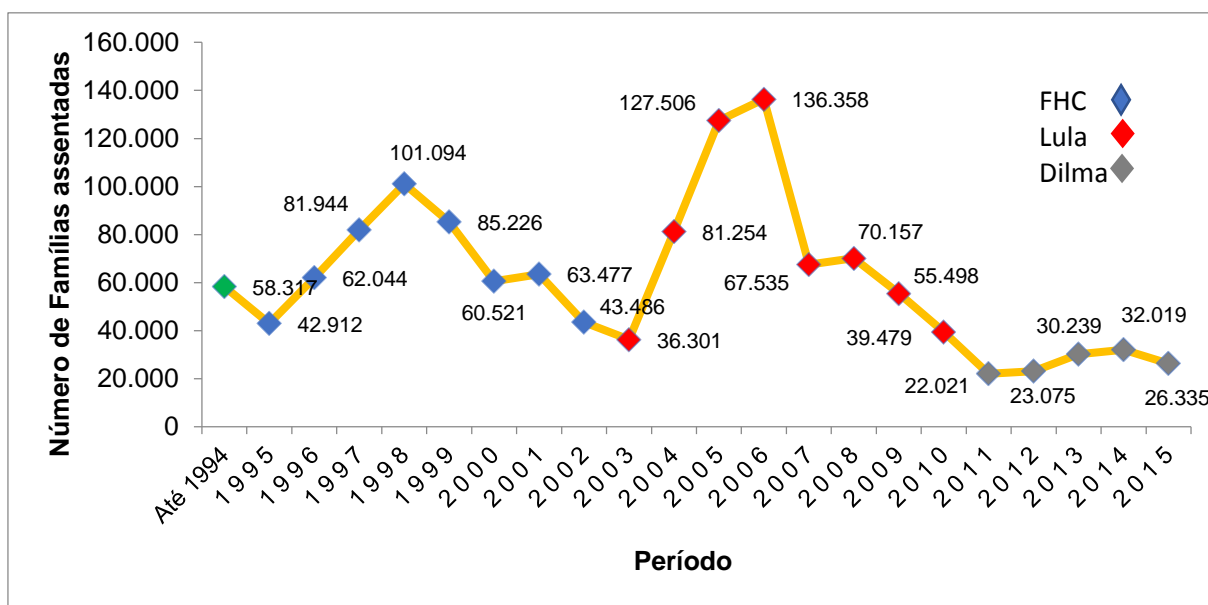
Apesar da dicotomia agrária no Brasil entre projetos divergentes de disputa pelo espaço rural e mesmo não conseguindo romper com o projeto neoliberal (DELGADO, 2010), segundo Sauer (2010, p.5), em pesquisa realizada em 2007 com entidades e lideranças de movimentos sociais, destaca que “[...] ao contrário de administrações anteriores, existia mais respeito, diálogo e espaço para negociações no governo Lula” e, segundo Mattei (2012), houve avanços significativos na política agrícola do Brasil. Segundo Hackbart (2006), mais importante do que garantir metas quantitativas é garantir a qualidade de vida nos assentamentos rurais.

Sauer (2013) destaca que o tema da Reforma Agrária perde importância dentro da estrutura de programa de governo especialmente entre os anos 1989 e 2006. O foco sobre a reforma agrária como instrumento de transformação, combate político e econômico, passa a ser utilizado para o combate a pobreza, geração de trabalho, segurança alimentar e nutricional.

Apesar da mudança de foco junto à reforma agrária, já em 2004, o governo Lula mostra resultados satisfatórios, atingindo o auge nos anos 2005 e 2006, quando atinge recorde quanto a número de famílias assentadas (127 e 136 mil respectivamente) no Brasil no mesmo ano (INCRA, 2016).

De forma geral, segundo dados oficiais do INCRA (2016) o total de famílias assentadas no período de 1995 a 2015 é de 1.288.481 famílias (**Gráfico 2**) ou 96% do total. Fernando Henrique Cardoso (1995 a 2002) assentou 598.865, Lula (2003 a 2010) 614.088 e no governo Dilma (2011 a 2015), somente 133.689.

¹⁴ Projeto que tem sua origem no final dos 1970 e que buscava a democratização do aparato estatal e da sociedade com a descentralização de atividades governamentais e da relação entre o Estado e a sociedade. Entre as várias atividades, estava a democratização de terras no Brasil. Os principais atores deste projeto são os partidos políticos, movimentos e organizações da sociedade civil (DELGADO, 2010).

Gráfico 2 – Número de famílias assentadas (1995-2015).

Fonte: Adaptado de INCRA, 2017.

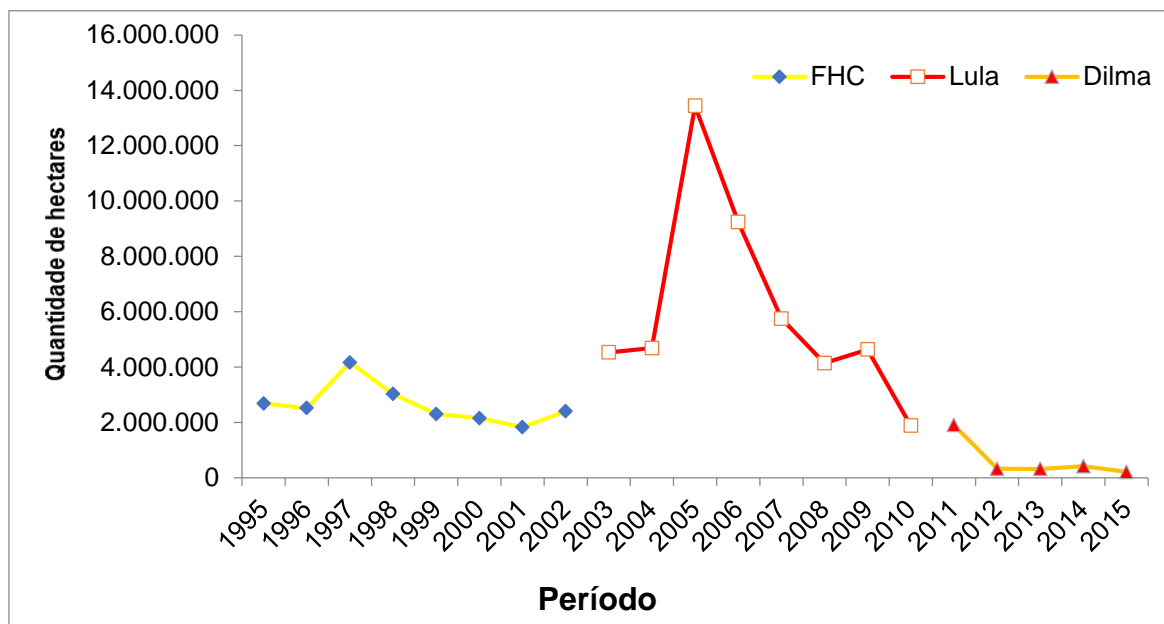
Desde o início do Programa Nacional de Reforma Agrária – PNRA no Brasil, 1.346.798 famílias foram assentadas em 9.355 assentamentos em 88,8 milhões de hectares localizados em todos os cantos do país. Dos assentamentos 3.515 estão nos nove Estados da Amazônia Legal, representando 37,57%. A Amazônia possui 627.074 de famílias assentadas ou 64,24% do total. Atualmente 87,56% das áreas destinadas à reforma agrária no Brasil encontram-se na Amazônia Legal (INCRA, 2017). A reforma agrária sobre os impactos das especificidades regionais, passa pela disponibilidade de terra, preços, demandas, pressões das partes envolvidas, custos de implantação (ALDRIGHI, 2015). A região Norte concentra o maior número de famílias assentadas no Brasil com 41%. Em seguida, temos a região Nordeste com 32%, Centro Oeste 17%, Sudeste 5% e Sul com 4% (SIPRA/INCRA, 2016).

Leite (2008) destaca que o número de famílias assentadas no Brasil é significativo, mas não deve desconsiderar alguns erros na mensuração dos mesmos, como mensurar como assentados a capacidade dos assentamentos e não efetivamente o número de famílias assentadas, números computados em períodos diferentes. Este mesmo autor menciona ainda que grande parte desta polêmica foi estimulada pela imprensa com destaque na “maquiagem” dos números.

Durante este período (**Gráfico 3**), a área média destinada por família nos projetos de assentamentos no governo Lula foi de 78,63 hectares, quase o dobro da

área média destinada no período FHC (41,31) e mais que o dobro no período Dilma (32,91) (INCRA, 2016).

Gráfico 3 – Tamanho da área anual destinada aos projetos de assentamentos (1995-2015).



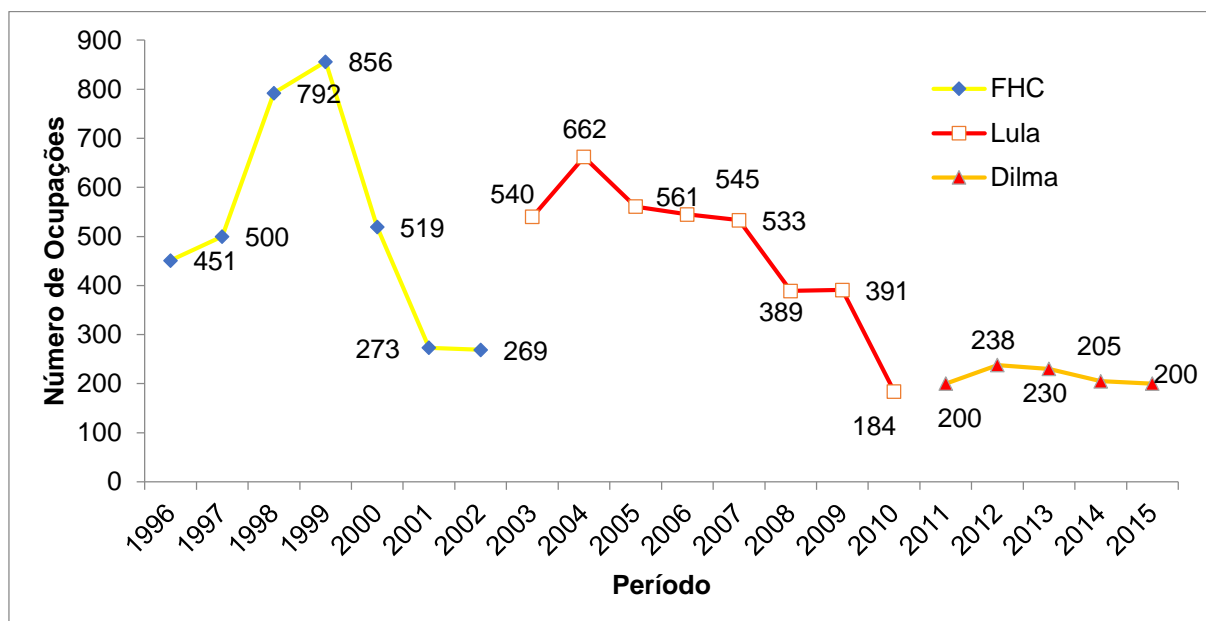
Fonte: Adaptado de INCRA, 2017.

Segundo Fernandes (2017), não havia um projeto no governo FHC de reforma agrária com o objetivo de desconcentrar a estrutura fundiária, mas sim uma política que não comungava com a necessidade de uma política estratégica para o desenvolvimento da agricultura.

O primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso, iniciado em 1995, no que tange a questão agrária, foi fortemente influenciado pelos massacres de Corumbiara, em 1995 e de Eldorado dos Carajás, em 1996, que geraram grande repercussão internacional e internamente com forte pressão dos movimentos sociais, principalmente o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) com o Grito da Terra. Do lado oposto enfrentou manifestações dos latifundiários e da Bancada Ruralista do Congresso Nacional (LEITE, 2008). Segundo o Dataluta (2011) o MST, a partir do massacre de Corumbiara intensifica as ocupações como forma de pressão política, passando de 186 em 1995 para 451 em 1996, numa crescente constante até o ano de 1999, onde atinge o ápice das ocupações (**Gráfico 4**). Tem queda no número de ocupações nos anos 2000 a 2002, voltando a crescer já no primeiro governo Lula,

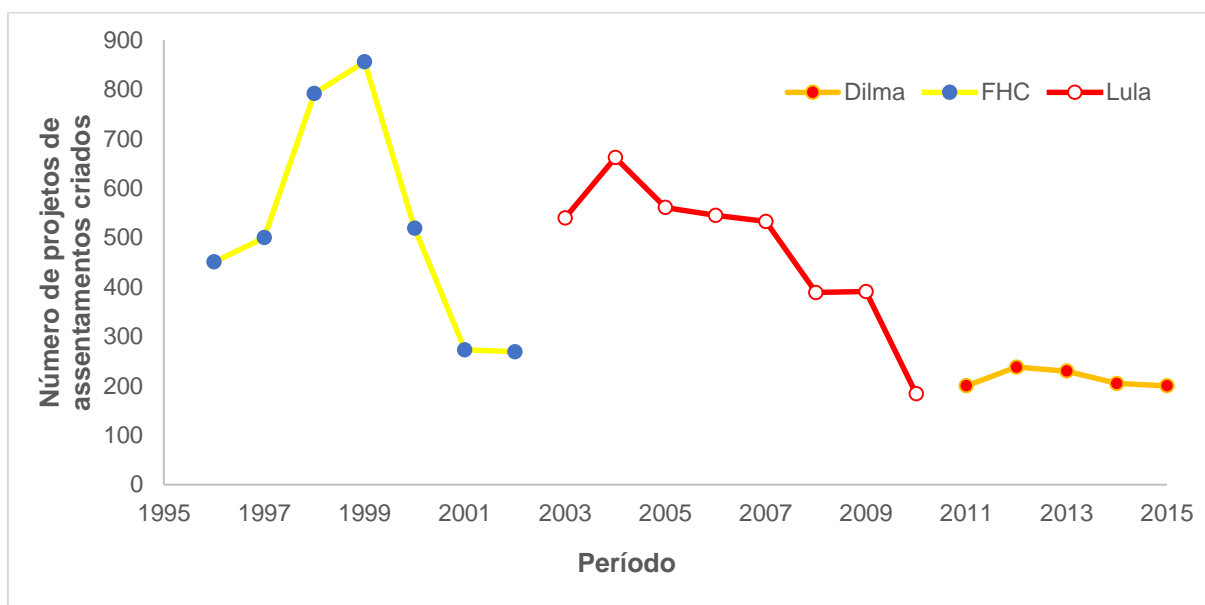
onde mantém uma média de 568 ocupações nos primeiros cinco anos, diminuindo até chegar em 184 em 2010, último ano do governo Lula. No governo Dilma, as ocupações (média de 214 ao ano) são relativamente pequenas se comparadas com as médias dos governos FHC (480) e Lula (568).

Gráfico 4 – Número de ocupações de terra no Brasil (1995-2015).



Fonte: Adaptado de INCRA, 2017.

Os números do governo Dilma, mostraram resultados inferiores se comparados com os seus antecessores, tanto no número de famílias assentadas que voltaram a patamares anteriores ao governo FHC, como em projetos de assentamentos instalados e área destinada a estes assentamentos. Segundo Stédile (2016), os resultados durante o mandato de Dilma Rousseff foram pífios, praticamente paralisou a criação de novas áreas nos anos de 2014 e 2015 (**Gráfico 5**).

Gráfico 5 – Número de projetos de assentamentos criados no Brasil (1995-2015).

Fonte: Adaptado de INCRA, 2017.

Para Fernandes (2017, p.5), é necessário distinguir a política de reforma agrária para os neoliberalistas e os pós neoliberalistas (Lula e Dilma):

Para o neoliberalismo é uma política compensatória, que tem o objetivo de compensar os camponeses pela concentração de riqueza, em que o capital faz uma pequena concessão territorial como condição de subordinar os camponeses ao modelo hegemônico de desenvolvimento da agricultura. Para o pós-neoliberalismo é uma política de distribuição de terras para a produção da renda familiar por meio de um conjunto de políticas públicas voltadas ao mercado institucional, ao mercado capitalista e ao fortalecimento da agroindústria familiar, entre outras.

“As lutas pela terra e pela reforma agrária se inserem em um contexto de transformações sociais, econômicas, políticas e culturais da modernidade ocidental.” (SAUER, 2010, p.21):

Numa crítica a concentração fundiária no Brasil, Stedile (2005) ressalta que a mesma coloca o trabalhador em posição desfavorável, portanto restabelecer o equilíbrio por meio da desconcentração possibilitando a sobrevivência do trabalho e, portanto, as ocupações são fontes de pressão e instrumento de luta da classe trabalhadora.

Segundo Carvalho (2004, p.115), “sejam quais tenham sido os meios de apropriação das terras públicas o resultado objetivo é que as terras sempre

permaneceram concentradas nas mãos de uma minoria de proprietários privados e de grileiros de terras públicas até o momento atual”.

Existe no Brasil um debate sobre a pertinência da reforma agrária e esta polarização se divide basicamente em duas vertentes. Uma voltada para o cumprimento da função social da terra, redução da pobreza, descentralização e a outra voltada para a visão econômica, produtividade ou a viabilidade financeira da terra.

Segundo Navarro (2007, p. 3)¹⁵ que tem um posicionamento contrário a Reforma Agrária, “o tempo histórico da reforma agrária passou” não há mais espaço no Brasil para a reforma agrária, portanto não há justificativa para a mesma aconteça nos dias atuais. O autor baseia sua argumentação fundamentado na argumentação de que o “mundo rural brasileiro mudou radicalmente nos últimos 30 anos”, portanto para a agricultura contemporânea para ter viabilidade, depende de investimentos em tecnologia e aporte financeiro que são em essência mais importantes do que os fatores terra e mão de obra. Esta realidade de tecnologia e aportes financeiros que garantam viabilidade ao negócio são ausentes nos assentamentos rurais (NAVARRO, 2016). Juntamente com Navarro nesta lista de estudiosos contrários à Reforma Agrária no Brasil, cita-se Alves, Souza, Rocha, Buainain entre outros.

Segundo Porto-Gonçalves (2012) a Reforma Agrária no Brasil, é fundamental para garantia da democracia, tendo a concentração de terras a capacidade de também concentrar poder e se misturar com a oligarquia presente no Estado. O autor destaca que a Reforma Agrária não é meramente uma questão econômica, mas uma questão de democracia, de democratização do poder, portanto a Reforma Agrária pode tornar essa relação de poder menos desigual.

Para Girardi e Fernandes (2008, p.78) a “reforma agrária é necessidade historicamente defendida para a resolução dos problemas agrários no Brasil” cuja a função social da terra iminentemente precisa ser respeitada, proporcionando condições de vida e produção aos trabalhadores e proprietários, portanto descentralizar a terra é descentralizar riqueza e poder.

Para Delgado (2008) esse modelo exportador adotado pelo Brasil, deturpa a visão da produção colocando os demais como atrasados, enquanto atrasado é o

15 Segundo Mattei (2016), Zander Navarro é o principal autor que se posiciona contra a reforma agrária no Brasil.

modelo que perpetua a concentração, que atrela o capital e os grandes latifúndios em detrimento de um crescimento rural sustentável.

Um salto na história nos faz olhar para trás e ver que o Brasil desde sua colonização vive o dilema da democratização justa da terra versus a concentração de terra aos “amigos do rei” e que no decorrer da história é representada por uma oligarquia rural atualmente muito presente nos espaços governamentais e na bancada ruralista.

2.3 Um olhar sobre o Mato Grosso agrário e agropecuário

Os sucessivos governos criaram condições políticas, jurídicas e econômicas para o favorecimento de uma determinada classe hegemônica, impactando diretamente no acesso à terra e na formação da agricultura familiar do estado do Mato Grosso e especificamente do Norte do estado.

O Mato Grosso possui aproximadamente 3,3 milhões de habitantes (IBGE, 2016) com destaque nacional e internacional pelo seu modelo agropecuário para produção de *commodities* voltado para a cadeia de grãos e carne e a tamanha voracidade que atua nos negócios. É um expoente da produção agropecuária no Brasil que carrega consigo um imbróglio na sua construção agrária e agropecuária. Conforme destaca Girardi (2016). O estado tornou-se um caso emblemático construído de longa data com atrelamentos, grupos oligárquicos e hegemônicos distribuídos nas várias esferas de poder. O contexto do estado é fruto de uma longa construção, vazios demográficos e o oposto disso é um inchaço nas áreas urbanas. O estado possui a quarta maior cidade com população urbana do Brasil, Cuiabá (95,6%), ficando atrás apenas de Rio de Janeiro (97,3%), São Paulo (96,6%) e Distrito Federal (95,6%).

A Lei nº 601, conhecida como a Lei Imperial de Terras (1850), instituiu um novo regime jurídico quanto à questão da terra no Brasil e, juntamente com seu regulamento (1854) estruturou a legislação fundiária no Brasil e nos seus estados.

Estas legislações propiciaram a aquisição de terras devolutas no Estado e “[...] adaptando-se a lei aos interesses dos “proprietários”, [...] sem o preenchimento de formalidades legais” (MORENO, 1999, p.68) mais outros favorecimentos como sucessivas protelações de prazos para registros de terras, o Estado transferiu as suas terras a um determinado grupo integrado ao esquema político jurídico de burla em

terras no estado do Mato Grosso (MORENO, 1999), de modo que os resultados atuais são reflexos das pretensões desta classe dominante no estado.

Segundo Wambier (1988) de forma geral considera a Lei nº 601/1850 bem-intencionada, mas ponto de vista da resolução de problemas do quadro de ocupação da terra, infrutífera segundo a doutrina agrarista.

Com a transferência de terras ao estado, surgiram mecanismos de acesso a terra ocorrendo uma concentração ao invés de promover uma descentralização democrática.

Desde 1892, os diversos governos de Mato Grosso vêm estimulando e favorecendo o acesso a grandes porções do território seja por latifundiários, capitalistas individuais ou por grupos econômicos e empresas agropecuárias e de colonização. Todo um aparato jurídico-político foi sendo montado para mediar e legitimar os diferentes interesses das classes sociais envolvidas no processo de acesso à terra e dar sustentação à política fundiária de regularização e venda de terras públicas/devolutas no Estado, quando estas passaram para o seu domínio, por força da Constituição Republicana de 1891 (MORENO, 1999, p.68).

Conforme afirma Moreno (2005), os projetos de colonização privada foram implantados por 33 empresas até o ano de 1980. Ao todo foram 88 projetos, 19.550 famílias e 3,25 milhões de hectares no estado.

De acordo com Mendes (2012), o processo de ocupação e colonização do estado por meio de colonizadoras privadas exclusivamente, foi à partir da década de 1950 com o intuito de absorver o excedente populacional de outras regiões. Ganham força a partir da década 1970 com vários incentivos e subsídios do governo federal, era necessário “integrar para não entregar”.

Giardi (2015) destaca o surgimento de vários municípios no Norte do estado, como exemplo, Nova Mutum, Sinop, Sorriso, Lucas do Rio Verde, Colíder, Vera, Alta Floresta, Cláudia, Carlinda, Juína, Cotriguaçu e Colniza os municípios mais importantes, e alguns destes levam o nome da empresa colonizadora.

2.4 Conclusão

São várias as pesquisas realizadas no Brasil com a finalidade de compreender a realidade dos assentamentos rurais, nos mais diferentes aspectos, econômicos, produtivos, sociais entre outros. Estas pesquisas mostraram os avanços obtidos no

decorrer da história, mas também refletir as necessidades de melhorias nos assentamentos rurais.

Este histórico de acesso à terra e produção agropecuária no Brasil, reflete essa dinâmica bipolarizada de dois projetos em andamento, sendo um na busca do acesso democrático a terra enquanto o outro na busca da concentração de terras fundamentado no modelo produtor e agroexportador de commodities. Processo que o Brasil adotou desde o período colonial até os dias atuais, o que provoca resultados de ampliação dos oligopólios e exclusão de uma parcela de produtores rurais que não se adequaram as novas e caras tecnologias para o campo.

Analisando os três últimos governos (FHC, Lula e Dilma), percebe-se claramente a melhoria no número de famílias e área destinada a Reforma Agrária com forte pressão dos movimentos sociais nos dois primeiros governos, destacando que no governo Dilma os números foram muito inferiores aos governos de FHC e Lula. Destaca-se que o governo Lula, mesmo com as deficiências observadas, apresentou os melhores resultados quanto ao número de famílias assentadas, área destinada a Reforma Agrária e tamanho médio dos lotes.

No Mato Grosso assim como no Brasil ocorreu um conluio e favorecimento entre as classes política, jurídica e econômica para facilitar o acesso à terra, impactando negativamente na formação agrária e excluindo os agricultores de pequena escala no acesso à terra. Este histórico reflete na dinâmica dos dias atuais no estado.

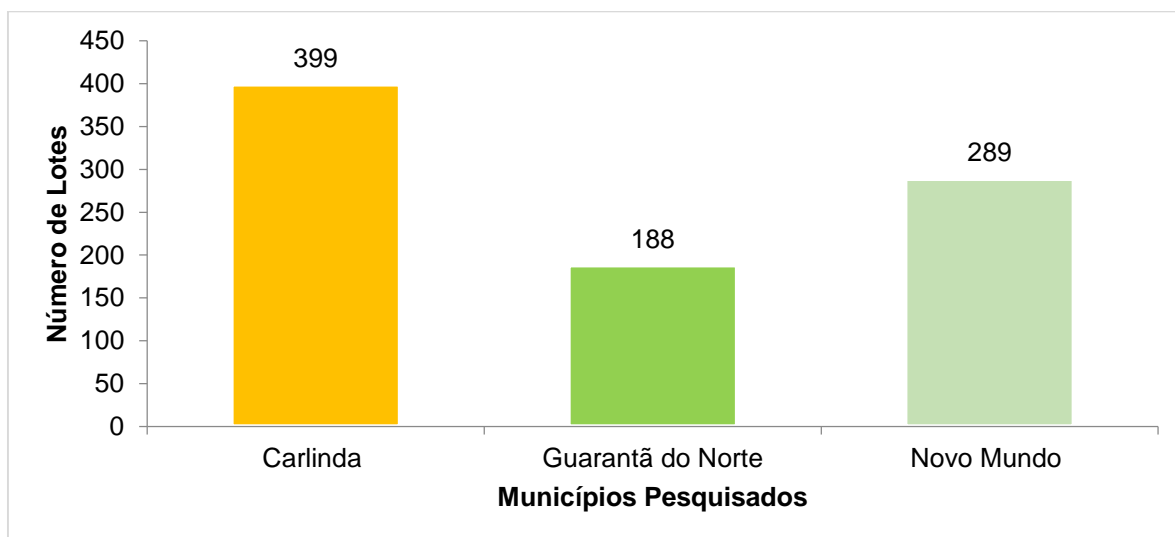
CAPÍTULO 3 - Perfil Socioeconômico dos Assentamentos

A escolha dos indicadores descritos abaixo busca um olhar mais ampliado sobre os assentamentos em temas que são relevantes ao estudo, sem a pretensão, evidentemente, de achar que estes indicadores nos trarão toda a dinâmica e complexidade da realidade vivenciada pelos assentados e seus respectivos assentamentos.

Neste sentido, os indicadores vão tentar aproximar uma invisibilidade individual dos assentados em números ou índices que contribuirão para formar um diagnóstico. Segundo Ferreira, Cassiolato e Gonzalez (2009, p. 24), que definem o indicador como “[...] uma medida, de ordem quantitativa ou qualitativa, dotada de significado particular e utilizada para organizar e captar as informações relevantes dos elementos que compõem o objeto da observação. ”

Como já mencionado na metodologia, a pesquisa contemplou 876 lotes (**Gráfico 6**) especificamente com beneficiários da reforma agrária. Os lotes com ocupação irregular não foram alvo desta pesquisa.

Gráfico 6 – Número de lotes de assentamentos da Reforma Agrária por município.



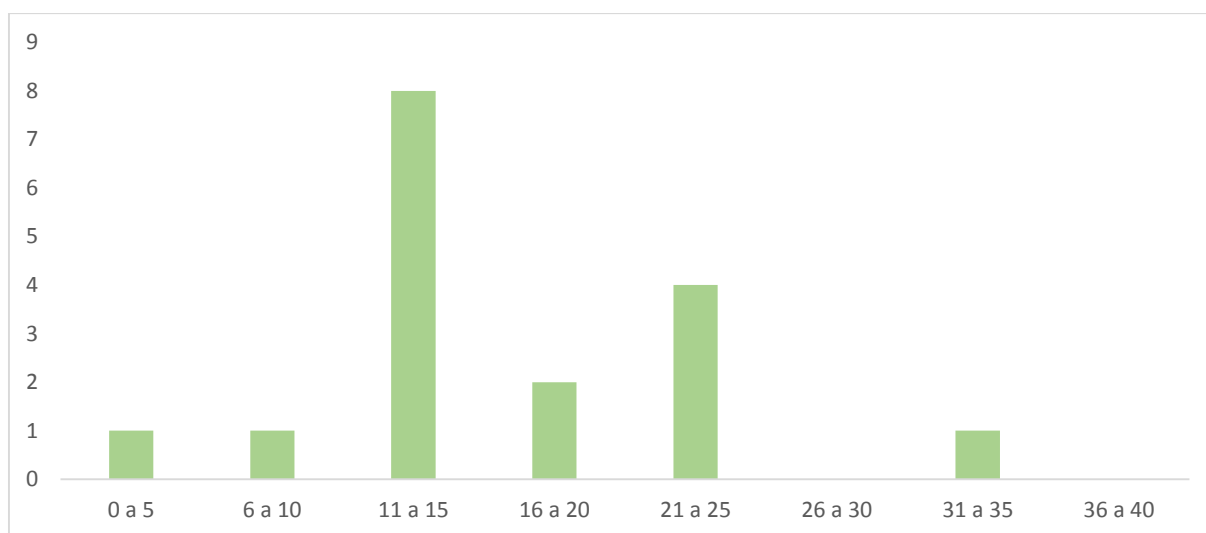
Fonte: Adaptado de RADIS, 2017.

Os lotes possuem em média 50,22 hectares, perfazendo uma área total de 43.995,18 hectares. Apenas 10,73% dos lotes localizados no município de Novo Mundo tem área superior a 01 módulo fiscal. Nos outros dois municípios os percentuais são ainda inferiores, 5,51% em Carlinda e 2,13% em Guarantã do Norte.

Na Amazônia Legal nas áreas de reserva legal, os percentuais para áreas de florestas são 80% alterando este percentual para demais biomas, como 35% para vegetação de Cerrado e 20% para áreas no Pantanal. O estado do Mato Grosso localiza-se dentro da Amazônia Legal e os assentamentos pesquisados estão em área de floresta, portanto, devem utilizar 80% da sua área para a reserva legal observada as devidas alterações vigentes no Código Florestal, como é o caso das áreas suprimidas antes de 2008.

A criação dos assentamentos concentra em duas fases (**Gráfico 7**), entre 1992 e 1996 e 2002 e 2006, representando 70% do total dos assentamentos.

Gráfico 7 – Idade dos assentamentos.



Fonte: Adaptado de RADIS, 2017.

Estes 876 lotes/parcelas possuem uma população de 1.934 pessoas sendo 55% homens, 45% mulheres. Estes percentuais também representam proximidade com a relação de gênero da população rural média dos três municípios, que é de 53% e 47% respectivamente apresentando também similaridade com dados do estado do Mato Grosso, 55% e 45%.

A população identificada nos 876 lotes/parcelas, corresponde a 6% do total da população que vive em área rural nos municípios de Carlinda, Guarantã do Norte e Novo Mundo, que apresentam percentuais relativamente altos (58,37%, 74,31% e 60,68%) se comparados com a média do Brasil (15,6%) e do Mato Grosso (18%) (IBGE, 2010). Considerando a população em 2010 e em 2016, Carlinda a reduziu em 6,66%, enquanto Guarantã do Norte e Novo Mundo cresceram respectivamente

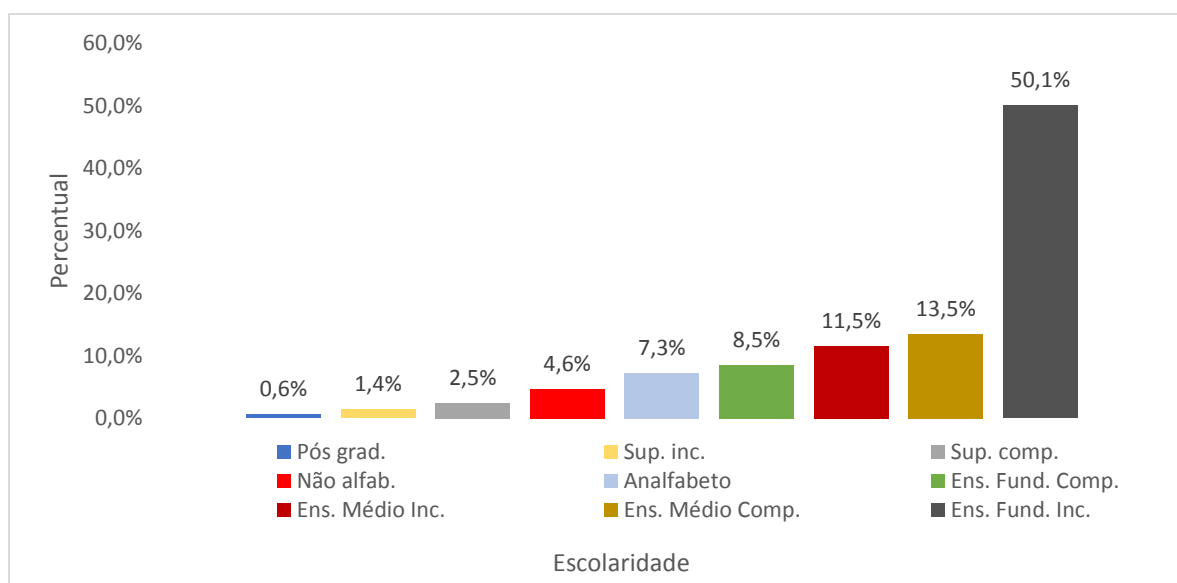
6,21% e 16,59% (IBGE, 2010). Numa análise referente à população brasileira rural, pode-se afirmar que percentualmente vem reduzindo ano após ano. Em 1950 a população rural brasileira representava 63,8% (33,2 milhões), já na década de 1980 representava 32,8% (39,1 milhões) da população total e em 2010 apenas 15,63% (29,8 milhões) com estimativa que no ano de 2050 seja de apenas 8% (18,1 milhões) de 226 milhões de brasileiros. São vários os fatores que influenciaram nesta redução, como o incremento tecnológico no campo, ampliação das fronteiras agrícolas, concentração de terras ou a redução da reposição da população rural (DIEESE, 2014).

3.1 Educação

O **Gráfico 8** mostra que os assentados apresentam resultados melhores que a média nacional sobre analfabetismo. Se compararmos com os dados de analfabetismo rural, os assentamentos novamente vão apresentar dados quase três vezes menores do que a média nacional.

Considerando os percentuais entre os municípios, não apresentam discrepâncias acentuadas entre eles, ao contrário, apresentam similiaridade em todos níveis de escolaridade, com exceção apenas na pós graduação, que o município de Novo Mundo não apresenta assentados.

Gráfico 8 – Níveis de escolaridade nos assentamentos.



Fonte: Adaptado de RADIS, 2017.

¹⁶ Não alfabetizado, refere-se a crianças em idade escolar sem, contudo, ainda serem alfabetizadas.

Apesar de o Brasil ter registrado melhorias nos índices de analfabetismo, ainda temos um longo caminho a ser trilhado na condição de uma educação que supra as necessidades de um leitor crítico e um cidadão com capacidade de responder de forma propositiva frente às tensões e as mudanças geradas no seu cotidiano.

Considerando uma população de 10 anos ou mais, o Brasil em 2014 registrou 7,7% de analfabetos. Considerando que em 2009 este percentual era de 8,9% com destaque para as faixas etárias acima de 30 anos que apresentaram os piores indicadores, houve avanços (**Tabela 3**).

Tabela 3 – Comparativo de taxas de analfabetismo por gênero entre os anos de 2009 a 2014 no Brasil.

Faixa etária	2009			2014		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
30 a 39 anos	6,4	7,9	5,1	4,3	5,6	3,1
40 a 49 anos	9,3	10,3	8,3	7,8	9,3	6,4
50 a 59 anos	13,5	13,3	13,7	10,9	11,7	10,1
60 anos ou mais	27,7	25,7	29,2	23,1	22,1	23,8

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2009/2014.

Observa-se que somente na faixa etária acima de 60 anos, as mulheres apresentam percentuais piores do que os homens se compararmos os anos de 2009 e 2014. As mulheres também apresentam índices melhores referentes ao tempo médio de estudo em todas as faixas etárias com exceção daquelas acima de 60 anos (IBGE, 2016). Isto indica que as novas gerações de mulheres vêm trilhando novos caminhos no que se refere ao processo de alfabetização e tempo de estudo, o que a geração com mais de 60 não teve oportunidades de trilhar. A causa do analfabetismo rural no Brasil entre outros fatores, segundo Galvão e Di Pierro (2007, p.16), seria “o trabalho precoce na lavoura, as dificuldades de acesso ou a ausência de escolas na zona rural impediram ou limitaram os estudos dessas pessoas na infância e adolescência”.

De forma geral, o país ampliou a sua média de anos de estudos, passando de 7,2 para 8,0 anos, melhorando em todas as faixas etárias, mas ainda distante da média de 12 anos de estudos preconizada nos países da OCDE. “Todavia, merece destaque a média de anos de estudos dos jovens da faixa etária de 25 a 29 anos, que

passou de 9,4 para 10,5 anos, bem mais próxima da média dos países da OCDE” (IBGE, 2016, p.16).

A taxa de analfabetismo rural no Brasil é mais que o dobro da taxa geral, que considera os índices urbanos e rurais. Entre os anos de 2005 e 2014, houve uma redução de 5 pontos percentuais na taxa de analfabetismo rural no Brasil, passando de 25% para 20,1%. Considerando a estimativa de população para 2017 de 207 milhões de habitantes e considerando a projeção da população rural do IBGE feita em 2013 para os anos seguintes, o Brasil possui aproximadamente 5,8 milhões de analfabetos na área rural. Segundo o IBGE (2006), o país possui 5,2 milhões de estabelecimentos rurais, portanto verifica-se que o Brasil tenha mais de um analfabeto por estabelecimento rural.

O Censo Agropecuário de 2006 destaca que 39,1% dos dirigentes de estabelecimentos no Brasil não sabem ler e nem escrever ou sabem ler e escrever, mas não frequentaram a escola e 42% não possuíam o ensino fundamental completo. Os resultados apurados nos assentamentos pesquisados apresentaram índices similares para os demais níveis de escolaridades, apenas havendo discrepância nos níveis apresentados acima. O nível ensino fundamental incompleto os assentamentos apresentaram 50%, percentual acima dos dados apresentados pelo Censo e para o nível de alfabetos os assentados apresentaram apenas 7,3% índice bem inferior ao apresentado pelo Censo.

O cerceamento do aprendizado formal, traz consequências como desigualdade e exclusão, embora “incapazes de pensar e decidir, portanto de votar, [...] grande parte deles fizesse parte do processo produtivo que gerava a riqueza nacional” (FREIRE, 1989, p.163). “Saber e poder ler e escrever é uma condição tão básica de participação na vida econômica, cultural e política que a escola se tornou um direito fundamental do ser humano, assim como a saúde, moradia e emprego” (BRITO, 2003, p.7).

Em pesquisa publicada em 2016 pelo Instituto Paulo Montenegro, desenvolvedor do Indicador de Alfabetismo Funcional (INAF), e a organização Ação Educativa, verificou que no setor da economia (agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura) o percentual de analfabetismo funcional¹⁷ chegou a

¹⁷ A partir da década de 1970, a Unesco passou a utilizar o termo analfabetismo funcional, que corresponderia ao fenômeno no qual a pessoa sabe ler e escrever, mas não alcança o domínio social da leitura e da escrita, alertando para a necessidade de se estender a todos o acesso à escolarização básica, a fim de se garantir tal domínio. Brasil Alfabetizado: caminhos da avaliação – IPEA. Instituto de Pesquisa Aplicada, 2006.

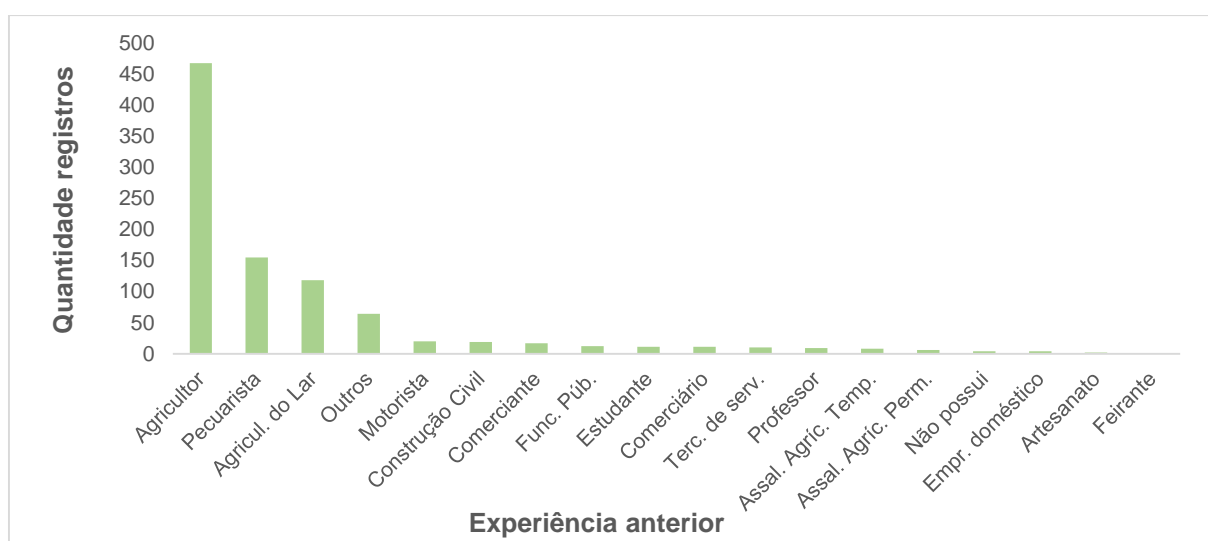
alarmantes 57% da população do campo, enquanto no geral, a população brasileira atingiu 27% (IPM, 2016).

Neste paradigma contemporâneo de busca incessante pelo conhecimento, da multifacetação do trabalhador, de uma era globalizada e digital, que “de um lado, cresce a demanda por análises e raciocínios sofisticados e complexos, e de outro, faltam competências básicas relacionadas ao pensamento analítico e à articulação de ideias” (CARTA CAPITAL, 2013) estes grupos excluídos destas habilidades sofrerão as consequências de não dominarem a leitura, a escrita e o cálculo matemático, mas também sofrerão consequências de não “fazer frente aos padrões culturais dominantes” (GALVÃO; DI PIERRO, 2007, p.26).

3.2 Ocupação

Observa-se que 80,4% dos assentados desta pesquisa possuem experiência profissional com áreas da agropecuária (**Gráfico 9**). As demais atividades são pulverizadas, apresentando percentuais pequenos para as áreas tipicamente urbanas. Outras pesquisas vão ratificar o percentual apresentado acima como favorável, observando que a origem “é um fator relevante para o desenvolvimento dos assentamentos e influencia diretamente no desenvolvimento dos diversos sistemas de produção” (GUANZIROLI et al., 2001).

Gráfico 9 – Experiência anterior de trabalho dos assentados/as.



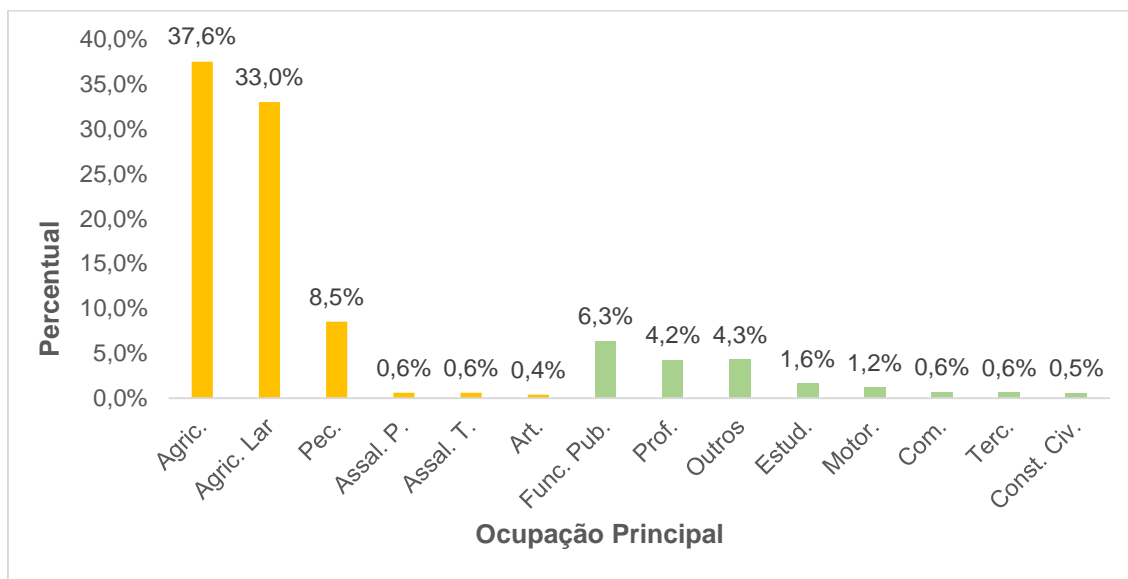
Fonte: Adaptado de RADIS, 2016.

A ocupação principal está majoritariamente relacionada com atividades agropecuárias (80,67%) e os 19,33%¹⁸ exercem atividades não agrícolas (funcionários públicos, professores, trabalhadores da construção civil, motorista e outros), que não estão diretamente relacionadas às atividades agropecuárias, mas que podem exercer compatibilidade (**Gráfico 10**). De acordo com Schneider (2007), a partir da década de 1990 tem crescido o número de pessoas que residem em áreas rurais e que desenvolvem atividades não agrícolas. A organização Internacional do Trabalho (OIT) (2005), destaca que as atividades não agrícolas podem reduzir pressão sobre a migração rural para áreas urbanas, proporcionar efeitos multiplicadores para a qualidade de vida e bem-estar rural e ainda oportunizar sair da pobreza e garantir segurança econômica.

Existe uma discussão teórica sobre a pluriatividade que teve maior embate durante anos 1990 e início dos anos 2000 e que trazia à tona uma realidade de mudança no paradigma da agricultura familiar ou dos pequenos produtores, exigia destes, adaptação a uma nova realidade, diversificação na unidade produtiva, trabalho fora da propriedade, combinação de atividades agrícolas com não agrícolas (SILVA, 1997). Surgem, então, várias formas de conceituar esta nova realidade guardadas suas diferenças e especificidades. No início tem-se o camponês-operário (*peasant-worker*) e posteriormente o “*part-time part-time farming* e *multiple-job holding*, até chegar à diversidade (atividades agrícolas e não agrícolas), onde se pensa o espaço rural para além da produção agrícola (SCHNEIDER, 2007; CAMPANHOLA; GRAZIANO DA SILVA, 2004).

Segundo Kageyama (2001, p.9), numa análise por meio da Pesquisa Nacional por Amostras Domicílios (PNAD) sobre a renda das famílias agrícolas, destaca que “85% desses domicílios no Brasil possuem o trabalho agrícola como uma fonte de renda”, destacando ainda que entre as três principais fontes de renda destas famílias estão o trabalho agrícola (55%), os trabalhos fora da agricultura (25%) e os benefícios sociais (aposentadorias, pensões e previdência), (16,6%). Na categoria de benefícios sociais há que se destacar uma predominância das aposentadorias, segundo a autora.

¹⁸ Para o cálculo de estudantes inseridos neste percentual, foram considerados apenas estudantes acima de 18 anos de idade.

Gráfico 10 – Ocupação principal dos assentados/as.

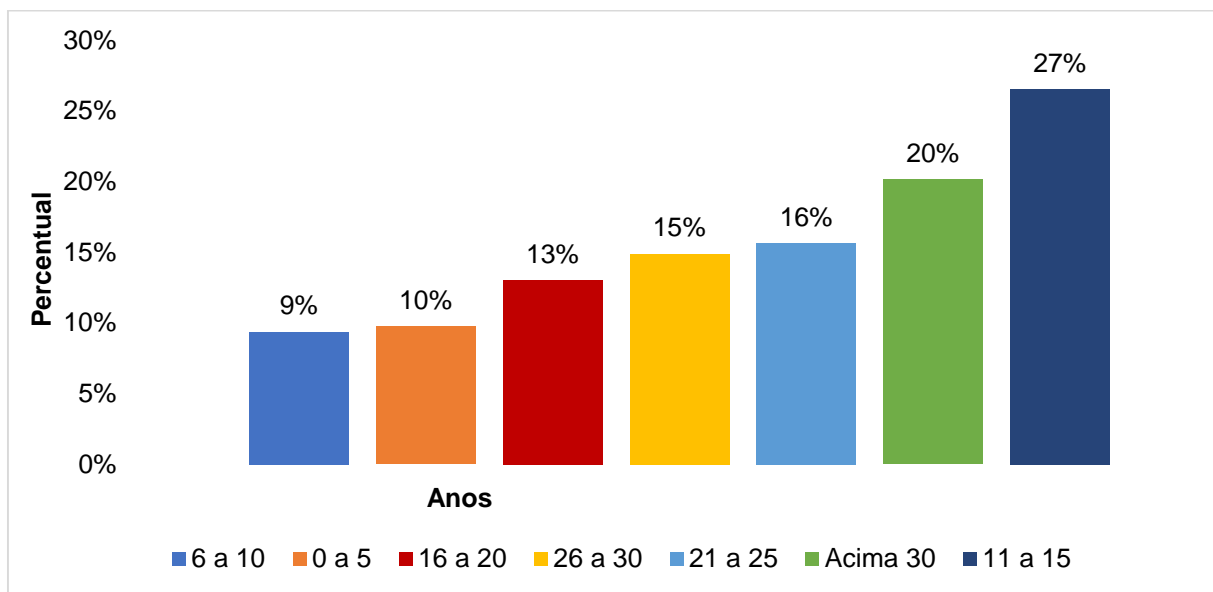
Fonte: Adaptado de RADIS, 2016.

Agric. = agricultor. Agric. Lar = Agricultor (a) do Lar. Pec. = Pecuário. Assal. P. = Assalariado agrícola permanente. Assal. T. = Assalariado agrícola temporário. Art. = Artesanato. Func. Pub. = Funcionário Público. Prof. = Professor. Estud. = Estudante. Motor. = Motorista. Com. = Comerciante. Terc. = Terceirização de serviços. Const. Civ. = Construção Civil.

Destacam-se os estudantes em Carlinda e Guarantã do Norte que apresentam respectivamente 18 e 19% da amostra, enquanto Novo Mundo apenas 0,4%.

3.3 Permanência e idade dos assentamentos

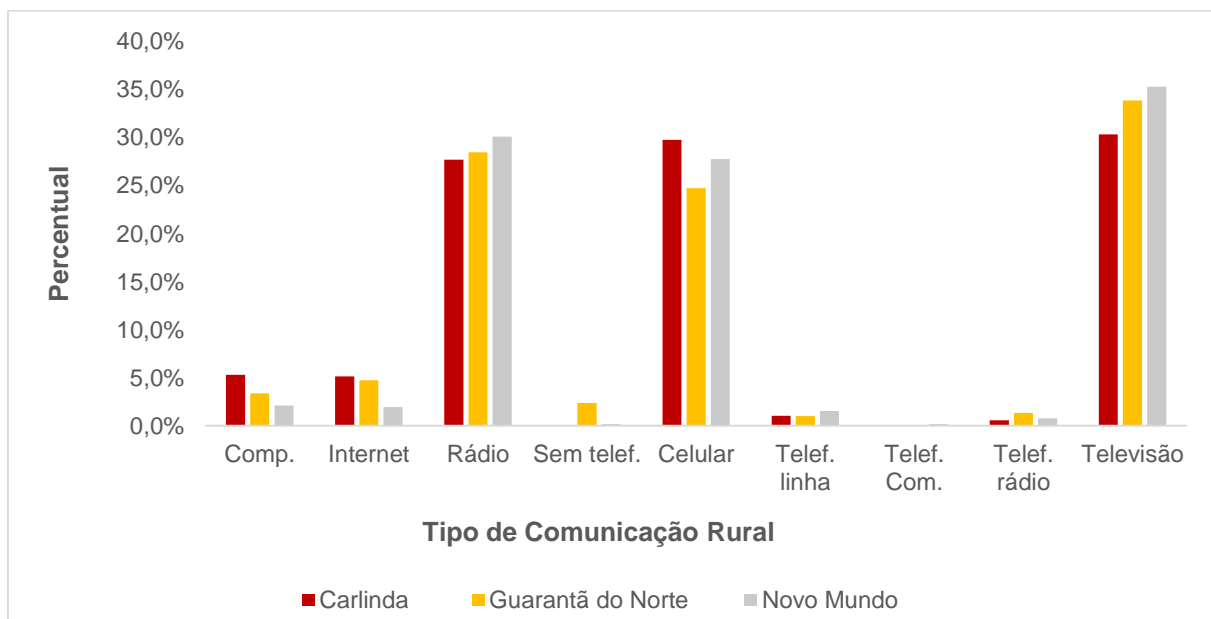
Considerando-se à permanência nos lotes (**Gráfico 11**), há um destaque para predominância da faixa de 11 a 15 anos, ou seja, assentados que chegaram entre os anos 2002 e 2006. Neste mesmo período 37.735 famílias foram assentadas no Mato Grosso com destaque para os anos de 2004 e 2005, quando assentou-se, respectivamente 10.215 e 10.288 famílias, sendo os maiores números já registrados num único ano de famílias assentadas no estado (INCRA, 2016).

Gráfico 11 – Período de permanência no lote.

Fonte: Adaptado de RADIS, 2017.

Quanto à idade dos assentamentos, verificou-se que se encontram numa faixa de quatro (PDS São Paulo) a 35 anos (PAC Carlinda), com destaque para a faixa de 11 a 15 anos que possui 47% dos assentamentos.

O meio rural vem experimentando rápidas transformações nas últimas décadas, o que exigiu de um grande percentual dos agricultores/produtores rurais um novo olhar para os meios de comunicação que vem ampliando na área rural. A grande novidade fica por conta da telefonia móvel que vem sendo amplamente utilizada pelos moradores dos assentamentos pesquisados (**Gráfico 12**). Segundo Castro e Duarte (2004, p. 51) “as mudanças de paradigmas da comunicação, particularmente na última década, são causa e consequência das transformações estruturais na agricultura”.

Gráfico 12 – Tipo de comunicação rural.

Fonte: Adaptado de RADIS, 2017.

Segundo Mota (2011), os meios de comunicação e as novas tecnologias foram capazes de alterar hábitos no campesinato, introduzindo novos costumes individuais e coletivos e modificando conceitos culturais. Em especial há que se destacar o papel da televisão como protagonista à partir dos anos 1990, quando contribuem em alguma medida para reduzir o isolamento geográfico que era imposto ao meio rural por muitas variáveis, como o alto custo para implantação ou ausência de energia elétrica entre outros.

Entre os principais meios de comunicação utilizados pelos assentamentos estão, respectivamente, a televisão (32,1%), o celular (28,5%) e o rádio (28,4%). Apenas 4,2% dos assentados possuem acesso ao computador e 4,3% utilizam internet. Patamares bem distantes da realidade do Brasil que, de acordo com pesquisa realizada pelo em 2015 aponta que 58% dos brasileiros usam a internet (ICT HOUSEHOLDS; NIC.BR, 2015). Segundo a mesma pesquisa quando observa-se por classe social referente a proporção de domicílios com acesso a computador, 99% dos entrevistados da classe A possuem, enquanto a proporção cai para 84% para a classe B; 47% para a C, e 13% para a D/E. Num comparativo entre a área urbana e rural, em média 54% dos domicílios urbanos possuem computador, enquanto na área rural apenas 25%. Verifica-se que ainda são percentuais bem acima dos verificados nesta pesquisa.

Quanto ao acesso à internet, em média 63% da população do Brasil que estão em área urbana possui e, novamente, a área rural apresenta percentuais bem menores (34%), destacando que o telefone celular é o instrumento mais utilizado para acesso a internet, em 89% dos casos.

Ao todo são 847 moradias que compõem a amostra e são compostas em média 2,3 habitantes. No que tange ao tipo de construção, são em sua maioria de madeira (43%) seguidas de alvenaria (38%) e mistas (18%). Os municípios de Carlinda e Guarantã do Norte apresentam relativa similaridade nos percentuais referentes ao tipo de construção para a alvenaria e madeira. Novo Mundo se destaca com um percentual bem superior (54%) aos demais municípios se comparado ao tipo de construção alvenaria. Apenas seis assentados declararam não possuírem casas. Em média, as casas possuem cinco cômodos e tem aproximadamente 80 m² de construção. Em quase sua totalidade (99,4%) os assentados declararam não morarem em agrovila.

De forma geral este perfil mostra a realidade dos assentados, bem como reflete as mudanças que vem ocorrendo no Brasil e mais ainda em área rural. Há um relativo equilíbrio de gênero entre os assentados, destacando que os resultados sobre alfabetismo, mostraram índices melhores do que os observados no Brasil também observado entre as mulheres que dedicam mais tempo aos estudos. Em sua maioria dedicam o seu tempo integral para atividades relacionadas a agropecuária e já tinham experiência com a atividade antes de serem assentados.

A abordagem da produção agropecuária nos assentamentos no próximo capítulo, trará a importância da produção de alimentos em tempos de populações extremamente urbanizadas, bem como a caracterização da produção vegetal e animal nos assentamentos pesquisados.

3.4 Conclusão

Com uma média de 50,22 hectares por lote e considerando que de acordo com a legislação vigente as propriedades rurais localizadas dentro da Amazônia Legal em áreas de Floresta devem proteger 80% da sua propriedade como área de reserva legal. É necessário analisar individualmente, caso a caso considerando as alterações no Código Florestal, como por exemplo as áreas desmatadas anterior a 2008. Em caso de desmatamento anterior a esta data, os proprietários ficaram anistiados da

restauração ambiental. Considerando a produção e espaço de produção dos assentados, em média e em tese, pois cada caso precisa ser analisado individualmente, os assentamentos possuem aproximadamente 10 hectares para produção e gerar viabilidade financeira considerando o autoconsumo.

Os municípios pesquisados apresentam uma baixa densidade demográfica com uma população majoritariamente rural. Nos 17 assentamentos foram localizadas aproximadamente 2.000 habitantes em sua maioria homens (55%).

Referente aos dados sobre escolaridade, os assentados apresentam resultados bem melhores do que o índice nacional de analfabetismo rural, destacando que os mesmos possuem experiência profissional com a agropecuária (80,4%) anterior aos seus ingressos nos lotes, o que é um fator importante para desenvolvimento dos assentamentos. Majoritariamente (81%) os assentados exercem como atividade principal a agropecuária em seus lotes, tendo os demais a prática de atividades que são compatíveis com a produção agropecuária.

Os assentamentos em sua maioria possuem entre 11 a 15 anos e ampliando a análise, 82% dos assentamentos possuem entre 11 e 25 anos.

Referente a comunicação, os principais meios são a televisão, o celular e o rádio, mas referente ao uso do computador e o acesso à internet os índices são menores do que a realidade nacional.

De forma geral os assentados e os seus respectivos assentamentos apresentaram dados que demonstram uma infraestrutura compatível com a realidade local, com pontos bastante positivos, como baixo índice de analfabetismo, percentual significativo de assentados com experiência anterior com a agropecuária, sendo este apontado por estudiosos como um fatores de desenvolvimento dos assentamentos e por outro lado uma crítica recorrente ao processo de seleção dos futuros assentados, que neste caso observa-se que este fator encaixa no perfil de beneficiário da Reforma Agrária.

CAPÍTULO 4 – Produção Agropecuária dos Assentamentos Rurais

Apesar de um crescimento significativo na produção de alimentos no mundo, um dos desafios mais importantes que a nossa sociedade atual tem enfrentado se refere a como alimentar uma população de aproximadamente nove bilhões e meio de pessoas até meados do século XXI e cada vez mais urbana.

Estima-se que para atender a esta demanda por alimentos, com uma população constantemente crescente, até 2050 será preciso aumentar a produção em 70 a 100% dos atuais números. Este aumento da produção deve trazer consigo alguns debates importantes como o não aumento significativo no preço dos alimentos, capacidade de geração de fontes energéticas para a produção e a segurança alimentar (GODFRAY et al., 2010).

Segundo Schneider (2016), inevitavelmente a agricultura familiar ou os pequenos produtores, aqueles que vivem e trabalham em pequenas glebas de terra, serão parte indubitável da solução para a produção de alimento saudável para uma população cada vez maior e mais urbanizada.

A agricultura familiar no Brasil possui grande importância na produção de alimentos, principalmente para o mercado interno, na redução da pobreza rural e na melhoria de indicadores econômicos além da predominância de uma produção sustentável (SCHNEIDER, 2016; FAO, 2014).

Amplamente divulgados, os dados do Censo Agropecuário de 2006 do IBGE (2009) mostram números significativos da produção familiar, como 87% da produção total de mandioca, 70% do feijão, 59% de suínos e 58% do leite, ocupando apenas 24,3% da área rural total. A área média dos estabelecimentos familiares no Brasil é de 18,37 ha., enquanto os estabelecimentos não familiares apresentavam 309,18 ha. Apesar de ocupar apenas 24,3% da área total e uma área média de 18,37 ha., produzia 40% do VBP¹⁹ do setor agropecuário do Brasil. Considerando este percentual, em 2016 a agricultura familiar produziu R\$ 211,33 bilhões, de um total R\$ 528,25 bilhões. Desta composição as lavouras tiveram um valor bruto da produção de R\$ 344,15 bilhões e a pecuária, R\$ 184,11 bilhões. Apesar de um bom resultado, houve uma pequena retração nas lavouras de -1% e a pecuária, de -3,2% se

¹⁹ O Valor Bruto da Produção agropecuária (VBP) corresponde ao faturamento bruto do estabelecimento.

comparado ao ano de 2015. Existe uma projeção positiva para o ano de 2017 com aumento de 7,8% para as lavouras e 4,2% para a pecuária (MAPA, 2017).

Segundo dados da EMPAER (2015), o Mato Grosso possui 104,3 mil famílias de agricultores familiares, sendo que destes, 59,36% estão dentro de assentamentos rurais. Este mesmo estudo aponta que nos municípios de Carlinda, Guarantã do Norte e Novo Mundo existem 4.454 famílias de agricultores familiares, sendo que 61,6% estão dentro de assentamentos rurais. Estes dados divergem dos disponibilizados pelo INCRA sobre o estado. Segundo o INCRA (2017), o Mato Grosso possui 82,9 mil assentados rurais, e os três municípios da pesquisa possuem 5.503 assentados rurais. O Mato Grosso possui a terceira maior população de assentados rurais do Brasil, ficando atrás apenas do Pará e do Maranhão.

De acordo com dados do MAPA (2017), o estado do Mato Grosso apresentou o segundo maior (VBP) do Brasil, produzindo R\$ 72,6 bilhões (São Paulo foi o primeiro com R\$ 74,3 bilhões) composto por 82% da produção agrícola e 18% pecuária. As principais atividades são: soja (42%), milho (19%) e o algodão herbáceo (17%) na produção agrícola, enquanto que já na produção animal, tem-se o bovino (13%) e o frango (3%).

Nos três municípios da pesquisa, existem 21 assentamentos, sendo que 17 foram contemplados com a pesquisa, ficando ausentes desta relação os projetos de assentamentos Braço Sul e São José (Gurantã do Norte), Peixoto de Azevedo e o projeto de assentamento estadual Gleba Divisa (Novo Mundo). Os três primeiros assentamentos mencionados foram emancipados²⁰ e o quarto consiste em um projeto estadual de assentamento. Esses assentamentos não são objeto desta pesquisa, já que esta contempla beneficiários diretos da reforma agrária de projetos federais na atualidade.

4.1 Produção vegetal

Os 17 assentamentos contemplam uma área total de 43,9 mil hectares e representam 3,4% da área total dos municípios. Desta área total destinam 2.540

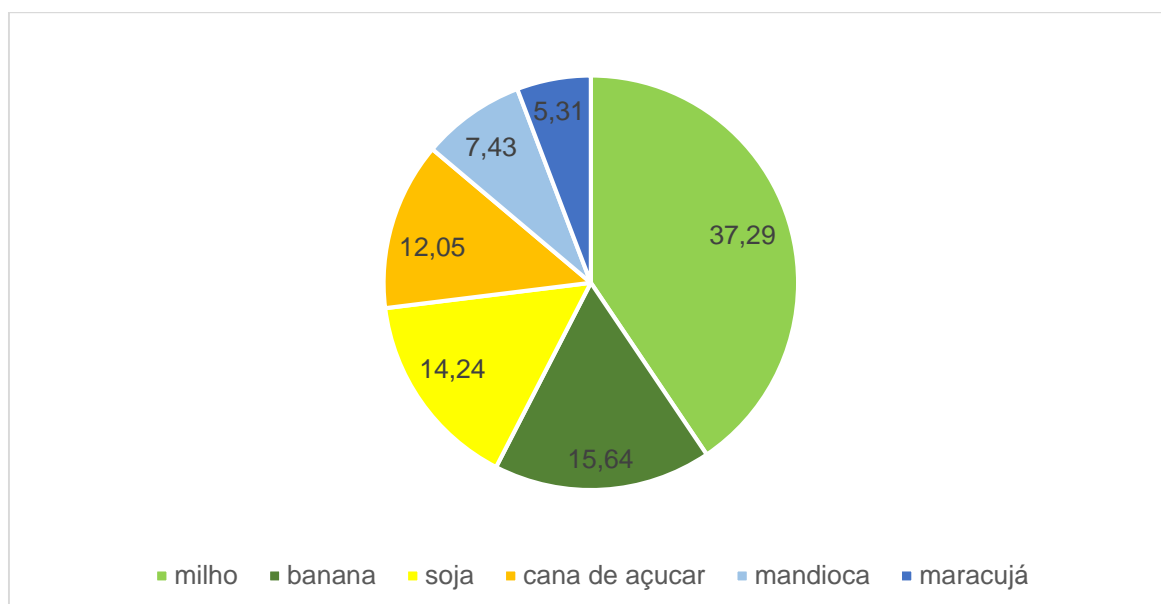
²⁰ É um assentamento que, após ter participado de diversas políticas públicas de apoio, conseguiu encontrar seu caminho de desenvolvimento econômico estando consolidado e apto a integrar-se a vida do município em que está implantado. A emancipação se dá por ato do INCRA, observadas as determinações legais e regulamentares. A esta nova condição do assentamento dá-se o nome de emancipado ou em processo de desenvolvimento econômico. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/media/servicos/publicacao/livros_revistas_e_cartilhas/O%20INCRA%20e%20o%20Assentamento.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2017.

hectares ou 5,77% para algum tipo de cultivo na forma de plantio próprio (36%), parceria no lote (40%) ou parceria em lote de terceiros (24%). Estas parcerias concentram em apenas quatro atividades, sendo a pastagem para utilização na pecuária, (70%), seguida da soja (15%), milho e banana (7%) cada.

Ao todo foram identificadas 28 culturas²¹ e poderia ter um número maior se a horta e o pomar (autoconsumo) fossem considerados como cultivos individuais, mas por questões metodológicas da pesquisa, foram considerados apenas dois grupos.

Observa-se que as principais culturas dos assentamentos considerando o volume de produção, são: milho (37,29%), banana (15,64%), soja (14,24%), cana de açúcar (12,05%), mandioca (7,43%) e maracujá (5,31%).

Gráfico 13 – Principais culturas nos assentamentos quanto ao volume de produção (percentual).



Fonte: Adaptado de RADIS, 2017.

Estas seis culturas representam 91,96% da produção total de 4.474 toneladas²². No Brasil apenas quatro culturas (soja (34%), cana-de-açúcar (15%), milho (12%) e café (7,5%)) correspondem a 69% do VBP produzido em 2016 (MAPA, 2017). No Brasil em 2016 os principais produtos inerentes diretamente a alimentação humana (banana com 4%, feijão, arroz e laranja com 3% cada) corresponderam a apenas 13% do VBP total.

²¹ Foram retiradas desta relação 4 culturas que não apresentaram valores de produção e comercialização (ver metodologia).

²² Safra 2015/2016.

Segundo a FAO (2014), apenas 12 culturas fornecem 80% da energia alimentar de origem vegetal para alimentação humana, sendo que destas, as quatro principais culturas (milho, trigo, arroz e batata), fornecem 60% desta energia. Além da ampliação do consumo de produtos industrializados, tem-se uma redução do número de cultivares no mundo. Lang (2009) chama a atenção para o fato de que o desafio atual será mais do que o abastecimento ou questões inerentes à saúde, mas a desigualdade no acesso ao alimento e por outro lado, o consumo exagerado de alimentos ultraprocessados.

Dos 876 lotes analisados nesta pesquisa, apenas 27% desenvolvem atividade de produção vegetal *in natura*. Destes, 55% produzem apenas um tipo de produto, 21% dois produtos, 32% três produtos e 5% quatro produtos chegando ao limite de 11 culturas num único lote.

Na **Tabela 4** observa-se as principais culturas por número de registro, ou seja, por número de agricultores que produzem a cultura.

Tabela 4 – Principais culturas por número de registro e respectivos percentuais.

Cultura	Nº registros	Percentual
Mandioca	100	42%
Banana	57	24%
Cana-de-açúcar	52	22%
Milho	32	13,5%
Abacaxi	32	13,5%
Maracujá	22	9%
Horta (autoconsumo)	21	9%
Café	20	8%
Pomar (autoconsumo)	19	8%
Laranja	16	7%

Fonte: Adaptado de RADIS, 2017.

Apesar de a soja ter somente quatro registros, ou seja, apenas quatro dos 876 lotes a cultivam, representa 14,24% do volume total produzido que em números absolutos são 637.000 quilos, ocupando uma área de 191 hectares, equivalente a 7,52% da área cultivada. O milho apresenta o maior volume de produção, sendo cultivado numa área de 254 ha., porém pulverizado em 32 agricultores. Esta pulverização tanto do milho como da cana de açúcar que possui 52 produtores, pode

estar relacionada com aptidão da região para produção da pecuária e, portanto, esses cultivos entram como insumos para produção de alimento bovino.

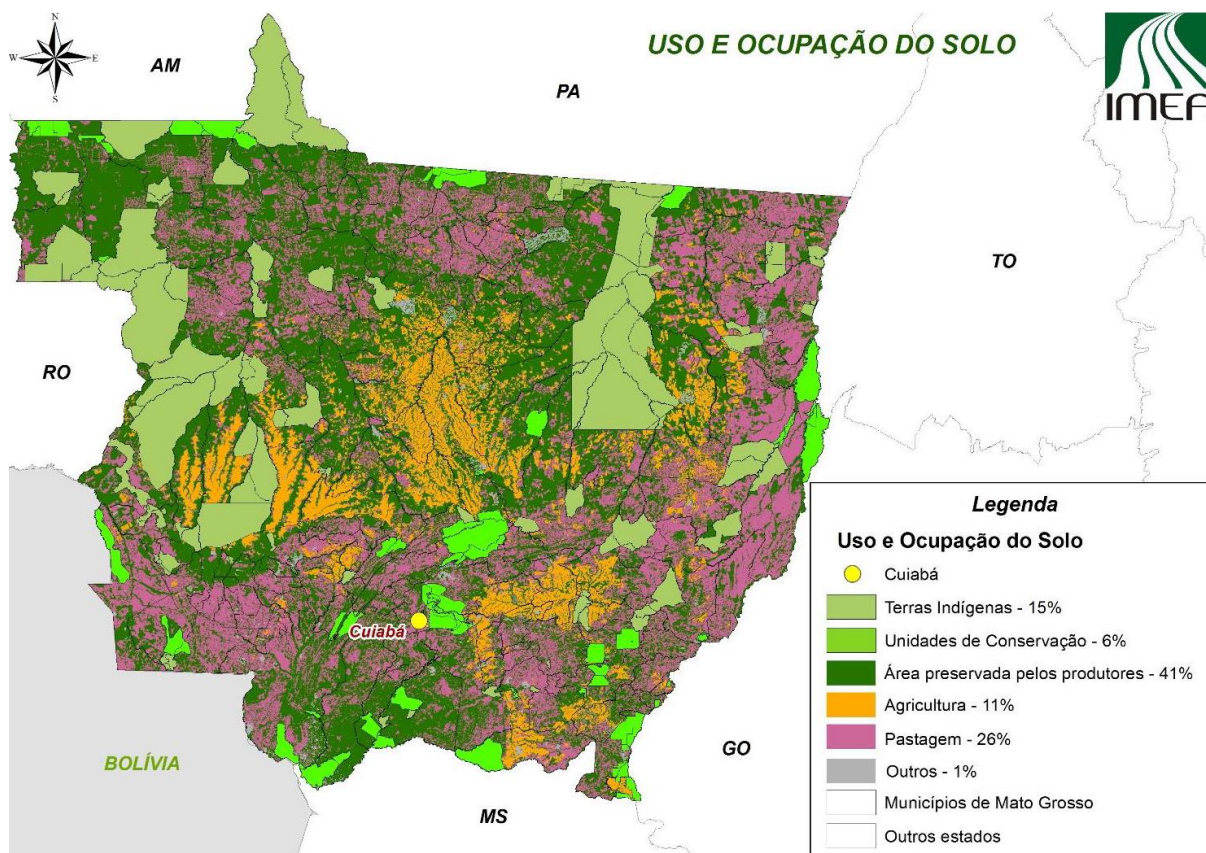
Segundo Melo, Silva e Esperancini (2012, p.131), em estudo realizado com soja e milho, utilizando as variáveis de risco, preço e custos de produção, percebeu-se que a soja apresenta prejuízo maior para os níveis mais baixos de risco, “[...], à medida que o risco aumenta, os resultados de receita líquida para soja são melhores do que os para milho, confirmando que a soja é uma opção mais atraente para o produtor com menor aversão ao risco”.

Para Wesz Júnior e Bueno (2008) a soja se torna inviável para o cultivo em pequenas propriedades, tornando-se viável em produções que estão no extrato acima de 100 hectares, portanto, além de ampliar os riscos de prejuízo aos assentados, inviabiliza financeiramente o plantio com os atuais tamanhos dos lotes dos assentados.

4.2 Produção animal

Em Mato Grosso, a pecuária extensiva bovina é a forma na qual se promoveu e se promove o processo de abertura de áreas destinadas à agropecuária como forma de apropriação e legitimação para uso da terra. Com condições propícias para produção da pecuária, como área, índice pluviométrico e luminosidade, o estado foi estabelecendo dentro do seu processo histórico estes núcleos produtivos como pode ser observado no mapa da **Figura 2**.

Figura 2 – Uso e ocupação do solo no Mato Grosso.



Fonte: IMEA, 2016.

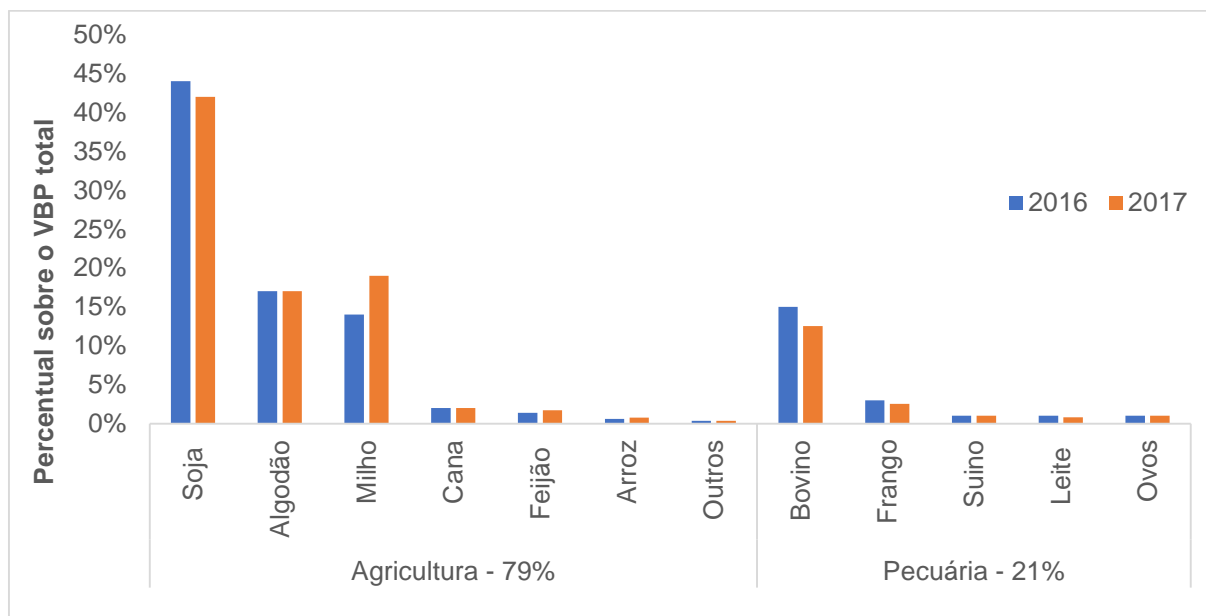
Segundo o IBGE (2016), o rebanho bovino do Brasil atingiu a marca de 215,2 milhões de cabeças em 2015 com um crescimento de 1,3% referente ao ano anterior. Dentre as macrorregiões, o Centro-Oeste tem o maior plantel bovino com 72,7 milhões de cabeças e o estado do Mato Grosso com o maior rebanho bovino do Brasil com aproximadamente 30 milhões de cabeças, ficando à frente de Minas Gerais e Goiás. O estado do Mato Grosso representa 13,6% do rebanho nacional.

A pesquisa teve acesso aos dados das atividades de pecuária contemplados na coleta do projeto Radis, especificamente sobre bovinocultura de corte e leite, avicultura, apicultura, caprinocultura, ovinocultura, psicultura e suinocultura. Para as análises deste estudo foram consideradas as principais atividades pecuárias dos assentamentos, que são bovinocultura e avicultura.

No estado do Mato Grosso no ano de 2016 a pecuária representou 21% do VBP, com predominância para a atividade da bovinocultura de corte, seguida das atividades de suinocultura, avicultura e produção leiteira. Numa estimativa de

produção para 2017, percebe-se uma redução de três pontos percentuais na produção pecuária referente ao VBP do estado (**Gráfico 14**) (MAPA, 2017).

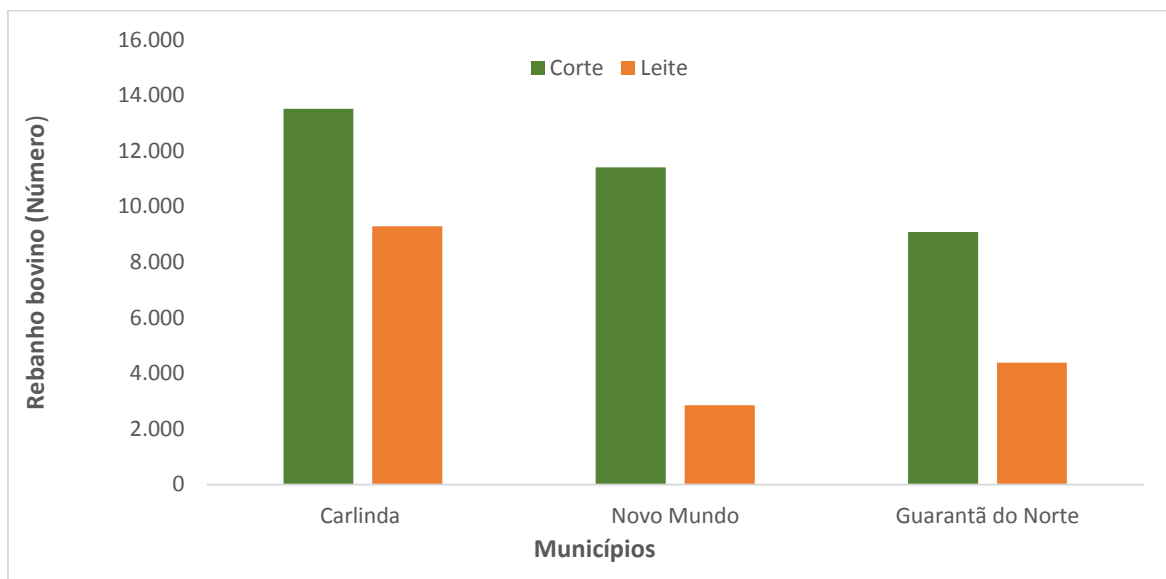
Gráfico 14 – Participação da agropecuária no VBP do estado do Mato Grosso em 2016 e estimativa de produção 2017.



Fonte: Adaptado de MAPA, 2017.

Dados da pesquisa da Produção da Pecuária Municipal realizada em 2015 apontam estagnação da bovinocultura de corte nas regiões Sul e Sudeste tradicionais produtores, deslocando-se para a região Norte do Brasil. O clima favorável, os baixos preços de terra, disponibilidade de água, implantação de frigoríficos e incentivos governamentais são os principais fatores que influenciam nesta emigração da produção bovina.

Os assentamentos pesquisados apresentaram um rebanho total de 50.516 cabeças de gado, composto por 67% de gado de corte e 33% de gado leiteiro, com destaque para a produção em Carlinda que apresentou 45% do rebanho total (**Gráfico 15**).

Gráfico 15 – Rebanho total bovino dos 17 assentamentos em 2016.

Fonte: Adaptado de RADIS, 2017.

Apesar do crescimento do rebanho bovino no estado nos últimos quatro anos, a produção da região Norte manteve-se estável entre 2014 e 2015. Comparando os anos de 2015 e 2016, das sete regiões do estado, cinco apresentaram índices de evolução no rebanho bovino maior do que a região Norte.

Do total de lotes pesquisados, 523 apresentaram atividade de bovinocultura e ocupam uma área total de 19.983 ha., perfazendo uma taxa de lotação de 2,53 unidade animal por hectare (UA/ha). Este número é três vezes maior do que a taxa UA/ha do Mato Grosso, que é de 0,76 e mais que o dobro da taxa da microrregião de Alta Floresta, que é de 1,22 UA/ha., onde os municípios estão localizados (INSTITUTO CENTRO DE VIDA – ICV, 2015). O ICV tem implantado, por meio do Programa Campo Novo, técnicas de produção na Amazônia cuja finalidade é ampliar a produção através de técnicas sustentáveis. O programa já apresenta resultados parciais com a intensificação das áreas chegando a taxa de ocupação de 2,71 UA/ha, ampliando também a produtividade em arrobas/ha ano, chegando a 20,75, enquanto a microrregião produz 4,7 e o estado do Mato Grosso 3,3 (ICV, 2014; IMEA, 2012). Estes números apresentam relativa capacidade de produção dos assentados com necessidade de explorar outras variáveis, como a financeira e ambiental que possam efetivamente comprovar a eficácia do método de produção adotado.

Segundo o IMEA (2017), o custo de produção de uma arroba de boi no sistema de produção de cria é de R\$ 126,80 enquanto para recria/engorda é de R\$ 133,03.

Analisando os preços praticados na comercialização durante o terceiro trimestre, data em que foi analisado o custo de produção pelo IMEA, verificou-se que o preço médio comercializado no Mato Grosso foi de R\$ 134,86, observando um lucro de R\$ 8,06 para a cria e R\$ 1,83 para recria/engorda por arroba. Guardadas as devidas proporções com as fazendas pesquisadas em relação ao tamanho dos lotes dos assentamentos cabe destacar que Wilhelms (2008) aponta num estudo de viabilidade financeira realizado em fazendas no Mato Grosso, que as propriedades menores reduzem significativamente o seu lucro operacional e o seu retorno sobre o investimento realizado. Numa propriedade de 950 ha com uma receita R\$ 612.794,00, obteve-se um lucro operacional de apenas R\$ 10.498,23 e um retorno de 0,49%. Este valor e percentual são bem menores se comparados com as propriedades maiores como, por exemplo, uma propriedade de 1.800 hectares que obteve um lucro operacional de R\$ 149.697,12 e retorno de 4,89% sobre o investimento. Barbosa (2008) em estudo realizado na região Central do Minas Gerais, identificou que a atividade de recria e engorda de bovinos em propriedade menores que 500 ha, teve retorno do capital investido mais baixo que a taxa de rendimento da poupança.

Segundo o IBGE (2016), em 2015, a produção de leite foi de aproximadamente 35 bilhões de litros com uma pequena retração de 0,4% em relação ao ano anterior. O Brasil assim como a bovinocultura de corte ocupa um lugar de destaque e está presente entre os maiores produtores de leite do mundo, tendo à sua frente a União Europeia (149 bilhões²³), Estados Unidos (96 bilhões) e Índia (68 bilhões) (CONAB, 2016).

Apesar de ano após ano a pecuária bovina leiteira ter sua produção aumentada, passando de 20 bilhões de litros em 2000, para aproximadamente 35,0 bilhões de litros/ano, em 2015, o que apresentou um crescimento de 75%, o mesmo não acontece com sua produtividade que passou de 1.140 litros/vaca/ano em 2000, para 1.525 litros/vaca/ano, em 2015, apresentando um crescimento de apenas 33%. Esta produtividade é ainda bem distante da dos EUA que possui o maior índice médio de produtividade de 10.150 litros/vaca/ano (ZOCAL, 2016). Entre os 10 maiores produtores, o Brasil só tem produtividade maior que a Índia.

Os assentamentos pesquisados possuem 3.621 vacas em lactação no momento da pesquisa com uma produtividade média de 3,63 litros/vaca/dia ou 1.325

²³ Os valores mencionados são expectativas de produção para 2017.

litros/vaca/ano. Esta média é inferior à média nacional, que ficou em 2015 com 4,17 litros/vaca/dia. Garantã do Norte apresentou a melhor produtividade média, 4,57 litros/vaca/dia e também a melhor média de produtividade por assentamento constatada no PA Araúna II com 9,21 litros/vaca/dia, porém também apresentou a produtividade mais baixa com 1,57 litros/vaca/dia no PA Barra Norte contrastando bem a realidade dos assentados. De modo geral, 82% dos produtores produzem no máximo 5 litros/vaca/dia.

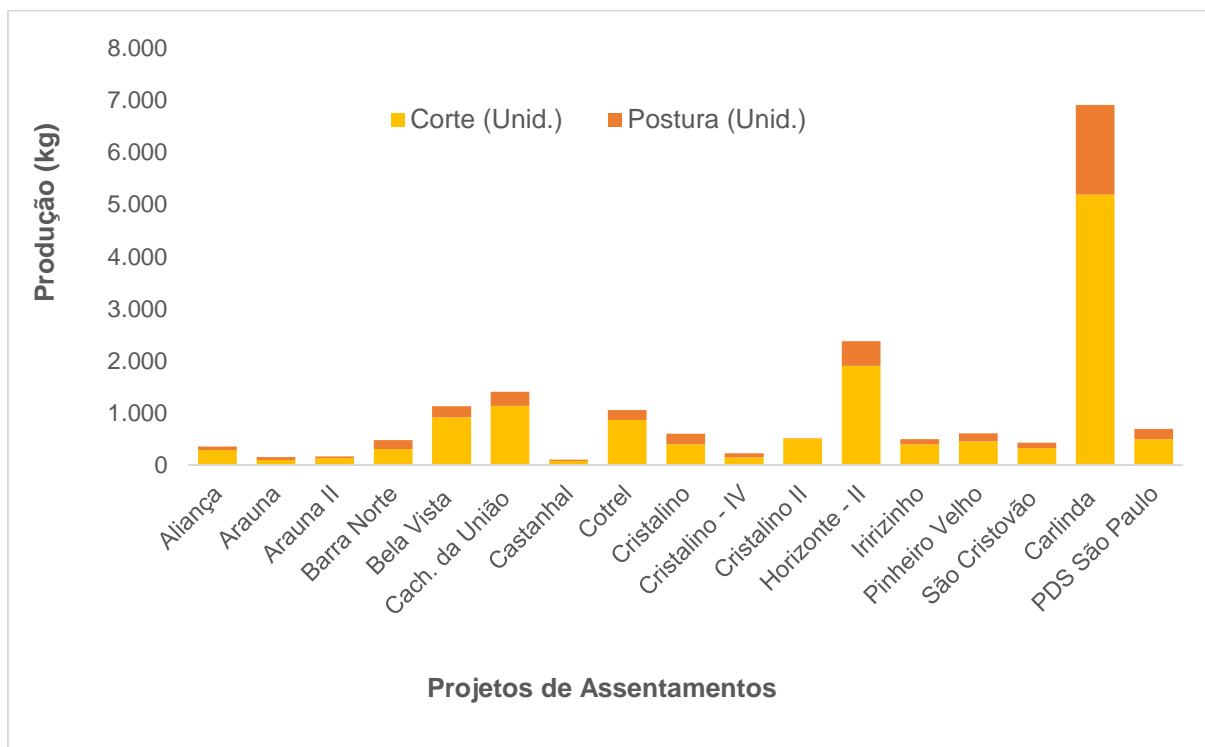
A atividade leiteira é desenvolvida em 39% dos lotes pesquisados com predominância da produção de leite para o município de Carlinda (61%), seguido por Novo Mundo (21%) e Garantã do Norte (18%), percentuais também similares ao número de produtores por município.

A região Sul do país que é responsável por 35,2% da produção nacional de leite bovino, vem apresentando nos últimos anos os melhores indicadores de crescimento e, desde 2014, ocupa a primeira posição do ranking das Grandes Regiões, quando ultrapassou pela primeira vez a Região Sudeste que produz 34% da produção total.

Com relação à produção dos estados, Minas Gerais continua como o principal produtor de leite do país, com 9,14 bilhões de litros ano, seguido pelo Paraná que ultrapassou o Rio Grande do Sul e alcançou a segunda posição nacional e juntos representam 26,5% da produção nacional seguidos por Goiás que representa 10,1%. O Mato Grosso é o sétimo maior produtor de leite do Brasil (IBGE, 2015).

4.2.1 Avicultura de corte e postura

Neste universo dos assentamentos estudados, aproximadamente 25% dos lotes produzem aves tanto para corte como para postura (**Gráfico 16**). Em números absolutos havia 13.701 aves destinadas para corte e 4.050 destinada para postura, com destaque para os projetos de assentamento de Carlinda, Horizonte II e Cachoeira da União que juntos possuem 60% da produção total. Somente o município de Carlinda possui 46% da produção da atividade de avicultura onde se situam três assentamentos pesquisados. De forma geral, os assentamentos pesquisados contribuíram com 16% para a produção total dos três municípios.

Gráfico 16 – Produção por assentamento da atividade de avicultura (cabeças).

Fonte: Adaptado de RADIS, 2017.

Pelos números apresentados acima, não nos resta dúvidas quanto ao potencial produtivo que a região Norte do estado tem, com todas as limitações existentes, porém para que tudo isto funcione, o crédito, um importante instrumento de apoio à agricultura familiar vem sendo acessado principalmente pelos pecuaristas dos municípios pesquisados. Segundo o Banco Central (2016), os municípios da pesquisa receberam através do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) o valor de R\$ 186.080.038,40 entre os anos de 2013 e 2016. Deste valor 99,24% foram destinados à produção pecuária nas atividades de investimento (66%) e custeio (33%).

As mudanças nos padrões de alimentação no mundo, influenciadas pelo aumento do poder aquisitivo principalmente em países emergentes, mercados globalizados, crescimento populacional e oligopolização da indústria produtiva e de distribuição, estão acarretando alterações significativas na demanda produtiva, sendo a carne vermelha juntamente com o açúcar, gorduras e produtos altamente processados expoentes destas demandas deste novo padrão alimentar (GODFRAY et al., 2010).

Diante de uma demanda por carne vermelha, uma região produtora evidentemente que brilha os olhos pela possibilidade de ampliar a produção bem como sua comercialização. Segundo Ploeg (2008) as grandes organizações e corporações exercem o domínio por meio de práticas articuladas em escala local, territorial e mundial. Esse império vem de forma deliberada, impactando diretamente a vida dos camponeses, estabelecendo normas invisíveis em sua maioria, que de forma direta empurra-os para uma condição marginal. Essas grandes organizações possuem poder de manipular variáveis, como cita o autor, em que os preços dos produtos se estagnam enquanto os custos (insumos de forma geral, que estão sob o domínio das grandes corporações) aumentam significativamente. O autor reforçando a importância deste camponês, destaca que sua forma de fazer agricultura difere fundamentalmente do modelo capitalista. Este mesmo camponês se caracteriza pela luta por autonomia.

A estrutura local ou regional, de insumos, assistência técnica, agroindustrialização, comércio e crédito, estimula e impulsiona os assentados a permanecerem nesta cadeia, tendo poucas alternativas e incentivos para buscarem estratégias autônomas de produção e comercialização neste “jogo de cartas marcadas”.

4.3 – Conclusão

O mundo enfrenta o desafio de alimentar uma população crescente e cada vez mais urbana. Neste processo mundial e também observado no Brasil de crescente concentração da produção em algumas variedades, a agricultura familiar vem sendo apontada por estudiosos e organizações ligadas ao tema como uma alternativa para promoção no desenvolvimento rural, superação da pobreza e no papel estratégico da produção sustentável e segurança alimentar.

Constatou-se que a produção vegetal está presente em 237 lotes com uma produção anual de 4,4 mil toneladas através de 28 variedades de culturas, sendo as principais, o milho, banana, soja, cana de açúcar, mandioca e maracujá que correspondem a 92% da produção total. Embora a produção mostre uma reprodução do padrão observado no estado e no Brasil, ou seja, uma concentração da produção em algumas cultivares, destaca-se que das 28 cultivares encontradas na pesquisa, 25

são diretamente relacionadas a alimentação humana, corroborando para o autoconsumo que corresponde a 15% da produção total e a segurança alimentar. Enquanto a FAO em 2014 publica estudo destacando que apenas 12 culturas de origem vegetal fornecem 80% da energia alimentar para alimentação humana, destaca-se que nos 17 assentamentos 25 culturas cumprem o papel da alimentação humana contribuindo para a soberania e segurança alimentar.

Para a produção animal, mais especificamente a produção bovina de leite e corte, constatou-se uma taxa de lotação de 2,53 UA/ha, taxa esta superior lotação da região e do estado do Mato Grosso. Esta taxa apresenta a capacidade de produção destes assentados, destacando que o retorno financeiro sobre a atividade especificamente de corte é baixo considerando o período analisado. Há que destacar que o modo de produção camponesa difere da produção capitalista, tendo este agricultor uma outra forma de estruturar sua relação social e sua produção.

Quanto a atividade leiteira, a pesquisa constatou que a produtividade média de 3,63 litros/vaca/dia é inferior à média nacional. Existem assentamentos com média de 9 litros/vaca/dia, ou seja, esta atividade tem potencial para ampliar a produtividade nos assentamentos e, portanto, intercâmbios entre os assentamentos pode ser uma boa alternativa para melhorar a produtividade, além de assistência técnica regular.

A produção de bovinocultura de corte e leite são as atividades mais fortes e capilarizadas na região, portanto fugir ou criar alternativas a estas atividades não é tarefa fácil quando se tem toda uma estrutura de insumos, assistência técnica, comercialização e crédito voltados para a produção animal. Ainda assim foram identificadas iniciativas alternativas nos assentamentos, como a agrofloresta, produção orgânica, produção agroecológica, que timidamente vem galgando espaços nos meios comerciais, principalmente as feiras livres.

Foram identificadas também iniciativas que fomentam a atividade agrossilvilpastoril em assentamentos com resultados positivos, principalmente na autonomia e diversificação produtiva, portanto a integração é uma alternativa para se manterem na atividade da pecuária ampliando as possibilidades produtivas e comerciais gerando maior autonomia aos assentados.

CAPÍTULO 5 - Acesso a Mercados, Canais de Comercialização e Estratégias de Comercialização de Alimentos

Para o debate sobre as questões agrárias no século XX, a luta pela terra era a centralidade. Já no século XXI, outro elemento ganha destaque, a alimentação. A comida se junta ao debate agrário, aglutinando, entre outros, a preocupação sobre como a produção capitalista (o agronegócio) se apropriou da mesma, utilizando-a como forma de controle político.

Nesse sentido, o debate atual sobre a produção sustentável de alimentos, segurança alimentar e nutricional no mundo passa pela agricultura familiar como destacam Godfray (2010), FAO (2016) e Schneider (2016). Cada vez mais se reconhece a importância deste modelo para questões que vão além da produção, como a permanência do agricultor no espaço rural, a manutenção da tradição rural e sua contribuição para o desenvolvimento sustentável.

Apesar dos avanços observados nos últimos anos – como investimentos do Plano Safra da agricultura familiar, passando de R\$ 2,3 bilhões na safra de 2002/2003 para R\$ 30 bilhões em 2016/2017, implantação de políticas públicas de fomento à produção e comercialização, regulação do marco legal sobre a agricultura familiar, aumento na produção de alimentos, ampliação na participação do PIB, ampliação do número de famílias assentadas, assistência técnica –, segundo Olival (2017, p.15), eles se mostram “insuficientes para viabilizar os agricultores familiares neste cenário de competição, exclusão e desigualdade”. Enquanto os agricultores familiares tiveram R\$ 30 bilhões para investimentos, o agronegócio, por meio do Plano Agrícola e Pecuário, teve investimentos, no mesmo período, de R\$ 183,8 bilhões, valor seis vezes maior do que o da agricultura familiar. Mesmo com essas adversidades, é importante afirmar que o acesso aos mercados é preponderante para o fortalecimento dos agricultores assentados, dando-lhes condições de criar estratégias autônomas e ampliar sua competitividade.

Segundo Schneider (2016, p.105), a “preocupação com a esfera da distribuição e da circulação de produtos foi praticamente ignorada nos estudos sobre a agricultura familiar e formas camponesas de produção em quase todas as vertentes teóricas”. Além da ausência, que até pouco tempo não se observava, atrela-se a isso a dificuldade de comercializar, de acessar o mercado ou os mercados como um dos

principais entraves para o desenvolvimento da agricultura familiar” (MACHADO; SILVA, 2009).

Wilkinson (2008, p.126), de forma geral, destaca que as regras do jogo:

No conjunto do sistema agroalimentar, tem se transformado dramaticamente com a modernização e transnacionalização do varejo na forma dos super e hipermercados. Com um grande supermercado substituindo centenas de lojas de “secos e molhados” tradicionais a exigência de escala impõe-se brutalmente [...].

O autor destaca que com o surgimento do paradigma de uma alimentação saudável, incentivando o consumo de frutas, legumes e verduras abriu-se uma nova oportunidade para a agricultura familiar, que era competitiva neste setor devido ao “uso de mão-de-obra e da terra”, e que logo foi estrangulada pela “abertura e desregulamentação dos mercados, a integração regional do Mercosul, a adesão à OMC” e outros, como o rigor imposto para a escala, a logística, os custos e entregas contínuas. Wilkinson (2008) alerta que o mercado local, de proximidade, pode ser acessado por este agricultor, chegando com maior competitividade onde as grandes redes de distribuição, devido aos limites de capilaridade, têm maior dificuldade. O autor destaca ainda que “timidamente nos mercados domésticos e mais enfaticamente nos mercados dos países desenvolvidos, são os próprios aspectos “tradicionais” da pequena produção que se transformam em valores de mercado” (WILKINSON, 2008, p.127). O fato deste agricultor trabalhar com o processo artesanal da produção, possuir maior vínculo com a preservação ambiental, produzir qualidade, diferentemente das produções em escala, gera uma identificação maior com o consumidor, como pode ser observado em mercados de alimentos na Europa, em especial na França e na Itália.

Para compreender os desafios encontrados pelos assentados da reforma agrária no acesso aos mercados, é necessária uma breve contextualização sobre a comercialização de alimentos no Brasil.

O desafio de alimentar uma crescente população, cada vez mais urbana²⁴, passa pelas condições da democratização do acesso aos mercados cada vez mais

²⁴ O Brasil, em 2010 (IBGE, 2012), possuía 84,6% da população em área rural. O Dieese estimou que em 2015 seria 85,8% e em 2050 o Brasil terá apenas 8% da sua população em área rural. Em números absolutos, o Brasil terá 226,3 milhões de habitantes e na área rural 18,1 milhões de habitantes. Dados do último Censo Agropecuário apontam que este número é de 29,26 milhões de habitantes na área rural.

oligopolizados, em que a produção familiar atomizada possibilita proximidade com os mercados locais. Segundo Belik (1999), em 1970, comparando o varejo tradicional e o varejo de autosserviço (supermercados como conhecemos hoje), o varejo de autosserviço ocupava apenas 2,2% das lojas e atendia com 29,3% das vendas. Em 1997, o autosserviço já possuía 12,2% das lojas e 85,6% do faturamento total. Segundo Schneider, Cruz e Matte (2016, p.11) “vivemos sob a governança do sistema de produção e de abastecimento que está cada vez mais concentrado e dominado nas mãos de poucas empresas”.

A primeira crise de abastecimento alimentar no Brasil, segundo Belik (1999), acontece tardiamente, após a Grande Depressão mundial de 1870, momento em que o país passava pela extinção do tráfico negreiro, modificando profundamente a estrutura econômica do país que tentava se inserir no mercado internacional.

Com sua cultura de produção visando a exportação, o latifúndio brasileiro naquele momento, segundo Guimarães (1982), não via com bons olhos a produção de alimentos, tendo sua dieta alimentar quase toda pautada nos produtos importados. Com a crise mundial provocada pela Primeira Guerra Mundial, os países beligerantes aumentaram significativamente suas importações de alimentos, o que acarretou no aumento do preço desses itens. Nesse momento, a crise de abastecimento vivida pelo Brasil está atrelada diretamente a problemas na produção. Em nova crise de abastecimento vivida em 1917, os alimentos produzidos no Brasil nesta época são em boa parte exportados para os países em guerra, provocando problemas sociais e o desencadeamento de greves dos trabalhadores. Internamente, os alimentos tiveram elevação de preços, principalmente os da cesta básica. Nesta crise, merece destaque o monopólio das empresas, principalmente, estrangeiras no comércio de alimentos (BELIK, 1999).

Após 1964, o Brasil mudou sua postura quanto ao sistema de abastecimento de alimentos, pois até então atuava de forma normativa e passou a atuar diretamente na organização e operacionalização do abastecimento de alimentos. Entre 1972 e 1979, foram implantadas quase todas as 47 Centrais de Abastecimento (Ceasas) nas capitais e nos principais municípios do Brasil (BELIK, 1999).

Na década de 1990, com a confluência de vários fatores, como a expansão da mulher no mercado de trabalho, o crescimento da demanda por alimentos processados, o aumento da classe média, atrelado a uma redução das margens de

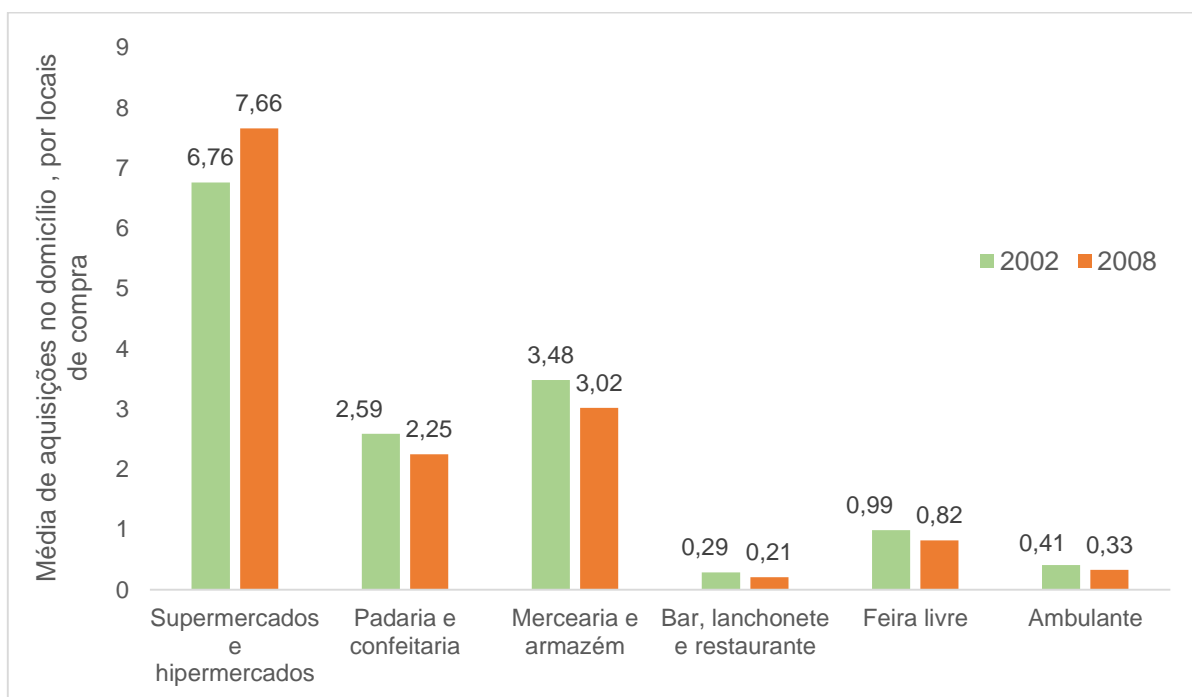
lucro e ampliação da concorrência nos EUA e Europa, os supermercados se propagaram em regiões em desenvolvimento do planeta. Viram seus lucros aumentarem em um ambiente de baixa concorrência, pois existiam apenas organizações domésticas no ramo. A desregulamentação econômica propiciou a inserção das corporações multinacionais de atacado e varejo de alimentos em larga escala no Brasil e em toda a América Latina, promovendo um modelo altamente concentrado e verticalizado, principalmente nas atividades de processamento e comercialização (REARDON et al., 2004).

Com a chegada deste modelo de varejo, quebra-se toda uma lógica existente no Brasil, em que as lojas eram especializadas, as carnes somente eram vendidas em açougues e avícolas, assim como o pão, leite e laticínios eram comercializados em padarias e os hortifrutigranjeiros, quase que totalmente, vendidos em feiras livres (BELIK, 1999).

Os supermercados chegaram com tanta força, que na década de 1990, sua participação nas vendas no varejo de alimentos em seis países latino-americanos (Brasil, Argentina, Chile, Costa Rica, Colômbia e México), tendo o Brasil a maior participação, representavam 85% da renda e 75% da população (REARDON, 2004).

Segundo Olival (2017, p.16), os produtos passaram a ter quedas sucessivas de preços e “a manutenção de uma cesta básica alimentar com baixo custo passou a ser meta das políticas de controle de inflação”. O autor destaca que as políticas implantadas tinham uma preocupação maior em integrar o agricultor àquela estratégia do que em buscar alternativas para este agricultor. Todas essas mudanças impactaram diretamente neste agricultor que passou a ter que se adequar a uma regularidade de fornecimento, ter novos padrões de qualidade e ampliar sua escala de produção. Muitos agricultores foram excluídos deste processo comercial tendo que redescobrir caminhos para sua sobrevivência.

No **Gráfico 17**, é possível perceber a evolução das aquisições domiciliares por canal de comercialização, confirmando, portanto, a importância que os supermercados assumiram na América Latina e, especialmente, no Brasil.

Gráfico 17 – Evolução das aquisições domiciliares com alimentação nos anos 2002 e 2008.

Fonte: POF (IBGE, 2009). Autor: Renato Maluf (2012).

5.1 Canais de comercialização

Uma visão mais ortodoxa da comercialização pode ser traduzida pela mera relação de transferência de produto ou do direito de propriedade de um determinado produto ou serviço a um determinado consumidor. Entretanto, a comercialização está associada a um conceito mais amplo e complexo que envolve a coordenação de várias etapas, incluindo produção, agroindustrialização e relação com o mercado consumidor, entre outros, sendo a transferência do produto apenas uma etapa (MENDES; PADILHA JUNIOR, 2007).

Segundo Santos, Ferreira e Santos (2014), os principais canais de comercialização dos produtos da agricultura familiar podem ser classificados em quatro: venda direta ao consumidor, integração vertical com o agronegócio processador, vendas para o setor de distribuição e mercados institucionais.

O canal de comercialização, distribuição ou de marketing que Kotler (1998, p. 466) descreve como “conjuntos de organizações interdependentes envolvidos no processo de tornar um produto ou serviço disponível para uso ou consumo” é o que conecta, são as vias, os caminhos utilizados pelos fabricantes ou produtores para fazer o seu produto ou serviço chegar até o seu cliente, o que pode acontecer por

meio de uma venda direta ou da utilização de intermediários no processo. Segundo Kotler (2000), as terminologias normalmente utilizadas para os atores envolvidos nos canais de comercialização são as descritas no **Quadro 5**, destacando que as escolhas dos canais devem ser “de acordo com sua eficiência, facilidade de controle e adaptabilidade” (KOTLER, 2000, p.509).

Quadro 5 – Terminologia dos atores utilizada nos canais de distribuição.

Corretor	Intermediário cuja tarefa é aproximar compradores e vendedores. Não estoca bens, não financia, nem assume risco.
Facilitador	Intermediário que auxilia o processo de distribuição, mas não assume a propriedade dos bens e não negocia o processo de compra ou de venda.
Representante de fabricante	Empresa que representa e vende os bens de vários fabricantes. É contratada pelos fabricantes, mas não faz parte de suas forças de vendas internas.
Comerciante	Intermediário que compra, assume a propriedade e revende mercadorias.
Varejista	Empresa que vende bens ou serviços diretamente ao consumidor final para uso pessoal, não empresarial.
Agente de vendas	Intermediário que procura clientes e negocia em nome de um fabricante, mas não assume a propriedade dos bens.
Força de vendas	Grupo de pessoas contratado diretamente por uma empresa para vender seus produtos e serviços.
Atacadista (distribuidor)	Empresa que vende bens ou serviços comprados para revenda ou uso empresarial.

Fonte: KOTLER, 1998.

Segundo Hoffman et al. (1987, p.153),

o canal de comercialização é o caminho percorrido pela mercadoria desde o produtor até o consumidor final. É a sequência de mercados pelos quais passa o produto, sob ação de diversos intermediários, até atingir a região de consumo.

Segundo Waquil, Miele e Schultz (2010, p.57), os canais de comercialização ou de distribuição, ou ainda de marketing são definidos como:

[...] sequência de etapas por onde passa um produto agrícola até chegar ao consumidor final, configurando a organização dos intermediários, cada qual desempenhando uma ou mais funções de comercialização, e o arranjo institucional que viabiliza as relações de mercados nas cadeias produtivas agroindustriais.

A pesquisa abarcou aspectos da comercialização de produtos alimentícios de origem animal e vegetal numa região que possui características e é culturalmente

orientada para a produção da pecuária, tendo no seu relevo um dos obstáculos para a chegada da produção em larga escala (soja e milho) dominante no Mato Grosso, porém já se percebe a entrada desses cultivares em algumas áreas como poderá ser observado nos dados apresentados a seguir.

As formas de comercialização promovidas pelos assentados pesquisados em alguns casos específicos podem parecer, segundo um olhar produtivista ou capitalista, irrelevantes do ponto de vista financeiro, mas existem outros valores embutidos neste aspecto da produção ou comercialização, como as relações sociais estabelecidas, a segurança alimentar, a preservação da diversidade cultural ou a criação de uma expertise desses assentados quanto aos processos de gestão e comercialização, preparando-os para mercados mais complexos.

Para esta dissertação, a venda direta é entendida como aquela em que não existe intervenção de intermediários na venda, em que o produto alcança diretamente seu consumidor final, ou seja, é o canal curto, sem intervenção de intermediários, enquanto a venda indireta é definida pela relação de um ou mais intermediários entre o produtor e o consumidor final, que tanto pode ser através de um canal curto ou normalmente mais utilizado nos canais longos de comercialização (BÁRBARA,1980; BATALHA et al., 2007).

Na **Tabela 5**, que trata da comercialização da produção vegetal, observa-se que 68,82% das vendas são realizadas de forma indireta com predominância para as vendas para pequenos mercados (30,19%) e pelo atravessador (25,45%).

5.1.1 Venda indireta

Para o canal de Pequenos Mercados, os produtos comercializados foram: laranja (68,4%), banana (14,1%), mandioca (10,1%), quiabo (4,7%), abacaxi (2,4%) e frutas de pomar (0,3%). Os assentamentos PA São Cristóvão (Guarantã do Norte) e o PA Cristalino (Novo Mundo) destacam-se pela importância que representam neste canal de comercialização, respectivamente com 82,48% e 12,61% do valor comercializado, com um montante de 95,09%.

Para o canal atravessador, existe também uma concentração em somente dois produtos: a banana (89,67%) e o maracujá (8,21%). Os demais produtos, café e abacaxi, correspondem respectivamente a 1,49% e 0,63%.

Foram comercializados, por meio do canal cooperativa, apenas três produtos: maracujá (91,08%), mandioca (8,87%) e caju (0,04%). Foram constatadas a comercialização via cooperativa pelos três assentamentos situados em Carlinda. Foram observadas a participação dos assentados em outras cooperativas de outros municípios, porém não utilizadas como canais de comercialização.

Referente ao canal rede varejista, foram comercializados apenas três produtos: o pepino (88,74%), abacaxi (10,60%) e café com apenas 0,66%. Toda produção deste canal está concentrada em Carlinda, centralizando a produção no PA Pinheiro Velho (89%) e no PAC Carlinda 11%.

Tabela 5 – Canais de comercialização: produção vegetal (valor R\$).

Tipo de venda	Canal	Percentual	Valor
Indireta	Pequenos Mercados	30,19	385.954,50
Indireta	Atravessador	25,45	325.429,00
Indireta	Cooperativa	10,23	130.764,50
Indireta	Rede Varejista	2,95	37.750,00
Subtotal		68,82%	879.898,00
Direta	Propriedade	29,47	376.847,68
	PNAE ²⁵	0,27	3.400,00
Direta	PAA	0,75	9.551,50
Direta	Feira Livre	0,39	5.044,00
Subtotal		30,88%	394.843,18
Subtotal Geral		99,70	1.274.741,18²⁶
	Outros Canais	0,30	3.857,00
Total Geral		100%	1.278.598,18

Fonte: Adaptado de RADIS, 2017.

5.1.2 Venda direta

A venda direta traz para os assentados, como já apontado por alguns estudos (BELIK et al., 2000; SCHWARTZMAN, 2015), a possibilidade de melhorar a renda, aproximação e estreitamento de relações entre os atores envolvidos na venda. Os laços sociais são fortalecidos, possibilitando também conhecer ou reconhecer a

²⁵ Programa Nacional de Alimentação Escolar

²⁶ “Outros canais” também é uma das opções de resposta para os canais de comercialização, mas por não conseguir identificar o perfil da venda, foi computado à parte na composição do montante de recursos movimentados na comercialização. “Outros canais” tem o montante de R\$ 3.857,00 e representam 0,3% do montante total.

origem do produto e estabelecer relações de preço justo. Frente ao padrão de consumo atual, tão globalizado e industrializado, torna-se uma grande vantagem competitiva a oportunidade de apresentar o seu produto, e ainda poder falar do processo de produção, da tradição produtiva, de agregar ao produto valores imateriais que possam distingui-los e diferenciá-los dos demais.

Para as vendas no formato de comercialização direta, no canal propriedade, foram observados sete produtos: abacaxi, acerola, cupuaçu, goiaba, mandioca, maracujá e soja. O destaque está na concentração de vendas que a soja absorveu (84,5%), seguida do maracujá, com 13,5%. Os demais produtos somaram 2% do valor total de venda deste canal.

Foram comercializados por compras públicas por meio dos programas PAA e PNAE, o valor de R\$ 12.951,50, que representa 1,02% da comercialização total de produtos vegetais dos assentamentos. Destes, R\$ 9.551,50 foram comercializados via PAA, com 15 assentados e 8 produtos²⁷, e o PNAE gerou R\$ 3.400,00, com 16 assentados e 7 produtos, que são praticamente os mesmos produtos comercializados via PAA com exceção do limão. Destacou-se o PDS São Paulo que participou com seis assentados. Este mesmo padrão foi observado na comercialização por meio do PAA, onde novamente o assentamento participou com sete assentados dos 15 participantes do programa. Este assentamento possui apenas 48 lotes.

O PDS São Paulo traz na sua concepção um modelo de assentamento de desenvolvimento sustentável que busca desenvolver atividades ambientalmente sustentáveis e diferenciadas tendo como beneficiários um público específico, cujo a trajetória seja pertinente com o modelo de assentamento. Neste caso pode trazer indicativos sobre o resultado alcançado pelo PDS São Paulo.

Analisando-se as transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) aos municípios nos anos de 2011 a 2015, observa-se que foram adquiridos da agricultura familiar/assentados nos três municípios o valor de R\$ 337.448,51 equivalente a 13% do valor transferido pelo FNDE. Durante este mesmo período, segundo a Lei 11.947/2009 em seu artigo 14, que estabelece que as compras realizadas com recursos de transferência do FNDE com a finalidade de aquisição de gêneros alimentícios devem ocorrer diretamente da agricultura familiar de no mínimo

²⁷ Abacaxi, banana, café, caju, laranja, mandioca, limão e maracujá.

30% do valor transferido, portanto, os municípios deveriam ter adquirido R\$ 743.336,40 no período.

Considerando que os municípios estudados têm em média 64% da sua população em área rural, com produção compatível com a demanda, clima, solo e demanda reprimida, é necessário que os municípios tenham políticas orientadas não só para atingir o percentual mínimo que hoje está muito abaixo do exigido por lei, mas também para ultrapassá-lo e quem sabe chegar aos 100% ou R\$ 2.659.734,00 transferidos pelo FNDE para aquisição de gêneros alimentícios.

No canal feira livre, apenas três produtos foram comercializados: maracujá (82%), frutas de pomar (10%) e mandioca (8%).

De forma simplificada, observa-se uma redução da competitividade devido à concentração do varejo de alimentos, redução da capilaridade principalmente dos pequenos mercados varejistas, ampliação das exigências de mercado que vem somada aos registros sanitários entre outros fatores que em alguma medida projetam o agricultor que não se encaixa neste padrão a uma exclusão da comercialização formal. Estes programas públicos cumprem entre outras funções, uma preparação inicial para acessar mercados mais complexos, cumprindo este papel com maestria. A ampliação das competências, a aproximação da gestão, tributos, logística, trabalho cooperativo, cria uma condição técnica nos assentados proporcionando o acesso paulatino à mercados mais complexos. Exemplo desta ação está na cooperativa Cooperlinda, composta por 60 agricultores, localizada no município de Carlinda e que, inicialmente, atuou nos programas do PAA e do PNAE até alçar outros voos, pois o mercado público já não mais comportava suas ofertas. Atualmente, atua como fornecedor das principais redes varejistas da região, mas sem o estágio anterior talvez não tivesse conseguido entrar num mercado tão exigente e complexo como o varejista.

Na **Tabela 6**, onde se trata dos canais de comercialização da produção de origem animal, são apresentadas suas estratégias de comercialização indireta focadas principalmente em apenas dois canais que somam 76,5% ou $\frac{3}{4}$ de todo o valor comercializado em 2016. O Mato Grosso, em 2016, foi o estado que mais abateu bovinos, 4,6 milhões de cabeças, seguido por Mato Grosso do Sul, com 3,6 milhões, e Rondônia, com 2,7 milhões.

Tabela 6 – Canais de comercialização: produção animal (bovino cabeça e valores).

Tipo de venda	Canal	Percentual	Cabeças	Valores
Indireta	Atravessador	45,34%	5.179	6.021.928,25
Indireta	Frigorífico	31,17%	3.560	4.139.421,62
Subtotal		76,50%	8.739	10.161.349,86
Direta	Propriedade	22,31%	2.548	2.962.709,63
Direta	Feira Livre	0,03%	3	3.488,28
Subtotal		22,34%	2.551	2.966.197,91
Total Geral		98,97%	11.290	13.127.547,77
Não classificado	Outros	1,16%	133	154.646,93
Total Geral		100%	11.423	13.282.194,70

Fonte: Adaptado de RADIS, 2017.

Existe um equilíbrio relativo na comercialização entre os três municípios, pois apresentam percentuais similares. No ano de 2016, num total comercializado de 11.423 cabeças/corte, Carlinda comercializou 36%, enquanto Guarantã do Norte, comercializou 33% e Novo Mundo 31%.

A atividade de pecuária de corte foi encontrada em 523 famílias ou 59,7% dos lotes participantes da pesquisa. Referente ao número de produtores, Carlinda apresentou o maior percentual (39%), enquanto Novo Mundo 36,5% e Guarantã do Norte, 24%.

Em termos de produção total de cabeças de gado de corte, os assentamentos apresentaram uma produção de aproximadamente 34 mil cabeças, com maior volume apresentado pelo município de Carlinda, com 13,5 mil cabeças, enquanto Novo Mundo, apresentou 11,4 mil cabeças e Guarantã do Norte 9 mil.

Considerando a comercialização geral, cada animal foi vendido com 8,7 arrobas de carcaça. Segundo o IBGE (2016), o peso médio de cada animal abatido no 2º semestre de 2016, foi de 245,4 kg/animal ou 16,36 arrobas. Observa-se que o peso é bem inferior à média nacional. Existem duas inferências mais prováveis para este dado. i) o gado comercializado, em sua maioria, é utilizado na atividade de leite e posteriormente comercializado como vaca boiadeira²⁸, que tem preço e peso inferior ao boi gordo que foi utilizado como referência para chegar ao peso médio por animal. No 3º trimestre de 2016, o peso médio de vaca boiadeira comercializado foi de 11

²⁸ Vacas magras, de descarte e possuem valor menor de mercado.

arobas por animal. ii) o valor utilizado no cálculo para chegar ao peso médio por animal comercializado é auto declaratório, portanto, passível de distorções, já que é uma realidade da agricultura familiar a ausência de controle sistemático das suas atividades financeiras e comerciais

Com a finalidade de compreender a agroindustrialização bovina, foi realizada uma entrevista exploratória a um abatedouro privado em Garantã do Norte que leva o mesmo nome do município e atualmente sua comercialização está circunscrita ao próprio município devido a amplitude do seu registro sanitário. Com uma média de abate de 10,8 animais por dia²⁹ com média de 12,5 arrobas cada e trabalhando 25 dias por mês, o abatedouro possui um faturamento bruto médio anual de R\$ 10.368.000,00 ou R\$ 86.400,00 ao mês, com uma despesa mensal de aproximadamente R\$ 40.000,00. Para aquisição do abatedouro, foi realizado um investimento de R\$ 1,5 milhão e mais R\$ 500 mil de investimentos para funcionamento do mesmo.³⁰

O volume de recursos brutos comercializados nos 17 assentamentos foi de R\$ 13.282.194,70, com uma média por produtor ao ano de R\$ 25.396,17 ou R\$ 2.116,35 ao mês.

Conforme já mencionado, o IMEA (2016) levantou um custo de produção por arroba³¹ para atividade de cria de R\$ 126,80 e recria/engorda de R\$ 133,03 no terceiro trimestre de 2016. Para realizar uma estimativa de lucro dos assentados desta atividade, levantou-se também o preço médio da arroba praticada no 3º trimestre do mesmo ano, que foi de R\$ 134,86. Para a atividade de cria, obteve-se um lucro líquido de R\$ 8,06 e recria/engorda R\$ 1,83 por arroba.

Foi identificado que, dos assentados pecuaristas, 56% trabalham com corte, desenvolvem o sistema de produção de cria e 44% de recria/engorda. O montante de cabeças de gado comercializadas em 2016 foi de 11.423. Considerando 56% deste montante, tem-se 6.397 unidades oriundas do sistema de produção de cria e 5.026 cabeças dentro do sistema de recria e engorda. Considerando os custos de produção por arroba, o preço médio da arroba por sistema de produção e o lucro líquido total,

²⁹ Existe uma infraestrutura para abate de até 30 vacas/dia.

³⁰ Entrevista realizada com o proprietário do abatedouro no dia 12/12/2016.

³¹ Ver boletim de 12 de maio de 2017/ nº 453. Disponível em: <<http://www.imea.com.br/upload/publicacoes/arquivos/15052017201503.pdf>>. Acesso em: 10 jan.2017.

tem-se um montante no sistema de produção de cria no valor total de R\$ 448.570,43 (lucro líquido/ano/total). Deste sistema de produção participam 293 assentados, o que perfaz um lucro líquido por família de R\$ 1.530,95 ao ano ou R\$ 127,58 ao mês para o sistema de produção de cria, ou seja, cada família com a atividade de cria, considerando a quantidade comercializada em 2016, os custos de produção, e preço médio da arroba no terceiro trimestre de 2016, tem R\$ 127,58 ao mês como lucro líquido médio.

Para a atividade de recria e engorda, dos 523 produtores, 230 trabalham com este sistema de produção. Considerando os valores de custo de produção já mencionados, preço médio da arroba e um lucro líquido de R\$ 1,83 por arroba na atividade e considerando ainda, que os animais comercializados pelos assentados possuem em média 8,7 arrobas de carcaça e que os 44% equivalem a 5.026 cabeças de gado que estão sob a atividade de recria/engorda, temos uma receita total líquida anual de R\$ 80.018,95. Para chegarmos à receita unitária por produtor ano, dividiu-se por 230 produtores (equivalentes a 44%), chegando ao resultado de R\$ 347,91 ao ano ou R\$ 29,00 família/mês.

A tentativa do exercício é aproximar da realidade dos assentados, num esforço para mensurar a viabilidade financeira da atividade de corte nos dois sistemas de produção e provocar reflexões sobre as melhores possibilidades para a produção e estratégias de acesso aos mercados, bem como a possibilidade de comparar com outras atividades desenvolvidas pelos assentamentos, destacando a necessidade de aprofundar o estudo.

5.1.3 Agroindustrialização

Segundo Prezotto (2001), a agroindústria familiar é uma unidade de processamento ou beneficiamento gerido pela família e possui escala adequada para seu padrão, diferenciando-a em escala da indústria convencional. Já o IBGE (2006) traz o seguinte conceito de agroindústria rural:

Se refere às atividades de transformação e beneficiamento de produtos agropecuários de origem animal ou vegetal, que foram realizadas em instalações próprias, comunitárias ou de terceiros, a partir de matéria-prima produzida no próprio estabelecimento agropecuário ou adquirida de outros produtores, desde que a destinação final do produto tivesse sido dada pelo produtor (IBGE, 2006, p.31).

O processo de agroindustrialização amplia as possibilidades de melhoramento do produto final, possibilita tempo de prateleira, armazenamento e a possibilidade iminente de agregar valor ao produto, portanto, é uma estratégia de produção que amplia as condições de comercialização (WILKINSON, 2008; WESZ JUNIOR, 2010; CARDOSO, S. RÜBENSAM, 2011).

O processo da Revolução Industrial, com todos os seus instrumentos de concentração da produção, ampliou a dependência do camponês aos produtos que não mais conseguia produzir, porém não retirou a prática da transformação para o autoconsumo e que era repassado de geração em geração (PELEGRINI; GAZOLLA, 2005). De maneira geral, os estudos têm mostrado que essas iniciativas surgem em regiões de agricultura familiar consolidada há algum tempo que preservaram os conhecimentos de transformação de alimentos e produtos.

O Censo Agropecuário de 2006 identificou 864 mil unidades agroindustriais dentro dos estabelecimentos rurais, sendo que destes 89,2% são pertencentes à agricultura familiar, mas apenas 41% destas comercializaram sua produção, e se considerarmos ainda o número total de estabelecimentos rurais da agricultura familiar, pode-se afirmar que apenas 8% agregaram valor à sua produção (IBGE, 2006). Equivocadamente, muitos autores utilizam como sinônimo agroindustrialização e agregação de valor, enquanto aquela é um instrumento de transformação da matéria-prima e que pode ou não agregar valor ao produto, a agregação de valor deve ampliar, somar valor ao produto por meio de mecanismos tangíveis como ampliação do tempo de prateleira ou simplesmente atrelando-o a conceitos intangíveis como a produção sustentável, o turismo rural ou a indicação geográfica.

Contudo, cabe observar que a agroindustrialização é uma prática que permite ampliar o acesso ao mercado, ou ainda, possibilitar maior autonomia desses assentados. Numa trajetória mais ortodoxa, Wilkinson (2008) destaca que o processo de integração por meio da agroindustrialização podem responder alguns desafios, como a ampliação da escala, redução dos custos de produção, alcance da qualidade esperada ou da padronização, como no caso das *commodities*, e, por outro lado, pode também acessar nichos de mercados agroindustriais ou mercados específicos, destacando que para ambos os caminhos escolhidos existem desafios particulares a serem superados.

Do ponto de vista da produção coletiva ou da economia de escala, Wilkinson (2008,) sugere o cooperativismo ou até a existência de grupos informais, mas com forte base no processo coletivo democrático como forma de somar forças para encontrar solução para a competitividade da agricultura familiar. O autor destaca, ainda, que:

[...] a possibilidade de experimentar sistemas de produção coletivizados é em grande parte facilitada nos assentamentos rurais [...] Nos assentamentos rurais a adoção de estratégias agroindustriais foi vigorosa e assumiu uma importância fundamental (WILKINSON, 2008, p.59).

Nos anos 1990, um dos enfoques dominantes na discussão sobre a agricultura familiar era sua integração com a agroindústria que, naquele momento, já privilegiava os médios e os grandes produtores, excluindo os pequenos. Havia então uma dicotomia à frente, a produção em grande escala de *commodities* que para o pequeno só era viável por meio de espaços coletivos ou a partir da busca de caminhos mais autônomos como os nichos de mercados que comportavam as particularidades da agricultura familiar. Em qualquer dos caminhos escolhidos existiam obstáculos a serem superados e aprendizados a serem incorporados (WILKINSON, 2008).

Na pesquisa, foram identificadas 22 unidades de transformação, sendo que três dessas estão voltadas para a produção de artesanato e uma para a produção de alimentação animal (silagem). Dezoito dessas unidades são destinadas à produção de alimentos (**Tabela 7**). Para a análise da pesquisa, foram consideradas apenas as unidades agroindústrias produtoras de alimentos.

Considerando o total dos lotes encontrados nos assentamentos, pode-se afirmar que apenas 2,5% dos assentados agroindustrializam ou agregam valor à sua produção, percentual bem abaixo do que o observado no Censo Agropecuário de 2006. Uma das possíveis saídas para ampliar o tempo de comercialização é a agroindustrialização da matéria-prima que, normalmente, é perecível no curtíssimo prazo. Numa região com baixa densidade demográfica (4,22 hab/km²), o processo de agroindustrialização, pode configurar uma estratégia eficiente para ampliar as possibilidades de comercialização, tanto pela ampliação do espaço geográfico de comercialização, tanto pela diversificação da produção. Por meio de uma única fruta é possível originar vários produtos, como, doce, polpa, geleia, compota, suco, picolé e outros, ampliando as possibilidades de acesso aos mercados.

As unidades agroindustriais que trabalham com matérias-primas de origem vegetal, perfazem 56% da amostra, enquanto 44% são de origem animal. As unidades estão concentradas em Carlinda (50%), que também produz 47% do total de alimentos nas diferentes categorias produtivas, diferentemente de Garantã do Norte e Novo Mundo que concentram a produção em apenas duas categorias: processados de leite e de cana de açúcar. Dois assentamentos se destacam na produção, Barra Norte, em Novo Mundo, e o PAC Carlinda, ambos com 40% da produção num montante de 80% da produção total. O PAC Carlinda possui diversificação na sua produção com destaque para processados de leite, sucos e polpas. Já o Barra Norte, concentra 100% da sua produção nos processados de leite.

Tabela 7 – Agroindústrias, categorias e produção anual (Kg).

Categorias	Agroindústrias	Produção (kg)
Chimias ³² , geleias, doces e conservas	01	1.056
Farinhas	01	2.000
Frutas <i>in natura</i>	01	700
Panificados	02	207
Processados de cana	2	4.000
Processados de leite	8	14.040
Sucos e polpas	3	5.016
Total	18	27.171

Fonte: Adaptado de RADIS, 2017.

As unidades processadoras de cana produzem apenas dois produtos: melado e rapadura, enquanto as unidades de agroindustrialização de leite produzem queijo, doce, requeijão e leite.

Das unidades, 96% da matéria-prima vêm dos próprios assentados, 17% comprado do vizinho e 22% é adquirido no comércio. O somatório dos percentuais é maior do que 100% devido às respostas poderem ser múltiplas.

³² Um doce muito comum no Sul do Brasil similar à geleia, feito a partir de frutas, cascas, legumes e ovo ou usando combinações que normalmente utiliza-se para comer com o pão. O termo é derivado da palavra *Schmier*.

Referente à comercialização, as unidades venderam R\$ 153.722,00 em 2016, destacando que 100% da comercialização foi realizada por meio do comércio local. Do total produzido (27 toneladas), apenas 1,5 toneladas foi destinada para o autoconsumo, caracterizando uma produção voltada para o mercado, para a comercialização.

A grande maioria das unidades (54,51%) vende a sua produção por meio de pequenos mercados, seguido de venda na propriedade (27,33%) e outros canais, como feira livre e venda de porta em porta (17,9%). A comercialização via cooperativa alcançou apenas 0,26%. Não houve registro de comercialização com organizações públicas nem mesmo por meio dos principais programas (PAA e PNAE).

Um dos motivos que pode explicar a concentração no mercado local, mesmo considerando que nenhuma das unidades possui registros sanitários, portanto um limitante importante na ampliação no acesso aos mercados, principalmente o mercado formal ou a própria expansão geográfica da atividade, o que também pode explicar a produção em pequena escala dessas unidades agroindustriais, é a caracterização de uma relação de confiança nas transações, na interação face a face entre os compradores e consumidores (Wilkinson, 2008). As organizações reguladoras e de fiscalização do sistema agroalimentar, segundo Prezotto (2002), atuam padronizando as diferentes esferas e escalas de produção, desconsiderando aspectos culturais, tradicionais de produção, especificidades étnicas, qualidade dos alimentos, centrando sua fiscalização em questões técnicas legais da estrutura de produção e no risco à segurança alimentar.

De acordo com Caetano (2010), numa pesquisa sobre queijos artesanais, realizada no Distrito Federal, envolvendo uma agroindústria (não legalizada, sem registro sanitário) e seus clientes, a relação de confiança estabelecida foi fundamental para que a organização fosse bem-sucedida. A relação de produção e consumo não dependia da intermediação estatal, normatizando os interesses comuns, mas de reciprocidade, de simetria informacional, de confiança no produtor, estabelecida por um fio invisível traduzido pela qualidade, segurança sanitária dos alimentos, regularidade entre outros. Cardoso (2012) afirma que esta relação de confiança e proximidade entre os atores gera simetria da informação sem a necessidade de gerar outros custos adicionais ao processo, como marca ou registro sanitário. Esta

confiança foi construída a partir de uma reputação, uma previsibilidade na transação entre os atores, reduzindo, inclusive, custos sobre o produto final.

Segundo Giovenardi (2003), a agregação de valor nas cadeias produtivas possui um comportamento para cada elo existente e um percentual absorvido por ela: insumos (23%), produção (15%), agroindústria (35%), comercialização (27%). Para cada R\$ 1,00 pago pelo consumidor por um determinado produto, cada elo absorve os percentuais mencionados acima. Evidentemente, estes percentuais não são fixos, podendo ser alterados conforme influência de outras variáveis, porém tomando como base estes percentuais, pode-se inferir que os assentados que agroindustrializam sua produção e comercializam por meio da venda direta, poderão agregar até 77% do valor total à sua renda.

Cardoso (2012), referindo-se ao custo de legalização de agroindústria quanto ao registro sanitário, em pesquisa realizada no Distrito Federal, considerando agroindústria artesanal ou de pequeno porte, observou um preço médio envolvendo todas as etapas para a devida legalização de R\$ 7.607,13. Destaca-se, ainda, que estes valores só foram possíveis devido a EMATER/DF assumir a elaboração dos croquis/planta baixa das instalações, fluxograma de produção, discriminação dos equipamentos e elaboração da fórmula do produto processado ou, caso contrário, teria um acréscimo de R\$ 2 a R\$ 3 mil. Considerando ainda que após a legalização a unidade assume custos correntes, esta é uma realidade que inibe o assentado para legalizar sua agroindústria, que busca no mercado local com menor rigor na fiscalização sanitária o refúgio para comercializar os seus produtos, estabelecendo relações de confiança baseadas nos valores culturais locais, mas também na segurança sanitária e qualidade do seu produto. Por outro lado, restringe a sua atuação, que fica circunscrita a este mercado local que pode rapidamente saturar devido à baixa demanda, impedindo-o de alcançar centros consumidores de maior demanda, compras governamentais e mercados formais.

Mesmo apresentando as limitações, como a ausência de registro sanitário e comercialização somente no comércio local, 50% das unidades agroindustriais tiveram receitas entre R\$ 10.500,00 a R\$ 22.000,00, reafirmando que, do ponto de vista econômico, a agroindustrialização pode ser uma alternativa viável e sustentável para as famílias assentadas que buscam novas alternativas fugindo do padrão vigente na região, a produção de *commodities* (carne e grãos) *in natura*.

Com o amadurecimento dessas experiências, aproximação de mercados mais complexos e ampliação das exigências legais e do consumidor, sugere-se também a aproximação ou desenvolvimento de experiências coletivas como o cooperativismo e associativismo como instrumento de aglutinação de expertises, ampliação das escalas, compartilhamento de responsabilidades e viabilidade ao negócio.

6 – Considerações Finais

6.1 *Um olhar entre a produção, as estratégias e o acesso aos mercados*

Para entrarmos num diálogo sobre as estratégias de acesso aos mercados é salutar rememorarmos o processo de colonização e de criação dos assentamentos, pois estes períodos podem nos indicar uma postura ideológica das políticas públicas, da visão dos gestores públicos e privados sobre a ocupação e uso do solo na região.

A reforma agrária é um tema de debate recorrente no Brasil. Anterior ao período do governo militar, já havia um forte debate nas organizações sociais e este era um dos principais temas de luta da época.

O norte do Mato Grosso é marcado pelos processos de colonização privada que deram origem a muitos dos municípios existentes na região, culminando este ciclo com a criação de assentamentos rurais realizada pelo Incra. Estes processos visavam a ocupação das fronteiras e integração da Amazônia ao modelo de desenvolvimento econômico adotado pelo Brasil. Para viabilizar a ocupação foram incentivados a substituir a floresta por atividade agropecuária, especialmente a bovinocultura.

A alta rotatividade nos assentamentos é um indicador crítico ao modelo adotado para desenvolvimento no Brasil para a Reforma Agrária. Os três municípios pesquisados indicam uma rotatividade de aproximadamente 60% por abandono da área ou comercialização da mesma.

Estes processos de exclusão empurram os assentados para um universo de comercialização marginal ou informal, a buscar mercados menos exigentes, a restringir os seus espaços comerciais e algumas vezes também menos favoráveis do ponto de vista financeiro. Não incomum nos dias de hoje, ainda que em áreas mais remotas, o atravessador assume um papel tão significativo na comercialização dos assentados, ocupando quase a metade das vendas na cadeia de bovinos e $\frac{1}{4}$ na comercialização de produtos de origem vegetal. Esta constatação, contudo, não pretende crucificar o atravessador, que, muitas vezes, é a única opção de comercialização encontrada pelos agricultores, produtores e assentados, mas reforçar a necessidade de se criar possibilidades autônomas e organizadas para os assentados.

É importante destacar que existem iniciativas de intermediação benéficas para ambos os participantes, que conectam o agricultor/assentado ao mercado, que

compreendem e valorizam as ações comunitárias e estabelecem uma relação justa, de somatório de forças. A exemplo dessa intermediação vantajosa existem várias organizações com resultados que merecem destaque, como a Cooperativa Central do Cerrado, Instituto Ouro Verde, Rede Ecovida entre outros.

Wilkinson (2008) destaca a necessidade que a agricultura familiar tem em desenvolver iniciativas autônomas que possibilitem saídas, alternativas ao modelo tradicional de intermediação (a agroindustrialização e o atravessador). Estas práticas inovadoras poderão garantir a sobrevivência do grupo, remetendo-o a novos processos sociais e setoriais que também exigirão novos conhecimentos em gestão, mercado e tecnologia.

A pesquisa pôde constatar concentração tanto na produção, em alguns cultivares específicos, como também concentração comercial por meio dos canais. Esta concentração nos remete a um processo de especialização da produção, de escala de produção reproduzindo uma lógica capitalista vigente.

Apenas seis culturas equivalem a 92% do volume vegetal produzido nos assentamentos e este padrão é superior à concentração verificada da produção agrícola do estado do Mato Grosso e no Brasil. Por outro lado, é possível analisar que das 28 variedades de culturas, sendo as principais, o milho, banana, soja, cana de açúcar, mandioca e maracujá, 25 destas são diretamente relacionadas à alimentação humana, corroborando para o autoconsumo, que corresponde a 15% da produção total e a segurança alimentar. Observa-se um processo de diversificação alimentar indo na contramão de uma restrição de culturas observada no histórico da produção mundial.

Os assentamentos apresentaram uma taxa 2,53 UA/ha, superior à taxa média da região onde os assentamentos estão localizados, bem como superior à média do estado do Mato Grosso, demonstrando capacidade produtiva, apesar da ausência de alguns fatores de propulsão na produção como é o caso da assistência técnica.

Quanto à atividade leiteira, a pesquisa constatou que a produtividade média de 3,63 litros/vaca/dia é inferior à média nacional. Analisando o desempenho individual dos assentamentos, existem médias que chegam a 9 litros/vaca/dia, indicando que é possível ampliar a produtividade nos assentamentos e, portanto, intercâmbios entre os assentamentos podem ser uma boa alternativa para melhorar a produtividade, além

de fortalecer os espaços coletivos (cooperativismo, associativismo, grupos informais) tanto na produção como na comercialização.

Foram identificadas nos assentamentos outras atividades, como a agrofloresta, a produção orgânica, agroecológica, agrossilvipastoril que timidamente vem ampliando os espaços na produção e os seus frutos já começam a ser vistos nos espaços comerciais, principalmente nas feiras livres.

Há que se destacar que buscar alternativas produtivas fora do padrão adotado na região é um trabalho árduo e de longo prazo, pois apesar das iniciativas identificadas que fomentam essas práticas, existe um financiamento que é limitado, com recursos escassos e essas práticas ainda não foram incorporadas pelo Estado, portanto quando chegam pela assistência técnica oficial, são por iniciativas dos técnicos individualmente e não programas oficiais do Estado.

No que tange a comercialização, os canais utilizados pela cadeia vegetal também demonstram concentração na utilização dos canais, o que pode ser explicado por um oligopsônio, tornando o fornecimento mais competitivo e especializado. Para o canal pequenos mercados, apenas seis produtos e dois assentamentos concentraram 95% das vendas. Para o canal atravessador, apenas dois produtos concentraram 98% das vendas, ocorrendo similarmente para cooperativa e rede varejista, que com dois produtos apenas concentrou praticamente 100% das vendas. Nos canais de venda direta, observa-se o mesmo *modus operandi*, novamente com concentração no canal propriedade como nos produtos comercializados, sendo apenas dois produtos, a soja, que absorveu 85%, e o maracujá, 13,5%. Os únicos canais que fugiram à regra foram os programas públicos de comercialização, que apesar de corresponder a apenas 1,02%, foram verificados 8 produtos e 15 assentados participantes.

Para os canais de comercialização utilizados para os produtos de origem animal, apenas três (atravessador, frigorífico e propriedade) atingiram 99% do comercializado na cadeia. Nesta cadeia existe uma particularidade, o registro sanitário para o funcionamento dos empreendimentos de abate, que, na prática, exige uma fiscalização muito mais rigorosa do que os produtos de origem vegetal.

Para o diálogo sobre estratégias, é necessário retomar alguns conceitos como os de Drucker (1954), Ansoff (1965), Quinn (1980), Ansoff e McDonell (1990) e, portanto, conclui-se que, de forma clássica, a estratégia passa pela trajetória da

organização por meio de planos, metas, objetivos, análise da situação atual, mudanças necessárias e um conjunto de regras que visam subsidiar o comportamento da organização.

Num outro olhar sobre a estratégia, Mintzberg et al. (2006) apresentam a partir de cinco dimensões – plano, pretexto, posição, perspectiva e padrão –, o conceito de estratégia emergente ou na dimensão padrão. Esta estabelece uma constante, um padrão de comportamento pretendido, intencional, planejado, deliberado ou não. O autor denomina a estratégia na definição padrão de “estratégia emergente”, uma vez que requer consistência ou reprodução nos atos, mas podendo não haver qualquer intenção *a priori*, deliberada ou intencional.

Observou-se que existe um padrão comportamental dos assentamentos na comercialização, mas não foram observadas evidências que pudessem comprovar que este comportamento passa por um processo de organização, por um planejamento coletivo deliberado *a priori*. Nesse sentido, numa analogia ao conceito inicial de estratégia, como “a arte do general em conduzir o exército à vitória em uma guerra”, observa-se que não existe este ator “general” na condução dos assentamentos à vitória. Nota-se a necessidade de atores líderes (públicos ou organizações sociais) que possam dar condições de ampliar a autonomia por meio de ações que possam fortalecer esses novos caminhos, superando o modelo padrão que restringe a autonomia dos assentados.

A estratégia organizada como plano, deliberada *a priori*, intencional, dialogada, por vários autores entre eles Drucker, 1954; Quin, 1980 e Porter, 1996, está presente por meio dos atores macroeconômicos atuantes nas principais cadeias (grãos e carne) na região, agindo como agentes organizadores, que se articulam impactando diretamente sobre o modo de produção e a comercialização desses assentados. Em sua maioria, se articulam por meio de regras invisíveis, tornando os assentados parte da engrenagem e não protagonistas da história.

Conclui-se sobre a iminente necessidade de se pensar em ações que corroborem com a diversificação da produção alimentar, bem como pensar em formas de abastecimento que incluam os agricultores com produção diversificada, com escalas menores, não especializadas, que compreendam suas sazonalidades, suas histórias e seus modos de vida.

6.2 Proposições

Alguns temas foram muito recorrentes na pesquisa e talvez não pela verbalização deles, mas pela ausência, como, por exemplo, as políticas públicas. Os principais programas públicos de comercialização, o PAA e o PNAE, foram pouco acessados pelos assentados. Esses programas, além dos seus objetivos principais de promoção do acesso à alimentação e incentivo à agricultura familiar, cumprem um papel importantíssimo para os assentados, a inserção gradativa no mercado preparando-os para os mercados mais complexos, de maior grau de exigência. Essas experiências apontaram para a constituição de novas dinâmicas de mercado para os assentados, como a valorização de produtos com especificidades regionais como os oriundos de assentamentos rurais ou étnicos – povos e comunidades tradicionais –, e também os produtos orgânicos que tinham um diferencial no preço, além de reconhecidamente estimular a produção e sua diversidade.

As políticas públicas cumprem um importante papel no desenvolvimento rural sustentável, agem como catalizador e propulsor de iniciativas, estimulam a participação social, possibilitam o surgimento de novos atores críticos que atuam na busca de direitos, portanto são protagonistas desse desenvolvimento inclusivo.

Apesar da sua importância para o Mato Grosso, os assentados rurais que representam aproximadamente 60% da agricultura familiar, carecem de ações que possam fomentar a autonomia produtiva e ampliar o acesso aos mercados. Historicamente, o cooperativismo surge no mundo na luta contra injustiças e fazendo enfrentamento a um capitalismo industrial concentrador de riquezas. Por meio da coletivização das ações e descentralização de poder decisório, o cooperativismo busca dar essa autonomia aos seus cooperados.

A pesquisa constatou uma ausência de estratégias coletivas organizadas, e na ausência delas, os agentes macroeconômicos ocupam esse espaço conduzindo ao seu modo o “desenvolvimento local”. As cooperativas possuem a natureza jurídica de uma sociedade de pessoas e não de capital, orientada a contribuição mútua, cuja finalidade é a melhoria na condição social e econômica dos seus associados. Portanto, em sua maioria, assumem o papel de organização social e econômica, num somatório de forças horizontais.

Por meio desses espaços coletivos é possível ampliar a escala nos processos de aquisição e venda, implementar estratégias coletivas, acessar mercados que

individualmente seriam pouco prováveis, agregar valor por meio do processo de agroindustrialização e criar condições de melhorias de vida em que o assentado passa ser protagonista desse desenvolvimento.

A agroindustrialização de pequena escala ou voltada para atender as demandas da agricultura familiar enfrenta entraves regulatórios no Brasil que desconsidera o perfil de produção destes padronizando as exigências e atuando como instrumento de exclusão dos assentados no mercado. O Brasil adota um padrão de segurança alimentar que privilegia a super-higienização ou a homogeneização nos processos de transformação desconsiderando a diversidade produtiva e o patrimônio cultural existente.

Apesar das dificuldades enfrentadas, os assentados mostraram que é possível processar os alimentos garantindo qualidade e segurança. A agroindustrialização traz uma série de benefícios já mencionados no texto, mas destaca-se que o percentual absorvido pelos detentores dos processos industriais, é normalmente maior do que os outros elos da comercialização, podendo proporcionar melhores retornos financeiros aos assentados envolvidos além de ampliar as condições que propiciem o acesso ao mercado. Devido à complexidade do processo de agroindustrialização, sugere-se que as ações sejam desenvolvidas em processos coletivos como forma de reduzir individualmente os investimentos, mas por outro lado tem-se o fortalecimento por meio da união de esforços.

Nessas tentativas de criar maior autonomia aos assentados, é indiscutível a inclusão de ações que eliminem os intermediários no acesso ao consumidor, como as feiras livres. Essa nova ou velha dinâmica de circuitos mercantis trata-se de uma estratégia que visa maior apropriação do valor agregado, bem como uma busca no reposicionamento desses assentados nos mercados, buscando alternativas aos mercados extremamente competitivos que proporcionem maior autonomia além de fortalecer laços enraizados na confiança e reciprocidade.

É importante ainda pensar em estratégias de distribuição que contemplem a diversidade produtiva, a sazonalidade e a escala de produção dos assentados, dando condições destes se inserirem na distribuição sem a necessidade da extrema padronização da produção ou na busca de escalas de produção inacessíveis. É necessário buscar alternativas ao formato dos canais longos de comercialização,

alternativas essas que sejam inclusivas, despadronizando e fortalecendo as conexões sociais envolvidas no processo produtivo e na construção social de mercado.

A questão que está no cerne da compreensão das estratégias adotadas pelos assentados, é a contribuição que estas estratégias têm gerado para o desenvolvimento sustentável e autônomo desses grupos. As proposições vêm no intuito de sugerir alguns caminhos possíveis para o fortalecimento da autonomia desses agricultores por meio da produção, acesso a mercados e espaços coletivos de convívio. Essas iniciativas não são e não devem ser pontos paralelos, mas articulados, engrenados e com desenvolvimento simultâneo.

6.3 – *Temas transversais*

Existem temas que direta ou indiretamente influenciam no processo de acesso aos mercados dos assentados, temas estes importantes e tão atuais quanto a própria comercialização. As questões alimentares no Brasil e no mundo estão entre os grandes desafios a serem enfrentados no século XXI. Diante do desafio de alimentar uma população crescente e urbana, como é o caso do Brasil, pois já somos 86% da população vivendo em área urbana, sendo necessário garantir a disponibilidade de alimentos saudáveis à população.

Dentre os vários debates, a equação alimentar e a democracia alimentar, trazem consigo a necessidade de que o mundo precisa alimentar seus povos e não somente parte deles. Existe o risco da escassez tanto produtiva como nutricional, portanto, recorrente é a necessidade urgente de se ampliar o debate e a consciência sobre os desertos alimentares, democratização do acesso ao alimento e descentralização da produção. Nesse sentido, outro tema vem para a centralidade da discussão como elemento de conexão entre o produtor e o consumidor: o abastecimento. É necessário pensar num abastecimento inclusivo, sua logística, eficiência, mas também pensar em estratégias que incluam os agricultores com sua diversidade e escala de produção. Trazer com mais força algumas propostas para o abastecimento como *Foodsheds* (análise sobre a capacidade de abastecer determinada aglomeração urbana) ou o *Food miles* (análise sobre a distância percorrida por um determinado alimento para chegar ao consumidor final), a inclusão de orgânicos e produtos agroecológicos, bem como produtos alinhados com o

comércio justo, que valorizem a relação justa entre produtor e consumidor e a sazonalidade produtiva.

Outro ponto relevante é o crescente aumento dos preços de gêneros alimentícios atrelado à ampliação dos oligopólios alimentícios varejistas e atacadistas no Brasil. Acompanhando uma tendência mundial, o perfil do consumo de alimentos no Brasil corresponde a 85% de produtos industrializados e somente 15% de produtos *in natura*. Neste sentido, o Chile traz outras estratégias de acesso aos mercados que fogem aos padrões da comercialização via grandes varejistas, por meio de feiras livres que abastecem o país com 70% de frutas e verduras e 30% do mercado de peixe. Evidentemente que são referências, o Brasil e o Chile carregam realidades distintas, mas servem como elemento de reflexão para pensarmos novas ou velhas formas de acesso ao mercado em que o agricultor/produtor/assentado possa criar alternativas ao modelo padrão vigente no Brasil.

Indo na contramão da descentralização observada acima, tem-se a comercialização de alimentos por meio do setor varejista brasileiro que, em 2014, com apenas cinco redes de supermercados, controla 61% do mercado do país. No mesmo ano, os supermercados obtiveram mais de 80% do total das vendas do setor varejista de alimentos, onde apenas três empresas ocuparam 46% deste mercado: Pão-de-Açúcar (24%); Carrefour (13%); Wal-Mart (9%).

A concentração de poder que acumulam essas organizações impacta diretamente nas estratégias de comercialização dos assentados, que, em sua maioria, não conseguem acessar esse mercado oligopolizado e excludente, influenciando diretamente no direito à escolha do alimento cada vez mais padronizado, industrializado e disponibilizado por grandes organizações dominantes na industrialização de alimentos.

Temas como autoconsumo, segurança alimentar, canais curtos de comercialização, escambo de alimentos, entre outros, são inerentes a este debate do acesso aos mercados que não é um ponto isolado na discussão, mas um elo desta corrente em que o ser humano, o direito humano a alimentação vem antes do acesso aos mercados.

REFERÊNCIAS

- ALENCAR, A. et al. **Desmatamento nos Assentamentos da Amazônia: histórico, tendências e oportunidades**. Brasília: IPAM, 2016.
- BANCO DE DADOS DA LUTA PELA TERRA (DATALUTA). **Brasil. Relatório 2014**. Presidente Prudente: NERA, 2015. Disponível em: <www.fct.unesp.br/nera>. Acesso em: 10 mar. 2016.
- BÁRBARA, H. R. **Administração de vendas: um enfoque gerencial**. São Paulo: Atlas, 1980.
- BARBOSA, A. F. **Viabilidade econômica de sistemas de produção de bovinos de corte em propriedades nos estados de Minas Gerais e da Bahia**. 2008. 137 f. Tese (Doutorado em Zootecnia)-Escola de Veterinária, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008. Disponível em: <http://www.vet.ufmg.br/ensino_posgraduacao/egresso/4_20100115105020_654>. Acesso em: 20 mar. 2017.
- BATALHA, M. O. et al. **Gestão Agroindustrial**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2007.
- BELIK, W. **Muito além da porteira: mudanças nas formas de coordenação da cadeia agroalimentar no Brasil**. 1999. 143f. Tese (livre docência) -Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas, SP. Disponível em: <<http://libdigi.unicamp.br/document/?code=000188946>>. Acesso em: 22 mar. 2017.
- BEZERRA, I.; SCHNEIDER, S. Produção e consumo de alimentos: o papel das políticas públicas na relação entre o plantar e o comer. **Revista Faz Ciência**, v.14, n.19, p.35-61, jan./jun. 2012. Disponível em: <<http://e-revista.unioeste.br/index.php/fazciencia/article/view/8026/8028>>. Acesso em: 10 mar. 2016.
- BRITO, L. P. L. Apresentação dos anais do Cole. In: CONGRESSO DE LEITURA DO BRASIL, 14., 2003, Campinas. **Anais...** Campinas: Unicamp/Associação de Leitura do Brasil, 2003. p.7. CD-ROM.
- CAMPANHOLA, C.; GRAZIANO DA SILVA, J. (Orgs.). **O Novo rural brasileiro: novas ruralidades e urbanização**. Brasília, DF: Embrapa; UNICAMP, 2004.
- CANÇADO, A. C.; GONTIJO, M. C. H. **Princípios Cooperativistas: origens, evolução e influencia na legislação brasileira**. In: ENCONTRO DE INVESTIGADORES LATINO-AMERICANO DE COOPERATIVISMO, 3., 2004, São Leopoldo. **Anais...** São Leopoldo: UNISINOS, 2004.
- CARDOSO, F. L. A. **A “via crucis” para legalização da agroindústria alimentar: impacto social da legislação sanitária na agricultura familiar**. 2012. 236 f. Dissertação (Mestrado em Agronegócios) -Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária, Universidade de Brasília, Brasília, 2012. Disponível em:

<http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/10418/1/2012_FabioLucioAlmeidaCardoso.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2016.

CARDOSO, S. RÜBENSAM, J. M.; **Elaboração e avaliação de projetos para Agroindústrias** Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS. 1ª Edição. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011.

CARVALHO, H. M. **Política Compensatória de Assentamentos Rurais como Negação da Reforma Agrária**. Revista NERA, São Paulo, n.5, ano 7, ago./dez. 2004. Disponível em:
<<http://www.reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/1475-4315-1-PB.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2016.

CARVALHO, J. G. **Agricultura e questão agrária no Brasil – condicionantes estruturais da concentração fundiária**. In: VI COLÓQUIO DE LA SEPLA, Montevideu, Uruguai, 2010.

CASTRO, A. M. G.; DUARTE, J. **Comunicação e tecnologia na cadeia produtiva da soja em Mato Grosso**. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2004.

CERVO, A. L. BERVIAN, P. A. **Metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002.

CHAFFOTTE, L.; CHIFFOLEAU, Y. **Vente directe et circuits courts: évaluations, définitions et typologie**. Cahiers de l'Observatoire CROC, Montpellier, n. 1-2, fev.-mar. 2007. 8 p.

CONAB. **Conjuntura Mensal: Leite e Derivados**. Março, 2016. Disponível em:
<http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/16_04_12_14_04_46_leite_marco_2016.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2017

CONTERATO, M. A. et al. **Mercados e agricultura familiar: interfaces, conexões e conflitos**. Porto Alegre: Via Sapiens, 2013.

DELGADO, N. G. O papel do rural no desenvolvimento nacional: da modernização conservadora dos anos 1970 ao Governo Lula. In: DELGADO, N. G. (Org.). **Brasil Rural em Debate**: coletânea de artigos. Brasília: CONDRAF; MDA, 2010.

DIEESE. O mercado de trabalho assalariado rural brasileiro. **Estudos e pesquisas**, n.74, out. 2014. Disponível em:
<<https://www.dieese.org.br/estudosepesquisas/2014/estpesq74trabalhoRural.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2016.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA (EMBRAPA). **Qual o rendimento da carcaça do bovino após o abate?** 2012. Disponível em:
<<http://cloud.cnpqg.embrapa.br/sac/2012/09/21/gostaria-de-obter-informacoes-quanto-ao-rendimento-medio-em-geral-da-carcaca-do-bovino-apos-o-abate-quando-desossada-percentual-osso-e-outras-perdas-se-tiver-gordura-etc-quanto-resultasomente-ca/>>. Acesso em: 21 abr. 2017.

ETC GROUP. El carro delante del caballo: semillas, suelos y campesinos ¿Quién controla los insumos agrícolas? **Informe 2013a**, n.111, Sep. 2013. Disponível em: <www.etcgroup.org>. Acesso em: 10 nov. 2015.

FAO/CEPAL/IICA. **Fomento de circuitos curtos como alternativa para la promoción de la agricultura familiar**, Boletim CEPAL/FAO/IICA, 2014 – 14 pp.

FAORO, R. O Brasil até o governo-geral. **Os donos do Poder**: formação do patronato político brasileiro. 3. ed. Globo, 2001. p.115–285,

FERNANDES, B. M. **Estrangeirização de terras na nova conjuntura da questão agrária. Conflitos no campo Brasil 2010**. Goiânia, Comissão Pastoral da Terra, p. 76-81, 2011.

FERNANDES, B. M. et al. A questão agrária na segunda fase neoliberal no brasil. Presidente Prudente, SP: **NERA – Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária** – Artigo DATALUTA: janeiro de 2017

FERRARI, D. L. **Cadeias agroalimentares curtas**: a construção social de mercados de qualidade pelos agricultores familiares em Santa Catarina. 2011. 347 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural)-UFRGS, Porto Alegre, 2011.

FERRAZ, J. M. G. **Muito além da tecnologia**: os impactos da Revolução Verde. Agência Iberoamericana para la Difusion de la Ciencia y la Tecnologia. Disponível em: <<http://www.dicyt.com/noticia/muito-alem-da-tecnologia-os-impactos-da-revolucao-verde>>. Acesso em: 14/02/2017>. Acesso em: 15 out. 2016.

FERREIRA, H.; CASSIOLATO, M.; GONZALEZ, R. **Uma experiência de desenvolvimento metodológico para avaliação de programas**: o modelo lógico do programa segundo tempo. Brasília: IPEA, 2009.

FERRO, A. S., VECHI, J. B. **Contextualização da agricultura familiar em Mato Grosso**. 2ª Oficina de concertação estadual de Mato Grosso. Cuiabá, 2014. Relatório Técnico EMPAER

FIGUEIRA, M. L. Cooperativismo da agricultura familiar: avanços e desafios. In: ARAÚJO, M. M. et al. **A agricultura familiar e o direito humano à alimentação**: conquistas e desafios. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2015.

FRANÇA, G. C.; MARQUES, A. M. P. V.; DEL GROSSI, E. E. **Superação da Fome e da Pobreza Rural**: Iniciativas brasileiras. Organização para as Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), 2016.

FREIRE, A. M. A. **Analfabetismo no Brasil**: da ideologia da interdição do corpo à ideologia nacionalista, ou de como deixar sem ler e escrever desde as Catarinas (Paraguaçu), Filipinas, Madalenas, Anas, Genebras, Apolônias e Grácias até os Severinos. São Paulo: Cortez: Brasília, DF: INEP, 1989.

FREYRE, G. **Casa-grande e senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 48. ed. São Paulo: Global Editora, 2003.

GALVÃO, A. M. O.; DI PIERRO, M. C. **Preconceito contra o analfabeto**. São Paulo: Cortez, 2007.

GALVÃO, J. A. C. **Colonização e cidades em Mato Grosso**. In: XVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA. Natal, RN. 22 a 26 de julho de 2013.

GIRARDI, E. P. Mato Grosso: expressão aguda da questão agrária brasileira. **Revista Franco-Brasileira de Geografia (Confins Online)**, n. 27, 2016. Disponível em: <<http://confins.revues.org/10898>>. Acesso: 10 set. 2016.

_____. Uma leitura da questão agrária em Mato Grosso. **Confins [Online]**, n.25, 2015. Disponível em: <<http://confins.revues.org/10446>>. Acesso em: 10 set. 2016.

GIRARDI, E. P.; FERNANDES, B. M. **A luta pela terra e a política de assentamentos rurais no BRASIL**: A Reforma Agrária conservadora. Agrária, São Paulo, n. 8, p. 73-98, 2008.

GODFRAY, H. C. J. et al. Food security: the challenge of feeding 9 billion people. **Science**, v.327, n.5967, p.812–818, 2010. Disponível em: <<http://science.sciencemag.org/content/327/5967/812.full>>. Acesso em: 10 nov. 2016.

GRISA, C. As políticas para a agricultura familiar no Brasil: um ensaio a partir da abordagem cognitiva. **Desenvolvimento em Debate**, Rio de Janeiro, v.1, n.2, p.83-109, 2010. Disponível em: <http://desenvolvimentoemdebate.ie.ufrj.br/pdf/dd_catia.pdf>. Acesso em: 10 jul.2016.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Editora da UFRGS. Porto Alegre, 2015.

GUANZIROLI, C. E. et al. **Agricultura familiar e Reforma Agrária no século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

GUDYNAS, E. Tensiones, contradicciones y oportunidades de la dimension ambiental del Buen Vivir. **GUDY CIDES - UMSA y Plural**, Bolívia, p.231–246, feb. 2011.

GUIMARÃES, A. P. **Quatro Séculos de Latifúndio**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

GUIVANT, J. S. Os supermercados na oferta de alimentos orgânicos: apelando ao estilo de vida ego-trip. **Ambiente e Sociedade**, Campinas, v.4, n.2, p.62-82, 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/asoc/v6n2/a05v06n2.pdf>>. Acesso em: 20 nov. 2016.

HACKBART, R. **Incrá buscará qualidade para assentamentos**. Agência Brasil, 31 de janeiro. 2006. Disponível em: <agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2006-01-31/incra-buscará-qualidade-para-assentamentos-diz-hackbart>. Acesso em: 9 fev. 2017.

HESPANHOL R. A. M. Agroecologia: limites e perspectivas. In: ALVES, Adilson Francelino; CARRIJO, Beatriz Rodrigues; CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessoa (Org). **Desenvolvimento Territorial e Agroecologia**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

ICT HOUSEHOLDS; NÚCLEO DE INFORMAÇÃO E COORDENAÇÃO DO PONTO BR (NIC.BR). **TIC domicílios 2015/ Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto**: Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação nos domicílios brasileiros [livro eletrônico] : BR [editor]. -- São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2016. 3.700 Kb ; PDF.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Estatística da produção pecuária**. Rio de Janeiro. 2016. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Producao_Pecuaria/Fasciculo_Indicadores_IBGE/abate-leite-couro-ovos_201602caderno.pdf> Acesso em: 25 maio 2017.

_____. **Censo Agropecuário 2006: agricultura familiar**. Primeiros Resultados. Rio de Janeiro: IBGE, 2006. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/50/agro_2006_agricultura_familiar.pdf> Acesso em: 10 nov. 2015.

_____. **Censo Agropecuário 2006. Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação**. Rio de Janeiro, p.1 –7777, 2009. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/51/agro_2006.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2016.

_____. **Censo agropecuário de 2006**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/2006/>>. Acesso em: 10 jun. 2015.

_____. **Nota técnica**. Disponível em: <www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/agri_familiar_2006_2/notas_tecnicas.pdf> Acesso em: 7 jun. 2015.

_____. **Produção da Pecuária Municipal – 2015**. Disponível em: <biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodico/84/ppm_2015_v43_br.pdf> Acesso em: 18 maio de 2017.

_____. **Manual do recenseador**: censo agropecuário 2006. Rio de Janeiro: IBGE, 2007.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA). **Números da Reforma Agrária**. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/reforma-agraria/questao-agraria/reforma-agraria>> Acesso em: 26 abr. 2016.

INSTITUTO MATOGROSSENSE DE ECONOMIA AGROPECUÁRIA (IMEA). **Agronegócio no Brasil e em Mato Grosso – PPT**. Disponível em: <http://www.invistaemrondonopolis.com.br/downloads/R405_Apresentacao_MT_Portugues_Nova_26_11_2014.pdf>. Acesso em: 10 maio 2016.

_____. **Bs bovinocultura**. Cuiabá, n.453, 12 de maio de 2017. Disponível em: <<http://www.imea.com.br/upload/publicacoes/arquivos/15052017201503.pdf>>. Acesso em: 19 maio 2017.

INSTITUTO PAULO MONTENEGRO (IPM). **Indicador de Alfabetismo Funcional – INAF: estudo especial sobre alfabetismo e mundo do trabalho**. LIMA, A. et al. (Coord.). São Paulo, 2016. Disponível em: <<http://www.ipm.org.br/pt-br/programas/inaf/relatoriosinafbrasil/Paginas/Inaf-2015---Alfabetismo-no-Mundo-do-Trabalho.aspx>>. Acesso em: 21 mar. 2017.

KOTLER, P. **Administração de Marketing: Análise, Planejamento, Implementação e Controle**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1998.

_____. **Administração de Marketing: a edição do novo milênio**. 10. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2000.

LANG, T. Reshaping the food system for ecological public health. **Journal of Hunger & Environmental Nutrition**, v.4, n.3, p.315–335, 2009. Disponível em: <<https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC3489132/>>. Acesso em: 10 abr. 2016.

LARANJEIRA, R. **Direito Agrário**. São Paulo: Editora Ltr, 1984.

LAVILLE, C.; DIONNE, J. **A Construção do Saber: manual de Metodologia da Pesquisa em Ciências Humanas**. São Paulo: Artmed; Belo Horizonte: UFMG, 1999.

LEITE, S. P. **Brasil: a reforma agrária**. Disponível em: <http://www.agter.asso.fr/article353_fr.html>. Acesso em: 12 fev. 2017

LIMA, J. R. T.; FIGUEIREDO, M. A. B. Agricultura familiar e desenvolvimento sustentável. In: LIMA, Jorge Roberto Tavares de; FIGUEIREDO, M. A. B. (org.). **Extensão rural, desafios de novos tempos: agroecologia e sustentabilidade**. Recife: Bagaço, 2006. p.57-81.

MAINARDES, E. W.; FERREIRA, J.; RAPOSO, M. Conceitos e estratégia e gestão estratégica: qual é o nível de conhecimento adquirido pelos estudantes de gestão?. **Revista FACEF PESQUISA, Desenvolvimento e Gestão**, Franca, v.14, n.3, p.278-298, set./out./nov./dez. 2011. Disponível em: <<http://periodicos.unifacef.com.br/index.php/facefpesquisa/article/view/296>>. Acesso em: 15 nov. 2016.

MARCUZZO, S. F.; LIMA, A. **Programa Novo Campo: estratégia de pecuária sustentável na Amazônia**. Alta Floresta, MT: ICV, 2015.

MARTINS, J. S. Reforma agrária: o impossível diálogo sobre a história possível. **Rev. Sociol. USP**, São Paulo, v.11, n.2, p.97-128, out.1999. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ts/v11n2/v11n2a07.pdf>>. Acesso em: 5 jan. 2017.

MATTEI, L. A reforma agrária brasileira: evolução do número de famílias assentadas no período pós-redemocratização do país. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v.20, n.1, p.301-325, abr. 2012. Disponível em: <<http://r1.ufrj.br/esa/V2/ojs/index.php/esa/article/view/356>>. Acesso em: 3 mar. 2017.

MEDEIROS, L. S.; LEITE, S. Assentamentos rurais e mudanças locais: uma introdução ao debate. In: MEDEIROS, L. S.; LEITE, S. (Orgs.). **Assentamentos rurais: mudança social e dinâmica regional**. Rio de Janeiro: Mauad, 2004.

MELO, C. O.; SILVA, G. H.; ESPERANCICNI, M. S. T. Análise econômica da produção de soja e de milho na safra de verão, no Estado do Paraná. **Revista de Política Agrícola**, n.1, ano XXI, jan./fev./mar. 2012. Disponível em: <<https://seer.sede.embrapa.br/index.php/RPA/article/view/78>>. Acesso em: 16 abr. 2017.

MENDES, J. T. G.; PADILHA JUNIOR, J. B. **Agronegócio: uma abordagem econômica**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

MENDES, M. A. **História e geografia de Mato Grosso**. Cuiabá: Cafarnaum, 2012.

MERCADANTE, A. **Brasil: a construção retomada**. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2010.

MINTZBERG, H. The strategy concept I: five P's for strategy. **California anagement Review**, v.30, n.1, p.11-24, 1987. Disponível em: <<http://cmr.ucpress.edu/content/30/1/11>>. Acesso em: 15 fev. 2017.

MORENO, G. O processo histórico de acesso à terra em Mato Grosso. **Geosul**, Florianópolis, v.14, n.27, p.67-90, jan./jun. 1999. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/18833>>. Acesso em: 20 mar. 2017.

_____. **Terra e Poder em Mato Grosso: política e mecanismos de burla: 1892-1992**. Cuiabá: Entrelinhas/EdUFMT, 312 p.

MOTA, A. A. S. A influência da televisão no desenvolvimento regional da zona rural no município de Palmas (TO). **Revista Fronteiras: estudos midiáticos**, Rio Grande do Sul, v.13, n.1, p.41-57, jan./abr. 2011. Disponível em: <<http://revistas.unisinos.br/index.php/fronteiras/article/view/257>>. Acesso em: 20 abr. 2017.

NAVARRO, Z.; **Jornal Folha de São Paulo** (entrevista especial), São Paulo, p. A3, 22 fev. 2007

_____, **Tempo da reforma agrária passou**. Audiência pública na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA). Senado Notícias. Acesso em: 21 de jul. 2017. Disponível em:
<<http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/02/04/pesquisador-da-embrapa-ressalta-papel-da-tecnologia-na-agricultura>>.

NUNES FILHO, R. O novo salto das 500 maiores. **ABRAS**, 2014. Disponível em:
<<http://www.abrasnet.com.br/economia-e-pesquisa/ranking-abras/as-500-maiores/>> Acesso em: 15 jun. 2015.

OCDE/FAO. **OCDE-FAO Perspectivas Agrícolas 2014-2023**. OECD Publishing, 2014. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1787/agr_outlook-2014-es>. Acesso em: 10 maio 2017.

OLIVAL, A. A. **Beneficiamento e comercialização de produtos da agricultura familiar**. Instituto Sociedade, População e Natureza – ISPN. Programa de Pequenos Projetos Eossociais na Amazônia – Portfólio 2013 – 2017. Brasília – DF. 2017. p. 15-22.

OLIVEIRA. A. L. A.; THUAULT. A.; BUTTURI. W.; Agricultura familiar e regularização ambiental no estado de Mato Grosso. **Transparência Florestal**, MT, Alta Floresta, n. 7, ano 5, ICV, 2017.

OIT. **World Employment Report 2004-2005**: employment, productivity and poverty reduction. Geneva: ILO, 2005. Disponível em:
<http://hdrnet.org/129/1/world_employment_report_2004-05.pdf> Acesso em: 10 abr. 2017

PEREZ-CASSARINO, J. Elementos estruturais do atual sistema agroalimentar e seus efeitos sobre a inflação de alimentos, Agricultura Familiar e a promoção do Direito Humano à Alimentação Adequada. In: ARAÚJO, M. M. et al. **A agricultura familiar e o direito humano à alimentação**: conquistas e desafios. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2015.

PORTO-GONÇALVES, C. W., No Brasil, a acumulação do capital está diretamente ligada à terra. **Revista Fórum**, fev. 2012.. Disponível em:
<http://www.revistaforum.com.br/2012/02/08/no_brasil_a_acumulacao_do_capital_esta_diretamente_ligada_a_terra/>. Acesso em: 27 jul. 2017.

PREZOTTO, L. L **Principais procedimentos para registrar uma pequena agroindústria**. Ministério de Desenvolvimento Agrário. Secretaria da Agricultura Familiar. Brasília, janeiro de 2001.

_____. Qualidade ampla: referência para a pequena agroindústria rural inserida numa proposta de desenvolvimento regional descentralizado. In: LIMA, D. M. A.; WILKINSON, J. (Orgs.). **Inovações nas tradições da agricultura familiar**. Brasília: CNPq, 2002a. p. 285.

PLOEG, J. D. van der. **Camponeses e impérios alimentares**: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2008.

PRETTY, J. et al. The top 100 questions of importance to the future of global agriculture. **International Journal of Agricultural Sustainability**, v.8, n.4, p.219-236, 2010. Disponível em: <<http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.3763/ijas.2010.0534>>. Acesso em: 7 fev. 2017.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). **IDH**. Disponível em: <<http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0.html>>. Acesso em: 29 mar. 2017.

REARDON, T. et al. Agri-food industry transformation and small farmers in developing countries. **World Development**, Amsterdam, v.37, n.11, p.1717-1727, nov. 2009. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0305750X09001338>>. Acesso em: 2 dez. 2016.

ROCHA, J. H. M. V. **Uma análise das políticas públicas no meio rural**: o caso do projeto de assentamento Japão em Roraima. 2011. 97 f. Dissertação (Mestrado profissional)–Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/35451>>. Acesso em: 7 dez. 2016.

SANTOS, M. S.; FERREIRA, D. J.; SANTOS, R. L. A feira livre como alternativa de geração de renda para agricultura familiar no município de Santo Estevão- BA. In: VI CONGRESSO IBEROAMERICANO DE ESTUDIOS TERRITORIALES Y AMBIENTALES. São Paulo, set. 2014.

SAKURAI, Célia. A política de tutela e a imigração japonesa no Brasil: etnicidade e nacionalismo, 1908-1941. In: **Anais... XXII ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS**, Caxambu, ANPOCS, 1998.

SAUER, S. O campo no Governo Lula: acordos com o agronegócio e embates nas políticas agrárias no Brasil. **Latin American Perspective**, 2012.

_____. A luta pela terra, reforma agrária e a reinvenção do campo. **Terra e Modernidade**: a reinvenção do campo brasileiro. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2010.

SCHNEIDER, S. A pluriatividade no meio rural brasileiro: características e perspectivas de investigação. In: GRAMMONT, H.C.; MARTINEZ VALLE, L. (Org.). **La pluriactividad en el campo latinoamericano**. Quito/Equador: Editora Flacso, 2009. v.1, p.132-161.

SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL (SEPLAN). Estado de Mato Grosso. **Plano Plurianual, 2012 – 2015**. Disponível em: <<http://www.seplan.mt.gov.br/documents/363424/4112101/Documento+consolidado.pdf/ecc49956-2df3-4800-bd86-7016c7ba1f3e>>. Acesso em: 24 jun. 2016.

SOUTO-MAIOR, J. Estratégias comunicativas para efetividade e sustentabilidade. **Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional**, Blumenau, v.1, n.2, p.141-155, set. 2013. Disponível em: <<http://proxy.furb.br/ojs/index.php/rbdr/article/view/4088>>. Acesso em: 9 abr. 2017.

STÉDILE, J. P. **Política burra de Dilma vai inviabilizar Lula em 2018**. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/03/160304_stedile_rs.>. Acesso em: 13 fev. 2017.

VIANA, A. L. A. Abordagens metodológicas em políticas públicas. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v.30, n.2, p.5-43, 1996. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/viewFile/8095/6917>>. Acesso em: 7 abr. 2017.

WILKINSON, John. **Redes e valores: o novo mundo da agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

_____, J. Cadeias Produtivas para Agricultura Familiar. **Revista de Administração**, Lavras, Universidade Federal de Lavras, v.1, n.1, jan./jun., 1999.

WAMBIER, L. R. Regime da lei de terras: aspectos atuais. **Revista Semina: Ciências Sociais e Humanas**. Londrina, v.9, n.1, 1988. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/seminasoc/article/view/8913>>. Acesso em: 3 abr. 2017.

WESZ JUNIOR, V. J.; BUENO, V. N. Produção de Soja em Pequenas Propriedades Familiares Na Região Das Missões/RS. **Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural**, Rio Branco, 2008.

_____. Política pública de agroindustrialização na agricultura familiar: uma análise do Pronaf-Agroindústria. **Rev. Econ. Sociol. Rural**, Brasília, v.48, n.4, p.567-596, out./dez. 2010.

WILHELMS, P. **Análise financeira de sistemas de produção de bovinos de corte em Mato Grosso**. 2008. 109 f. Dissertação (Mestrado em Agronegócios e Desenvolvimento Regional) - Faculdade de Economia, UFMT, Cuiabá, 2008. Disponível em: <http://www.ufmt.br/ufmt/site/userfiles/file/adr/Disserta%C3%A7%C3%B5es/Disserta%C3%A7%C3%A3o_PeterWilhelms.pdf>. Acesso em: 20 set. 2016.

WOOD Jr., T. Analfabetismo funcional. **Revista Carta Capital**. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/revista/758/analfabetismo-funcional-6202.html>>. Acesso em: 21 mar. 2017.